



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

VALÉRIA RAQUEL PORTO DE LIMA


**GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: CONFLITO E NEGOCIAÇÃO DA
ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO – SERTÃO DA PARAÍBA.**

Orientador: Pedro Costa Guedes Vianna.
CO-orientadora: Emilia de Rodat F. Moreira.

João Pessoa – PB
Abril de 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG



**GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: CONFLITO E
NEGOCIAÇÃO DA ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO –
SÉRTÃO DA PARAÍBA**

VALÉRIA RAQUEL PORTO DE LIMA

Dissertação apresentado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB para obtenção do título de mestre. A pesquisa tem o apoio do CT – hidro/CNPq N° 133020/2007-7.

Orientador: Profº Dr. Pedro Costa G. Vianna

Co-orientadora: Profª Emilia de Rodat F.

João Pessoa
Abril, 2009.

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: CONFLITO E NEGOCIAÇÃO DA ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO – SERTÃO DA PARAÍBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia,
como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.Dr. Pedro Costa Guedes Vianna
Orientador

Profª Drª Emilia de Rodat F. Moreira
Co-orientadora

Profº Dr. José Almir Cirilo
Examinador externo

Profº Dr. Ivan Targino
Examinador interno

Data: ___/___/____/

Resultado:_____

Agradecimentos

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, me ajudaram a construir essa dissertação. Todos aqui listados foram muito importantes no meu crescimento acadêmico como discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como pesquisadora e como pessoa.

Ao meu orientador Pedro Costa Guedes Vianna, pelas diretrizes para construção da pesquisa e do trabalho de dissertação. Os anos de orientação foram além do ensinamento acadêmico, fazendo com que nossa caminhada, “apesar dos tropeços” se tornasse, longa e afetuosa.

À professora Emilia de Rodat F. Moreira, pela colaboração essencial na construção do trabalho e por muitas vezes iluminar meus caminhos.

Ao Professor Roberto Verdum, por colaborar na construção da dissertação, avaliando e qualificando a pesquisa.

À todo o corpo docente do PPGG, em especial à Maria Franco, pelos seus ensinamentos prestados durante as disciplinas de Epistemologia da Geografia e Movimentos Sociais no Campo. À Sônia secretária do programa, por atender prontamente todas as minhas solicitações.

Aos amigo(a)s Nirvana, Andréa, Alexandre e Ericson, que são mais do que companheiros de sala de aula. Juntos nos ajudamos, jogamos conversas fora e refletimos sobre o nosso papel na vida, na pós e na nossa pesquisa.

Aos amigo(a)s de diversão, incluindo àqueles citados acima: Yure, Lairton, Igor e Victor.

Aos amigos do LEPAN: Richard, José Yure, Cajú, João Filadelfo e Cacilda. À Bilal, novo amigo que vêm me ajudando na possível nova jornada acadêmica.

As amigas Ava e Ara, por estarem sempre dispostas a me ajudar. Agradeço desde a montagem da biblioteca até o meu último trabalho de campo, um carinho especial.

Ao amigo, companheiro dos trabalhos de campo e namorado, Jorge Flávio, um enorme muito obrigada. Agradeço o apoio em todos os sentidos.

Mais uma vez e sempre agradeço as famílias Cazé e Braga: Dona Fátima, Sr. Cazé, Saulo, Denise, Danilo, Vanessa, Danilinho, Sophia, Dona Chiquinha, Sr. Zuca, Elder, Eliene, Marina, Maylla, Cledison, Auxiliadora, Bianca, Paulo, M^a Luiza e Eloisa. Essa família foi de fundamental importância para que esse trabalho se concretizasse. Obrigada pelo empréstimo dos automóveis, da hospedagem sempre carinhosa e

confortável, pelas deliciosas refeições, pelas palavras de carinho, pelos momentos de descontração, pelos abraços, pelos sorrisos fraternos e pela paciência comigo.

À minha família: meu pai lindo, minha super mãe, meus irmãos Waleber e Junior e a minha sobrinha Mirela. À minhas tias: Cleia pelo seu jeito peculiar de me incentivar; Ismar pela preocupação em me alimentar quando estava construindo minha dissertação; Elza, pelo apoio moral nas suas palavras de encorajamento.

A minha prima Rafaella, pela enorme ajuda na formatação da dissertação. Ao amigo Bel, por me atrapalhar nas horas de concentração, dizendo: “para com isso, assim tu vai ficar doida”. Doido é ele.

A todos que colaboraram com o fornecimento de dados para a construção da pesquisa.

Ao CNPq, sobretudo ao CT-Hidro Nº 133029/2007-7, pelo apoio financeiro.

Grata!

RESUMO

O Canal Governador Antônio Mariz, popularmente conhecido como Canal da Redenção, construído atrelado as barragens Estevam Marinho e Mãe D'água com a finalidade de transpor água e desenvolver a agricultura comercial irrigada do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado no Sertão Paraibano, é o cenário dessa pesquisa que tem como objetivo analisar as formas de intervenção do Estado na gestão da água do Canal da Redenção, a reação dos atores sociais e a criação de novos territórios de luta pela água decorrentes dessa intervenção. Foram comparadas as formas de gestão da água do Canal da Redenção, nos dois momentos. O primeiro momento ocorreu entre os anos de 2001 a 2006, quando a proibição de uso da água do Canal da Redenção gerou um conflito marcado por mobilizações e protestos realizados por camponeses do Assentamento Acauã, contra o órgão gestor da água da Paraíba, a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, antiga Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba - AAGISA. O segundo momento (2007-2008) observou-se um pequeno avanço na gestão da água do Canal da Redenção, motivado pela retomada do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa pelo governo do estado da Paraíba. O interesse na implantação deste projeto tem levado o governo a buscar alternativas de gestão do canal, na tentativa de amenizar os conflitos por água já existente nesse território. Daí surgiu a necessidade de se estabelecer um novo padrão de uso e operação do Canal da Redenção, sobretudo no que se refere à definição de um modelo de gestão da água para a irrigação das terras que circunscreve o Canal da Redenção. Para alcançar os objetivos propostos e fundamentar os fatos foram realizados procedimentos metodológicos de natureza exploratória, analítica e descritiva de dados primários e secundários, coletados em pesquisas bibliográficas, pesquisa documental pesquisa de observação no campo e coleta de relatos orais. Com a aplicação da tríade intenção/ação, tempo e espaço, foi possível analisar comportamentos, acontecimentos e fato em período de tempo em um determinado espaço. Apesar da escassez hídrica presente nesse território a falta de gestão adequada e eficiente das águas do Canal da Redenção foi à tônica do conflito para ter acesso a sua água. No conflito pela água do Canal da Redenção, os atores que, através de uma ação coletiva lutaram para ter acesso à água, demonstraram que quanto mais organizados são os atores, maior a possibilidade de conquistar seus anseios para atender as demandas de uso da água, nesse caso, no assentamento Acauã. Apesar desse fato a gestão da água do Canal da Redenção desenvolvida pela AESA ainda não apresentou avanços significativos.

ABSTRACT

The dissertation analysed the management of water in the Redemption canal in two moments: the first moment is settle between the years of 2001 to 2006, when the use of water from the Redemption canal was banned, occasioning a conflict marked by mobilisation and protests organised by rural workers of the Acauã settlement, against the Executive Agency of Water Management from the state of Paraíba – AESA, formerly Agency for Water, Irrigation and Sanitation of the State of Paraíba – AAGISA. The work of water trasposition from the Redemption canal, located in the hinterland of Paraíba, was completed in 1998 and has 37km in extent, it was built with the purpose of bringing water to irrigate the Sousa's flooded area. The Project of Irrigation of Sousa's flooded area, after being paralysed for nine years, was resumed demanding the management of the water of the Rendemption canal. Accordingly, the second moment analysed were during the years of 2007-2008, when there was a negotiation of the existing conflict and an indication of the water management of the Rendemption canal. As methodological procedures for the development of this research, were made documental and bibliographical research, field trip and interviews with actors involved in water resources management of the canal. Besides these procedures, we adopted a methodological propose of analysis of the social conflicts to fight for water based on a triad composed of elements such as: intention of the actors involved in conflict; the space, where the actors develop their actions and the time of occurrence of the phenomenon. By completing the research it was observed that the manager of water in Paraíba in relation to the water of the Redemption canal has weaknesses in the normative

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1 - TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: OS PONTOS, AS REDES E AS MALHAS DAS ÁGUAS NO NORDESTE BRASILEIRO.....	24
1.1- Os pontos: os açudes do nordeste brasileiro e a atuação dos agentes do Estado na execução da política de açudagem no nordeste brasileiro.....	30
1.1.1 – Os açudes de Estevam Marinho e Mãe D'água.....	38
1.2 - As redes: a interligação das águas.....	41
1.2.1- A rede formada pelo Canal da Redenção: O caminho das águas de Coremas a Sousa..	46
1.3 - As malhas: os perímetros irrigados do nordeste brasileiro.....	59
1.3.1- O Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa.....	61
2 - AÇÕES DOS ATORES SOCIAIS PARA TER ACESSO À ÁGUA E A CONSTRUÇÃO NOVOS TERRITÓRIOS.....	73
2.1 – Assentamento Acauã.....	77
2.2 – Acampamento Verdes.....	86
2.3 - Acampamentos Nova Vida I e Renascer: a resistência contra o agro/hidronegócio nas Várzeas de Sousa.....	90
3 - A ÁGUA E SUAS FORMAS DE GESTÃO.....	99
3.1 - Um breve relato das formas correlativas ao gerenciamento do uso da água.....	99
3.2 - Evolução temporal da política de gestão dos recursos hídricos no Brasil.....	104
3.3 - Panorama da gestão dos recursos hídricos da Paraíba.....	113
4 - GESTÃO DA ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO: PASSADO E PRESENTE.....	121
4.1 – Passado: conflito por acesso a água do Canal da Redenção.....	124
4.2 – Presente: estratégias para negociação do conflito e a nova gestão da água do Canal da Redenção.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
ANEXOS.....	157

TABELA DE FOTOS	
Foto 1: Vista do sistema Coremas/ Mãe D'Água, final da década de 1958	39
Foto 2: Vista do sistema Coremas/Mãe D'água, meados de 2007	39
Foto 3: Construção do canal de transposição do rio São Francisco	43
Foto 4: Lote de 5ha cultivando feijão	67
Foto 5: Infra-estrutura dos pequenos lotes	67
Foto 6: Agricultor no PIVAS	68
Foto 7: Projeto das Várzeas de Sousa	69
Foto 8: Produção de melão para exportação	69
Foto 9: Trabalhadores pulverizando defensivos na plantação	69
Foto 10: Trabalhadores no controle de qualidade dos produtos	69
Foto 11: Maquinário da Empresa Santana Sementes	70
Foto 12: Produção dos lotes empresariais	70
Foto 13: Área de reserva legal dentro do PIVAS	71
Foto 14: Captação de água do Canal da Redenção	82
Foto 15: Açude no assentamento Acauã	82
Foto 16: Caixa d'água no assentamento Acauã.	83
Foto 17: Cisterna de placa no assentamento Acauã	83
Foto 18: Cisterna de placa no assentamento Acauã	83
Foto 19: Mandala em funcionamento no assentamento Acauã	84
Foto 20: Camponeses do acampamento Verdes	87
Foto 21: Pequena lavoura irrigada na margem do Canal da Redenção	87
Foto 22: Uso da água do Canal da Redenção no Acampamento Verdes	88
Foto 23: Acampamento Nova Vida I localizado no setor norte do PIVAS às margens da BR 230, janeiro de 2008	93
Foto 24: Sistema de abastecimento de água no acampamento Nova Vida I, outubro de 2008	96
Foto 25: Acampamento Renascer localizado no setor norte do PIVAS, a poucos metros do Acampamento Nova Vida I	98
Foto 26: Fonte Santo Antônio, convento de São Francisco, João Pessoa – PB	100

Foto 27: Mulher buscando água em um lajedo	103
Foto 28: Hábito cultural de coleta de água	103
Foto 29: Placa sinalizando obra de recuperação do Canal da Redenção	126
Foto 30: Trecho do Canal da Redenção danificado, sem placas de concreto na lateral	126
Foto 31: Derivação do canal dentro do Sítio Pintado, ao fundo são irrigados coqueiros	131
Foto 32: Lago ao lado da propriedade de Raimundo Abrantes, bomba de captação de água para irrigação de fruteiras	131
Foto 33: Visão aberta do cultivo de coqueiros na fazenda Pintado	131
Foto 34: Local onde o canal segue para a estação elevatória. Ao lado propriedade do agricultor	131
Foto 35: Reunião mencionada na entrevista	137
Foto 36: Primeira grande captação de água para irrigação de banana e desedentação animal.	141
Foto 37: Captação de água para irrigação de banana, a propriedade encontrava-se fechada	142
Foto 38: Captação para irrigação de banana. O trabalhador temporário das terras irrigadas informou que estas pertencem a Tadeu Cartaxo	142
Foto 39: Fazenda na localidade de São Domingos que realiza irrigação de côco	143
Foto 40: Captação da água do Canal da Redenção para irrigação de capim	143
Foto 41: Propriedade do Sr. José Soares da Silva no município de Aparecida	144
Foto 42: Lote de Maria José no assentamento Acauã	144
Foto 43: Ponto de captação no Assentamento Acauã para abastecimento do açude	145
Foto 44: Propriedade de Raimundo Abrantes, penúltimo usuário de água do Canal da Redenção	145
Foto 45: Última captação da água do Canal da Redenção e estação elevatória	146

LISTA DE TABELAS	
Tabela 1: Divisão dos lotes no antigo projeto das Várzeas de Sousa	70
Tabela 2: Divisão dos lotes no novo PIVAS	71
Tabela 3: Identificação dos atores, suas intenções materializadas no espaço em um determinado período de tempo	75
Tabela 4: Tipologia dos conflitos com base nos exemplos de conflitos existentes no estado da Paraíba	118
Tabela 5: Divisão do volume de água do sistema Coremas – Mãe d'água	140

TABELA DE FIGURAS	
Figura 1: Visualização didática dos eixos que auxiliam na análise dos conflitos por água	18
Figura 2: Croqui do sistema Coremas/ Mãe D'água	38
Figura 3: Croqui de localização do Canal da Redenção, do PIVAS e dos açudes Coremas e Mãe D'água	45
Figura 4: Mapa dos pontos de captação no Canal da Redenção por municípios	46
Figura 5: Mapa de localização dos usuários do Canal da Redenção	48
Figura 6: Mapa com os tipos de uso da água ao longo do Canal da Redenção	49
Figura 7: Vazão de água solicitada pelos usuários da água do Canal da Redenção.	50
Figura 8: Pontos de captação de água do Canal da Redenção registrados no trabalho de campo em janeiro de 2009	51
Figura 9: Caminho das Águas – formas de captação da água do Canal da Redenção	53
Figura 10: Divisão dos lotes do projeto de aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa-PB	64
Figura 11: Divisão dos lotes no PIVAS	65
Figura 12: Mapa da área de atuação das Gerências Regionais de Bacias Hidrográficas	117

TABELAS DE SIGLAS
ANA - Agência Nacional de Águas
AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
AAGISA - Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba
AUACRA - Associação dos Usuários da Água do Canal da Redenção de Aparecida
ASA - Articulação do Semi-Árido
CODENO - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
BM - Banco Mundial
CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba
CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
FERH - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GEPAT - Grupo de Estudos e Pesquisa da Água e Território
IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG - Organização Não Governamental
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PERH - Política Estadual de Recursos Hídricos
PIVAS - Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa
PT - Partido dos Trabalhadores

SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SDAGE - <i>Schéma Directeur d'Aménagement et de Gestion des Eaux</i>
SAGE - <i>Schéma d'Aménagement et de Gestion des Eaux</i>
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SEMARH - Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SECTMA - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente
SUPLAN - Superintendência de obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a questão ambiental emergiu no cenário internacional frente à ameaça ao equilíbrio do meio ambiente, promovida pela forma de desenvolvimento adotada até então, particularmente pelo capitalismo ocidental.

Na década de 1980, conferências no âmbito internacional buscaram debater os problemas do meio ambiente. O momento marcante nesse contexto foi a realização da Assembléia Geral das Nações Unidas, que solicitou ao seu Secretário Geral a realização de um relatório sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Este deu origem ao trabalho publicado em 1988, sob o título de “Nosso Futuro Comum”, o qual contém, entre outras coisas, uma exaustiva lista de ameaças ao equilíbrio ambiental do planeta. Dentre essas destacam-se: o desflorestamento; a erosão do solo; o efeito estufa; o buraco na camada de ozônio; a questão demográfica; a cadeia alimentar; a questão energética; os aspectos relacionados ao processos de urbanização; a extinção de espécies animais; o armazenamento de armas; a proteção dos oceanos e do espaço; e a degradação dos recursos hídricos.

No que se referem aos recursos hídricos, algumas questões têm emergido no cenário mundial a partir de então, tais como: a redução da qualidade das águas do planeta e o provável aumento e surgimento de conflitos em torno do acesso à água.

As respostas a estas questões comportam um grau de complexidade elevada, uma vez que elas embutem aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos, nem sempre passíveis de soluções sem grandes esforços.

A distribuição irregular da disponibilidade de água em determinados países, o seu crescente consumo para o desenvolvimento das atividades industriais e agrícolas, a deterioração da qualidade dos corpos d'água e, conseqüentemente, a sua escassez quantitativa, bem como as formas de gestão da água adotadas, vêm provocando, na atualidade, um aumento crescente de conflitos pelo domínio da água. No que tange ao aspecto da gestão da água, evidenciam-se as fragilidade nos sistemas normativos de regularização do uso da água, ou até mesmo, a ausência total do gerenciamento o que contribui para o agravamento, ou a expansão\multiplicação dos conflitos.

Os conflitos por água são melhor analisados em escala local, pois, na maioria das vezes, apresentam particularidades que podem estar relacionadas com a história da ocupação e da dominação política, social e econômica de um território, como também, às suas peculiaridades ambientais.

No Oriente Médio, à escassez hídrica somam-se os problemas de ordem religiosa, cultural, étnica, política e econômica que colocam os países em confronto e

agudizam, os conflitos entre aqueles que compartilham uma mesma bacia hidrográfica. Uma das mais importantes conseqüências da Guerra dos Seis Dias entre países árabes e Israel, em 1967, por exemplo, foi o controle das águas do Rio Jordão que hoje está sob a tutela de Israel.

Na América Latina, as águas da bacia do Rio da Prata foram alvo de conflitos entre o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai desde o período colonial. O conflito em torno da utilização das águas da mencionada bacia, entre o Brasil e a Argentina, tornou-se mais tenso em 1974, quando o governo brasileiro tomou a iniciativa de construir hidroelétricas no curso do rio Paraná para facilitar também o fluxo de mercadorias, gerando desenvolvimento econômico ao seu favor. Com a formação do MERCOSUL na década de 1990, esta rivalidade¹ foi esquecida.

Ainda na bacia do Paraná, a edificação da hidrelétrica binacional de Itaipu, construída através de uma cooperação entre o Brasil e o Paraguai, desencadeou no sul do Brasil um conflito entre os expropriados para a instalação das hidroelétricas e o governo brasileiro. Esse conflito está na base do surgimento, no fim da década de 1970, de um movimento social que adquiriu expressão nacional, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Trata-se de um forte movimento popular, autônomo, que luta em defesa dos direitos materiais (reassentamento rápido, indenizações justas) para as comunidades locais e populações tradicionais impactadas pela construção de grandes barragens. Ao longo de sua formação o MAB agregou à sua luta questionamentos em relação à atual matriz energética brasileira, por isso, esse movimento luta por uma real democratização da política energética no Brasil, compromissada com um projeto de sociedade justo e ecologicamente responsável.

No nordeste brasileiro, o conflito por água que mais ganhou destaque nos últimos anos foi aquele relacionado à transposição de parte das águas do Rio São Francisco.

A bacia do Rio São Francisco abrange cerca de 640 mil km², o que corresponde a 8% do território nacional. O seu rio principal, o São Francisco, nasce na serra da Canastra, no estado de Minas Gerais, e estende-se por 2.800km. A sua bacia está subdividida em quatro principais sub-bacias: a do alto, a do médio, a do sub-médio e a do baixo São Francisco, abrangendo o Distrito Federal e quatro estados brasileiros (os chamados doadores das águas – Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas), além de parte do estado de Pernambuco, que, juntamente com os estados da Paraíba, do Rio

¹ Rival ou rivalidade vem do latim *rivus* (corrente ou riacho), portanto, um rival é aquele que usa o mesmo rio que outrem. Petrella (2002) relata que é dessa idéia que surge a noção de perigo ou de ataque.

Grande do Norte e do Ceará, está inserido dentro do projeto de transposição como receptores da água do São Francisco.

De acordo com Ab'Saber (2003), uma das maiores originalidades dos sistemas hidrográfico e hidrológico da região semi-árida do nordeste brasileiro, consiste na convergência do rio "São Francisco" em direção ao Atlântico, onde deságua. Este fato é, segundo o autor, incomum, uma vez que nas outras regiões semi-áridas do mundo, os rios e bacias hidrográficas convergem para depressões fechadas. A iniciativa do governo federal de desviar o curso das águas do Rio São Francisco não apenas interfere nesse processo natural, na medida em que parte das águas são desviadas para outros territórios estaduais. Segundo muitos estudiosos, esse fato comprometerá a dinâmica costeira na foz do rio, como também poderá promover impactos aos sistemas ecológicos e certamente gerar disputas pelo acesso a água entre grandes e pequenos produtores rurais.

Menos polêmico, mas não menos importante, é o conflito analisado nessa pesquisa, que, de certo modo, pode ser considerado um exemplo em menor escala dos conflitos que podem ocorrer nos territórios que a transposição das águas do Rio São Francisco irá abranger.

A construção do Canal Governador Antônio Mariz² atrelada as barragens Estevam Marinho e Mãe D'água com a finalidade de transpor água e desenvolver a agricultura comercial irrigada do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado no Sertão Paraibano, é o cenário de um conflito entre diversos atores que lutam por interesses antagônicos relativos ao uso da água do canal.

A pesquisa sobre a gestão da água do Canal da Redenção compreende dois momentos. O primeiro momento ocorreu entre os anos de 2001 a 2006, quando a proibição de uso da água do Canal da Redenção gerou um conflito marcado por mobilizações e protestos realizados por camponeses do Assentamento Acauã, contra o órgão gestor da água da Paraíba, a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, antiga Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba - AAGISA.

Historicamente foram os grandes proprietários de terra, representados pelas oligarquias locais, os grandes beneficiários das políticas hídricas através da construção de açudes públicos em terras privadas. Atualmente, observa-se uma nova configuração do favorecimento do acesso à água que ocorre na forma excludente e conservadora de realização da gestão dos recursos hídricos no Sertão da Paraíba,

² O Canal Governador Antônio Mariz, mais conhecido como Canal da Redenção, foi construído no chamado "Plano das Águas", possui uma extensão de 37km e uma vazão potencial de 4.000 l/s.

gerando disputas entre agricultores sem terra ou com acesso precário a esta e os pequenos proprietários, e entre esses e os detentores de terra e poder que, de certa forma, controlam as ações do governo estadual.

O Estado tem sido o grande agente político de reforço da desigualdade de acesso a água, gerando limitações para o desenvolvimento social e econômico dos camponeses que necessitam da água para realizar a irrigação de sua lavoura, como também para consumo humano e animal.

Nos últimos dois anos (2007-2008) observa-se um pequeno avanço na gestão da água do Canal da Redenção, motivado pela retomada do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa pelo governo do estado da Paraíba. O interesse na implantação deste projeto tem levado o governo a buscar alternativas de gestão do canal, na tentativa de amenizar os conflitos por água já existente nesse território. Daí surgiu a necessidade de se estabelecer um novo padrão de uso e operação do Canal da Redenção, sobretudo no que se refere à definição de um modelo de gestão da água para a irrigação das terras que circunscreve o Canal da Redenção.

Nesse sentido, o **objetivo geral** da pesquisa é:

- Analisar as formas de intervenção do Estado na gestão da água do Canal da Redenção, a reação dos atores sociais e a criação de novos territórios de luta pela água decorrentes dessa intervenção.

Como **objetivos específicos** pretende-se:

- Comparar a forma de gestão da água do Canal da Redenção, em dois momentos de intervenção do governo estadual no território, ou seja, antes e depois do funcionamento do projeto das Várzeas de Sousa;
- Recuperar as ações do Estado no desenvolvimento das políticas públicas alusivas à água no semi-árido nordestino, buscando identificar a política que deu origem à construção do Canal da Redenção;
- Analisar o conflito por água do Canal da Redenção, buscando conhecer como cada grupo de atores sociais envolvidos na disputa pelo acesso a água do canal se organizou e atuou frente às ações do poder público representado pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA;
- Realizar o mapeamento do uso atual dos recursos hídricos do Canal da Redenção, buscando identificar os seus usos e usuários.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A busca por uma metodologia que auxilie na análise dos conflitos sociais de luta pela água está sendo construída, de forma gradativa, pelo Grupo de Estudo e Pesquisas Água e Território – GEPAT³. Esta busca teve início no estudo realizado por Vianna (2002), que, baseado nas idéias propostas por Thual (1996), utilizou como recurso analítico para compreender os conflitos pela água uma tríade composta por elementos como a **intenção** dos atores envolvidos no conflito, o **espaço**, ou seja, a inscrição espacial onde as ações se desenvolvem, e o **tempo** de ocorrência do fenômeno.

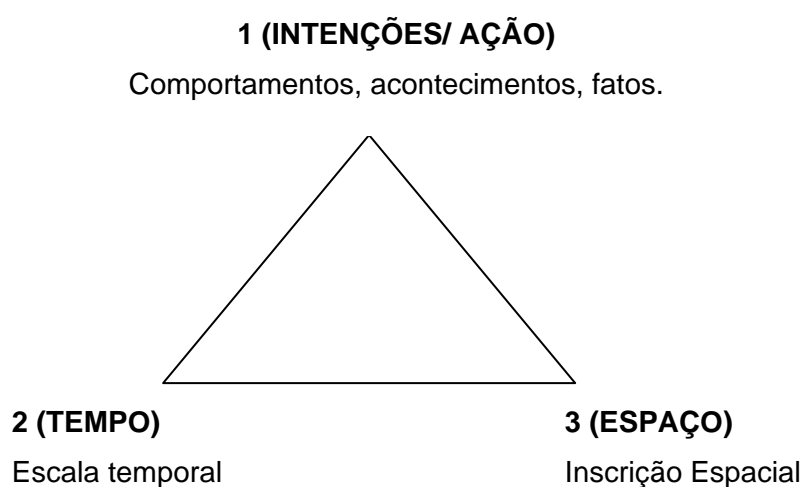


Figura 1: Visualização didática dos eixos que auxiliam na análise dos conflitos por água.

Outros estudos desenvolvidos no GEPAT como, por exemplo, os estudos de Lima, (2006) e Torres (2007) apropriaram e adaptaram essa proposta para melhor sistematizar a dinâmica dos seus estudos de caso.

A intencionalidade de cada ator político materializa-se no espaço por meio de comportamentos e estratégias que são realizadas com a finalidade de conquistar seus anseios. Observar as intenções ou a intencionalidade dos atores pode possibilitar a visualização empírica das contradições nas ações sociais destes. É preciso levar em consideração as referências culturais inerentes ao espaço de ocorrência do fenômeno, uma vez que algumas questões podem ser respondidas se esse aspecto for levado em consideração.

³ O Grupo de Estudo e Pesquisas Água e Território – GEPAT da Universidade Federal da Paraíba está buscando, de forma gradativa, fortalecer esta proposta de sistematização dos conflitos sociais na luta pela água. Trata-se ainda de um esforço inicial onde as bases teórico-metodológicas necessitam ser melhor alicerçadas.

Ao longo dessa pesquisa, observamos que alguns atores sociais se solidarizam para reivindicar o acesso a água do Canal da Redenção, através da ação popular coletiva⁴ de resistência à forma desigual e injusta de realização da política de acesso à água no semi-árido nordestino, em defesa da democratização do acesso a água. Outros atores atuam de forma isolada a fim de alcançar seus objetivos, que algumas vezes estão dissimulados nas suas ações. É necessário um olhar apurado nas intenções, visto que essas são confusas e difíceis de discernir.

O elemento tempo ou a periodização dos fatos permite observar as estratégias que os atores utilizam para alcançar seus objetivos em longo prazo. Também permite analisar as táticas concretizadas em ações de tempo curto ou imediato que os atores utilizam para atingir suas metas ou para defender-se de ameaças.

A inscrição espacial é o espaço de articulação e organização de ação dos atores, que, “ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993. p. 143).

Na presente pesquisa, a inscrição espacial foi dividida em escala específica e escala geral. A escala específica de ação dos atores terá maior enfoque, visto que a dinâmica das práticas sociais durante o processo de gestão da água do Canal da Redenção tem maior relevância nessa escala.

Para alcançar os objetivos propostos e fundamentar os fatos foram realizados procedimentos metodológicos de natureza exploratória, analítica e descritiva de dados primários e secundários, coletados em pesquisas bibliográficas, pesquisa documental pesquisa de observação no campo e coleta de relatos orais, abaixo discriminados.

a) Pesquisa bibliográfica - a busca por material bibliográfico sobre o tema foi realizada em livros, monografias, teses e dissertações em bibliotecas públicas e particulares. A busca também foi realizada em sítios de órgãos governamentais, artigos científicos e artigos em anais de eventos científicos;

⁴ Este termo teve como base conceitual a proposta da autora Maria da Glória Gonh (2000), em seu livro Teorias dos Movimentos Sociais. Fundamentada em autores como Melucci (1989), Tilly (1978), Torrow (1982), a autora desenvolveu uma proposta teórico/metodológica para analisar os movimentos sociais. Gonh (2000), dentro de uma concepção mais ampla que independe do paradigma teórico adotado, define que um movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento a ação. É importante deixar clara a diferença conceitual que a autora propõe entre modos de ação coletiva (sentido proposto no texto) e movimento social propriamente dito. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião e uma luta armada são modos de estruturação de ações coletivas que poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas, por si sós, não são movimentos sociais (GONH, 2000, p. 246). Apesar dos atores que reivindicam o acesso a água do Canal da Redenção estarem organizados em um assentamento rural fruto da luta pela reforma agrária no Brasil, não entendemos que esse conflito seja um movimento social pela água, mas sim, ações coletivas de atores organizados que lutam pelo mesmo interesse, ter o acesso legal a água.

b) Pesquisa documental – a pesquisa documental foi realizada nos seguintes órgãos:

Na Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, foram coletados documentos de emissão de outorga da água do Canal da Redenção, cadastro dos usuários de água do Canal da Redenção e documentos de regulação de vazão do açude Coremas/Mãe D'água fornecido pela Agência Nacional de Águas – ANA.

Na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA, foram coletados documentos da estrutura inicial do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS. Na empresa responsável pela realização da obra das várzeas de Sousa que presta serviços ao governo do estado da Paraíba, PROJETEC, Projetos Técnicos LTDA, localizada no município de Sousa, foram coletados dados da estrutura atual do PIVAS.

No Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA – PB, obtivemos acesso a base cartográfica do Assentamento Acauã, em meio digital formato dwg.

Além dos órgãos governamentais foram coletados documentos de formação das Associações dos Usuários da Água do Canal da Redenção. A primeira coleta ocorreu na sede da associação no assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida. A segunda coleta ocorreu no município de Coremas. Ambos os municípios estão inseridos na Mesorregião do sertão paraibano.

c) Construção de um banco de dados em meio digital - foi construído um banco de dados⁵ em meio digital, com documentos e imagens fotográficas. “Em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar. Esses registros são importantes para verificação de resultados e para o acompanhamento dos fenômenos”. (JUSTINIANO, 2005, p. 172). Foi realizado também um amplo levantamento de notícias sobre o tema da pesquisa e da área em estudo em jornais de circulação estadual.

d) Pesquisa de campo - “A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação” (SUERTEGARAY, 2002. p.2). O objetivo da pesquisa de campo desta dissertação foi o de realizar observações diretas na nova estrutura do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS e nos acampamentos de trabalhadores sem terra que estão acampados próximo ao PIVAS e o Canal da

⁵ Esse banco de dados foi iniciado no período de elaboração do nosso trabalho monográfico. Vale salientar que esta pesquisa é uma ampliação do trabalho monográfico intitulado “Conflito pelo uso da água do Canal da Redenção: O caso do Assentamento Acauã – Aparecida – PB” realizada por Valéria R. P. de Lima em 2006, nesse sentido, entrevistas e coleta de dados já estão sendo realizadas com atores desse território desde 14 de fevereiro de 2006.

Redenção, com a finalidade de conhecer a estrutura da Associação dos Usuários da Água do Canal da Redenção no Assentamento Acauã e em Coremas.

A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu em 24 de fevereiro de 2007. Na ocasião foi realizada uma entrevista de cunho exploratório com a liderança do acampamento Verdes. A coleta de documentos orais, relatos e entrevistas, possibilitaram a obtenção de informações essencialmente qualitativas, embora em alguns momentos também fosse possível adquirir informações quantitativas.

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu de 15 a 18 de janeiro de 2008. Todas as entrevistas realizadas durante essa etapa também foram exploratórias. No dia 15 de janeiro foi realizada uma entrevista com uma liderança do acampamento Renascer. No dia 16 de janeiro de 2008 foi realizada uma entrevista com a coordenadora do acampamento Nova Vida I. Tanto o acampamento Renascer e Nova Vida I estão localizados às margens da BR 230 entre os municípios de Aparecida e Sousa e estão no processo de luta para serem contemplados com lotes do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa.

Em 17 de janeiro de 2008 foi realizada uma visita na sede administrativa do PIVAS em Sousa para coleta de dados relativos ao novo projeto, uma vez que a cada mudança de governo altera-se a proposta política de irrigação das Várzeas de Sousa e de uso da água do Canal da Redenção.

Em 18 de janeiro de 2008 foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação dos Usuários da Água do Canal da Redenção - AUACR. Nessa ocasião fui informada sobre uma reunião entre a associação e o responsável da AESA no município de Sousa. Diante desse fato, no dia 25 de janeiro 2008 participei da reunião no Assentamento Acauã e realizei uma entrevista com o funcionário da AESA.

As entrevistas de cunho exploratório tiveram como finalidade a coleta de dados para a elaboração de um roteiro de entrevista estrutural.

A terceira etapa de pesquisa no campo foi realizada no mês de outubro de 2008. Essa etapa teve como finalidade realizar entrevistas estruturadas⁶ com temas que relacionados à gestão da água do Canal da Redenção e do PIVAS.

Foram entrevistados o funcionário coordenador da AESA no município de Patos, localizado no Sertão da Paraíba; o presidente da Associação dos Usuários de Água no Canal da Redenção localizada, no município de Coremas; o coordenador da CPT Sertão – localizada no município de Cajazeiras no Sertão paraibano e o proprietário da fazenda Pintado, localizada as margens do Canal da Redenção.

⁶ Todas os roteiros de entrevistas encontra-se no anexo 1.

Uma segunda entrevista foi realizada com as lideranças dos acampamentos Verdes, Nova Vida e o presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção no Assentamento Acauã. Nessa ocasião fui informada que o funcionário coordenador da AESA em Sousa prestador de serviço do governo estadual havia abandonado seu cargo. Para substituí-lo a AESA contratou uma funcionaria que naquele momento não se encontrava na cidade. Como segundo plano, decidimos entrevistar um funcionário que mora no assentamento e trabalha na AESA.

Foram realizadas também algumas entrevistas não programadas, por considerar que as informações seriam de fundamental importância para a pesquisa. Os entrevistados foram um funcionário da EMATER – PB contemplado com um lote nas Várzeas de Sousa e um agricultor sem terra do acampamento Nova Vida I.

A realização das entrevistas com atores que testemunharam a evolução da gestão da água do Canal da Redenção e das situações sociopolíticas e econômicas referentes a essa obra, possibilitariam uma aproximação com os fatos, permitindo uma interpretação e uma análise para além dos dados coletados em documentos oficiais.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa foi desenvolvida uma lista com nomes de atores envolvidos e que efetivamente presenciaram e participaram da evolução da gestão da água do Canal da Redenção (usuários, gestores, associações). As entrevistas foram transcritas, revisadas e analisadas. Todos os depoimentos coletados foram trabalhados e inseridos ao longo da dissertação.

A quarta etapa da pesquisa de campo ocorreu em janeiro de 2009. No “caminho das águas” foram percorridos os 37Km do Canal da Redenção. Com o auxílio de um receptor GPS (*Global Position System*), de uma máquina fotográfica e caderneta de campo, foram registrados todos os pontos de captação da água do Canal da Redenção, visíveis durante o percurso. O objetivo desse trabalho de campo foi conhecer, georreferenciar e mapear as formas de captação e uso da água do canal e coletar informações com atores usuários da água inseridos ao longo do sistema de transposição.

Com base nos objetivos e metodologia apresentada, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos além dessa introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo relata as intervenções do poder público de “combate às secas” no semi-árido do nordeste, desenvolvidas por intermédio dos órgãos públicos criados pelo Estado. A continuidade dessas ações atualmente apresenta uma nova forma de intervenção no território. Tais intervenções se materializam em planos de distribuição da água em redes de adutoras e canais de transposição.

Outro enfoque será dado à política de desenvolvimento do Nordeste, com a implantação de malhas irrigadas que gerou e vem gerando novos arranjos territoriais

da água. Será apresentado o Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS, incluindo o Canal da Redenção, ambos responsáveis pela formação de novos territórios de luta pela água no Sertão da Paraíba.

O segundo capítulo apresenta os atores sociais que desenvolveram e desenvolvem ações concretas no território analisado, buscamos enfatizar os atores que através de uma ação social coletiva lutaram e lutam para construir novos territórios onde a terra e a água são primordiais para sua sobrevivência.

Considerando que a gestão dos recursos hídricos também é um agente formador do território, assim como a água é um agente formador da paisagem natural, os estudos sobre o território serão parciais se não levarem em conta a água em sua conceituação ambiental e os recursos hídricos em sua abordagem econômica, como afirma Vianna (2006, p. 342), a não inclusão desses elementos nas investigações da análise espacial, torna incompleto o conhecimento do espaço geográfico. Com base nesses pressupostos, o terceiro capítulo abordará inicialmente questões relativas à gestão da água de uma forma geral. Apresentando tanto os marcos de regulação legal, como as formas culturais utilizadas pelas sociedades para gerenciar o uso da água. Em seguida, discutiremos os fundamentos e diretrizes da legislação que rege a gestão dos recursos hídricos no Brasil e na Paraíba.

O quarto capítulo trás uma análise dos dois momentos mais relevantes de intervenção do órgão estadual de gestão dos recursos hídricos, representado pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA, na gestão da água do Canal da Redenção. Buscou-se compreender as conseqüências dessas intervenções no território e na vida dos atores sociais que necessitam dessa água para os mais diversos usos.

1- TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: OS PONTOS, AS REDES E AS MALHAS DAS ÁGUAS NO NORDESTE BRASILEIRO.

É um desafio para essa pesquisa compreender dentro de uma reflexão teórico-conceitual as transformações no território nordestino, ocorridas por meio das intervenções de implantação de infra-estruturas hídricas realizadas pelo Estado.

Como ponto de partida, abordaremos o conceito de território. Os geógrafos tendem a enfatizar a materialidade desse conceito dentro de algumas acepções. Dentre estas concepções estão a interpretação cultural, que associa a apropriação do território (espaço vivido) à uma dimensão simbólica/subjetiva. A visão econômica e/ou economicista enfatiza o território como fonte de recurso econômico e, ao abranger uma visão mais extrema, acaba abarcando uma concepção mais naturalista deste conceito. Para melhor explicitar essa condição, Haesbaert (2006) se reportou a Maurice Godelier (1984), que define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso, com respeito à totalidade ou a parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (Godelier, 1984, p. 112 *apud* Haesbaert, 2006, p.56).

Para Haesbaert (2006), as sociedades na contemporaneidade estão distantes de uma concepção de território ligada à Etologia ou até mesmo de um território como “fonte de recurso”, contudo, para este autor, essas características não estão superadas. Dependendo da base tecnológica de um determinado grupo social, sua territorialidade ainda pode possuir fortes ligações com a terra, no sentido físico do termo. O autor ainda enfatiza que o mesmo pode ocorrer em territórios onde os fenômenos naturais como, por exemplo, abalos sísmicos, furações e porque não acrescentar a ocorrência das secas, exerce influências na vida social. A consequência dessa questão ambiental, segundo Haesbaert (2006), é uma valorização cada vez maior do controle de recurso, como a água ou os solos agricultáveis.

Apesar de considerar as várias acepções sobre o conceito de território indissociáveis, essa pesquisa buscou enfatizar uma dimensão onde o território é construído a partir de relações de poder, ou seja, uma acepção jurídico-política. De acordo com Haesbaert (2006, p.40), essa perspectiva é a mais difundida, e o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um

determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

O conceito de território na Geografia Política, dentro de uma abordagem mais tradicional, foi desenvolvido inicialmente por Friedrich Ratzel que vinculou o território a três estruturas, a sociedade, o solo e o Estado. Nesse sentido o autor afirma que:

Do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de esses dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. (Ratzel, *apud* Moreis 1990. p.73).

Sua obra caracterizou-se por ser uma das primeiras manifestações do método positivista e traz a tona reflexões sobre as relações entre a sociedade e as condições ambientais. A sua preocupação central foi a de entender como ocorreu a difusão dos povos na superfície terrestre, problemática que articulou história, etnologia e geografia. A geografia teria a incumbência de investigar como as condições do ambiente natural (formas do relevo e condições climáticas) impulsionavam ou freavam os movimentos de proliferação dos povos. Dentro de uma interpretação naturalizada, o território foi concebido como um elemento natural, o “solo – *Boden*”, essencial para determinar o desenvolvimento civilizatório de uma sociedade e o favorecimento ou não do crescimento dos Estados. Assim, para Ratzel:

Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território no qual se concreta os recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da decadência futura (Ratzel, *apud* Morais 1990. p.74)

Nesse sentido, o elemento essencial para formar um Estado forte e para o enraizamento de uma sociedade era o solo– *Boden*, e só o solo poderia ser a testemunha visível e material de um Estado. Para Ratzel em sua geografia política clássica, o Estado é rotulado como o único núcleo legitimado do poder.

A concepção ratzeliana de institucionalizar o poder na figura do Estado-nação lhe rendeu críticas vindas de Raffestin (1993), que considera o Estado uma entidade política e o território um espaço onde se produz as relações sociais, econômicas e culturais entre pessoas ou grupos, que, por sua vez, estabelecem relações de poder materializadas no território. A citação abaixo ilustra suas proposições:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)

em qualquer nível. Ao se aproximar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens construíram para si⁷ (RAFFESTIN, 1993, p. 143/144).

Na citação anterior, percebe-se que, para Raffestin, a “produção” do território é realizada a partir da ação de um ator sintagmático representado por:

Todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, *latu sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede de rodovias etc (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

Ao colocar em prática seu projeto,⁸ o ator apropria-se do território que passa a ser composto por um cenário composto por elementos e representações que compõem um sistema territorial. Esse sistema, segundo Raffestin (1993, p. 151), “se constitui como o invólucro no qual se originam as relações de poder”, são as formas assumidas pela estrutura manipulada por um ator sintagmático. Dentro desse propósito, as formas estruturais do sistema territorial em uma leitura euclidiana estão arquitetadas por superfícies, pontos e linhas, ou, para Raffestin (1993), a ação está representada geometricamente em nós, redes e tessituras⁹. Essas formas podem ser observadas de maneiras muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes nos territórios.

Pontos que interligam retas e agrupam as malhas representam um “espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o

⁷ Souza (2007) realiza críticas contundentes à forma como Raffestin (1993) conceituou o território. Segundo as interpretações de Souza (2007), Raffestin reduz o espaço ao espaço natural (primeira natureza), sendo o território automaticamente transformado em espaço social. Observa-se bem essa crítica quando Souza discorreu que: “Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional (da sua geografia do poder mais abrangente do que como uma geografia do Estado), pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 2007, p.97).

⁸ Para Raffestin(1993), qualquer projeto realizado possui representações que revelam a imagem desejada de um território. Todo projeto é sustentado por um conhecimento prático, isto é, por ações e/ou comportamentos que supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. Esse sistema é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção que compõem um cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder.

⁹ Os exemplos postos pelo autor ao se reportar as nodosidades, redes e tessituras, estão relacionados à centralidade e marginalidade de cidades e a redes de informações.

espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido” (Raffestin, 1993, p. 147).

No processo de construção territorial os “nós”, as redes e as tessituras possuem designações distintas. Para Raffestin (1993), os pontos podem representar a localização de atores ou propriedades. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas, podendo ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. Com relação a malhas sua dimensão quase nunca é aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são fatores físicos e outros são humanos (econômicos, políticos, sociais e/ou culturais).

Adotaremos a tipologia de elementos que compõem a produção do território proposta por Raffestin (1993), denominada por ele de “invariantes territoriais” esta tipologia analisa os açudes, corpos d’água e poços como nós, os canais, adutoras e drenagem natural como redes e os perímetros irrigados como tessituras. Consideramos que o grande desafio é tentar ir além da imagem territorial projetada, é desvendar o que está por trás das representações espaciais, ou seja, analisar as intenções dos atores e as relações de poder no território. Vale salientar que as formas adotadas são compostas por relações temporais e podem abranger e ter escalas territoriais variadas. Acreditamos que essas representações facilitarão a visualização das ações concretas do Estado, que ao longo dos anos vêm transformando, com a construção de açudes, adutoras, canais de transposição de água e criação de perímetros irrigados, os sistemas hídricos no Nordeste.

Por citar em outras linhas do texto a “ação do Estado”, há uma necessidade de identificar quem é esse Estado. Nesse caso, trata-se do governo estadual, sobretudo o governo do estado da Paraíba, mas também o governo federal, ambos representando o poder formal, o Estado capitalista, concebido nessa pesquisa dentro da perspectiva de classe.

Não cabe aqui fazer uma revisão da teoria do Estado fundamentada numa análise marxista, visto que seria um longo caminho a percorrer. Porém, algumas questões relevantes devem ser destacadas. Uma destas questões versa sobre a idéia de uma instituição que ao longo de sua formação está se metamorfoseando conforme o amadurecimento do capitalismo, e a idéia de que é no Estado onde se expressam e condensam as relações sociais em classe, portanto, ele é “um produto das relações de dominação e também o seu modelador” (Carnoy, 1994, p 22).

Outra questão relevante posta sobre o Estado é a de que o mesmo tem a função de controlar os conflitos sociais frente às mudanças na economia e a divisão social do trabalho. Sobre esse fato na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels afirma que:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado [...] O Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 1985, p. 191 – 194)

É possível observar que o Estado é um aliado da classe dominante. A classe dominante, por sua vez, exerce pressão política e econômica sobre o estado visando não só o atendimento de suas necessidades como também a legitimação de ações que se dão em detrimento das classes menos favorecidas. Neste sentido, o Estado atua de forma contraditória. Isto porque utiliza um discurso voltado para atendimento das necessidades da população, mas, concretamente, alia-se e subordina-se a uma única classe, que é a que detém o poder político e econômico.

Alguns marxistas contemporâneos se opõem a visão de um Estado que simplesmente serve como um instrumento da classe dominante. É o caso de Offe (1984, p.123) para quem o Estado “protege e sanciona instituições e relações sociais que, constituem o requisito institucional para a dominação de classe do capital; e o Estado nem está a serviço nem é instrumento de uma classe contra outra”.

A idéia de um governo que pretende servir aos interesses da maioria, mesmo que, na prática, nem sempre o faça, segundo Carnoy (1994, p 20), está implícita nas análises do Estado que se apóiam na visão pluralista. Outros fatores relevantes posto por Carnoy (1994), é que “a natureza de classe no Estado é expressa através da “estrutura” do desenvolvimento capitalista ou das relações de produção” e o “controle da classe dominante sobre o Estado é contestado nos aparelhos políticos pelas classes subordinadas e por movimentos sociais”.

No caso concreto do estudo, a resistência dos camponeses que lutam por terra e água e são apoiados, sobretudo, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT,¹⁰ pode

¹⁰ Para Mitidiero Junior (2008, p.148), a CPT que nasceu em 1975 se tornou um “braço de apoio aos injustiçados do campo brasileiro, no momento em que estava de um lado, a truculenta ditadura militar brasileira e uma sociedade marcada pela injustiça de desigualdade social fruto do desenvolvimento capitalista, e, do outro, um espaço de abertura da igreja

então ser considerada como uma forma contestação à lógica dos programas desenvolvidos por agências políticas do Estado, que ao longo das últimas décadas apoiando-se no discurso do “bem-comum”, tem realizado ações que privilegiam a classe dominante.

Relacionados aos recursos hídricos, alguns exemplos dessas ações serão apresentados nos itens subseqüentes desse capítulo a qual compreende basicamente três eixos de análise. a primeira analisou o período da política de construção de açudes ou pontos de água, que teve início no ano de 1909 com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS. A segunda analisou a política de integração de bacias com a construção de adutoras ou canais de transposição de águas, ou seja, o período das águas em movimento. Por fim, a terceira etapa dedicou-se a investigar o desenvolvimento das malhas da fruticultura irrigada, com ênfase no Perímetro Irrigado de Sousa.

caracterizada por variadas e diferentes instituições que atuavam junto às classes menos favorecidas”. A CPT Nacional passou a ter a problemática da água como um dos grandes eixos de sua atuação em uma Assembléia Nacional ocorrida em 1999. Porém, só em 2001 a água foi definitivamente assumida como linha de trabalho da CPT. O marco dessa decisão ocorreu durante o 1º congresso realizado em Bom Jesus da Lapa – BA. Nesse congresso foi proposto para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB a realização de uma Campanha da Fraternidade cujo tema central fosse a água. Em 2004 o tema da campanha da fraternidade foi de fato, “Água, fonte de vida – fraternidade e água”. Nesse mesmo ano foram realizadas romarias que buscaram chamar a atenção da sociedade sobre o tema da Reforma Agrária e do acesso à água.

1.1- Os pontos: os açudes do nordeste brasileiro e a atuação dos agentes do Estado na execução da política de açudagem no nordeste brasileiro.

As razões para a existência de uma grande área de clima semi-árido, insulado num quadrante de um continente predominantemente úmido são relativamente complexas. Ab'Saber (2003), explica que o fenômeno ocorre no Brasil porque as massas de ar tropical atlântico (incluindo a atuação dos ventos alísios), em alguns momentos têm baixa condição de penetrar de leste para oeste, beneficiando apenas a zona da mata e interferindo na falta de precipitação durante alguns meses no domínio geral dos sertões.

As regiões semi-áridas no nordeste brasileiro são caracterizadas, de modo geral, pela irregularidade das chuvas no tempo e no espaço, pela predominância de solos cristalinos com baixa capacidade de absorção de água e alto nível de evapotranspiração. Essas limitações naturais foram e são fortemente usadas como desculpas para justificar o atraso social e econômico regional do nordeste.

Desde que se têm registros de que o fenômeno climático seca acometeu a vida social e econômica da população na região semi-árida do nordeste brasileiro, políticas públicas foram desenvolvidas pelo estado para tentar combatê-lo.

Sabe-se que a ocorrência de secas no nordeste é anterior à chegada dos portugueses. No entanto, em virtude do nomadismo dos índios e do baixo nível de ocupação demográfica do semi-árido no período pré-cabralino, o seu impacto sobre a organização social e econômica regional não teria sido tão grande quanto o registrado com a ocupação e o adensamento populacional do território verificado após a colonização portuguesa (ANDRADE, 1999).

As ações de combate às secas foram fortemente criticadas por autores como Francisco de Oliveira (1981), este autor considera conservadora a forma de pensar o problema da falta de água na região nordeste. De acordo com o autor, a classe política nunca pretendeu colocar em discussão as verdadeiras causas relacionadas à miséria material da população acometida pela seca. As discussões centravam-se nas questões de cunho climático, entendidos como aquelas que se referem aos aspectos naturais da falta de água. Ao longo da história, essa iniciativa, provocou e ainda provoca a cooptação do Estado pelas oligarquias políticas da região nordeste que desejam garantir a manutenção do *status quo*.

De acordo com Torres, Silva & Lima (2006, p. 22):

No semi-árido do nordeste brasileiro, durante décadas o problema de acesso à água tinha como justificativa principal o fator climático da região. Com a evolução da ciência e, conseqüentemente, o

desenvolvimento de novas técnicas, passaram a existir possibilidades de extrair ou represar a água, então, o problema da falta de água passa a ser também de natureza política.

Durante os séculos XVIII e XIX, longos períodos de estiagem foram registrados na região nordeste¹¹, tendo sido contabilizadas, segundo relatos de Silva (2005, p.16), doze secas de grande intensidade. Nesse período, sobretudo no século XVIII, constata-se uma negligência do Estado em relação à questão das secas.

No século XVIII, foram registradas as secas de 1710/11, 1724/27, 1744-46, 1766, 1777-78 e 1790-93 (SOUZA & FILHO, 1983 apud TARGINO e MOREIRA, 2006). Ao longo do século XIX, tem-se registro das seguintes secas: 1803-04, 1809-10, 1824-25, 1844-45, 1877-79 e 1888-89 (GUERRA: 1981 apud TARGINO e MOREIRA, 2006).

No século XX esse quadro, continuou a castigar a região, sendo registradas 14 ocorrências de secas, apontados por Targino e Moreira (2006), na seguinte seqüência de anos: 1900, 1903-04, 1915, 1919, 1931-32, 1942 e 1951-53, 1958, 1966, 1970, 1976, 1979-83, 1993, 1998-99.

A seca tida como o principal problema do desenvolvimento do nordeste faz com que o Estado passe a se apropriar de técnica para extrair ou represar a água como poços, açudes e barragens. Essa apropriação técnica teve início, sobretudo no século XIX e primeira metade século XX, quando o Estado criou suas agências às inspetorias, superintendências e departamentos. Para (SANTOS, 1996), as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria o espaço.

O marco inicial da implantação da infra-estrutura hídrica no nordeste brasileiro, e, em especial nas áreas de clima semi-árido, ocorreu em 1904 com a criação da Comissão de Açudes e Irrigação, Perfurações de Poços e a Comissão de Estudos Contra os Efeitos da Seca que passaram a atuar de forma fragmentada na região. As ações assistencialistas, como, por exemplo, o envio de recursos e de alimentos para atender as necessidades mais emergenciais das populações atingidas pelas secas e o deslocamento da população flagelada, marcaram esse período.

¹¹ A definição da região nordeste sofreu mutações ao longo da história econômica e social do Brasil. O IBGE fez a primeira divisão regional oficial do Brasil na década de quarenta. Nesta divisão o Nordeste era composto pelos estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e de Alagoas, além do território de Fernando de Noronha. Diante de algumas reivindicações, como a de reconhecer Sergipe e o Norte da Bahia oficialmente como estado do nordeste, foi realizada uma nova estruturação do espaço regional que acabou incluindo Sergipe como estado do nordeste. Em 1959, com a criação da SUDENE, foi definida como área de sua atuação, os nove estados citados anteriormente e o norte de Minas Gerais.

Durante o governo Afonso Pena, o ministro Lauro Muller, através de uma Portaria de 07 de maio de 1906, unificou as comissões na denominada “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”, sediada no Rio Grande do Norte. Com a criação da Superintendência buscava-se evitar a dispersão de recursos e a duplicação de esforços. A existência da Superintendência, no entanto, foi de curta duração. Na verdade, ela foi extinta em 1907 e, em seu lugar, foi restabelecida a Comissão de Açudes e Irrigação, com sede em Fortaleza (TARGINO e MOREIRA, 2007, p. 103-104).

A partir de 1909, o Estado brasileiro estruturou as bases de sua política de combate às secas através da criação de inspetorias e superintendências. Muda a estratégia da intervenção que anteriormente era restrita ao envio de socorros e alimentos aos flagelados. Tais ações apresentavam um caráter predominantemente assistencialista, marcado pelo envio de recursos e de alimentos para atender as necessidades mais emergenciais das populações atingidas pelas secas que em períodos críticos migravam para os centros urbanos. É então criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, através do Decreto 7.619 de 21, de outubro de 1909, editado pelo então presidente Nilo Peçanha. A IOCS tinha a incumbência de gerenciar projetos de obras para represamento de águas em barragens, na intenção de mitigar o problema das estiagens periódicas. Acreditava-se que obstar a perda de água com obras de açudagem em larga escala seria a solução definitiva do problema das secas.

Diante da inoperância em relação às ações que deveriam ser por ela desempenhadas, e por manter-se atrelada a práticas clientelistas e conservadoras, a IOCS é reformulada cedendo lugar, em 1919, à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS¹². A racionalidade técnica e política seria o diferencial entre as duas inspetorias. Para os técnicos do IFOCS, a implantação de uma açudagem de alto nível seria capaz de amenizar os efeitos da falta de água do cotidiano dos nordestinos e propiciar o desenvolvimento regional. Até 1934¹³, este órgão foi o responsável pela construção de 208 pontos de água, sendo 161 açudes em cooperação com os estados, municípios e particulares, e apenas 47 construídos em localidades públicas (SILVA, 2005).

De acordo com Lima e Mariotone (2002), o discurso da seca foi utilizado pelos grupos oligárquicos regionais e seus prepostos políticos para captar verbas públicas em benefício próprio, dando origem à chamada “indústria da seca”. Atrelada a política de favorecimento às terras particulares, estava a lucratividade das obras públicas desenvolvidas.

¹² Decreto 13.687/1919

¹³ Vale recordar que o Código das Águas foi publicado neste mesmo ano, aprovado através do Decreto Federal de nº 24.643 de 10 de julho de 1934.

Em alguns casos, como relata Oliveira (1981, p. 121), as verbas vindas do Estado para a construção das barragens, eram aplicadas nas propriedades de grandes e médios fazendeiros nordestinos. Na maioria das vezes essas barragens serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e, apenas marginalmente, para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” situadas nas suas ribeiras.

Constata-se desse modo que a política hidráulica desenvolvida pelo Estado não tinha como meta de desenvolver uma boa gestão das águas e nem o atendimento da satisfação dos interesses gerais da população. Essa política beneficiou particularmente os grandes proprietários que vão assumir a sua condição de “senhores da água.”¹⁴ Isto porque eles detinham o controle da água uma vez que os açudes estavam alocados no interior de suas terras o que no semi-árido, sobretudo nos longos períodos de estiagens representa o poder.

Em 1945, a IFOCS é reformatada dando origem ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. Esta se configura como mais uma instituição voltada para a tentativa de mitigação dos efeitos da seca, nas regiões inseridas no Polígono das Secas¹⁵. O DNOCS foi responsável pela construção de 310 açudes públicos e 662 barragens privadas em propriedades de grandes e médios fazendeiros (OLIVEIRA, 1981). Esses dados evidenciam que a política pública de açudagem no nordeste esteve historicamente associada à construção de barragens em terras privadas, contribuindo, desta forma, para associar a forte concentração de terras no semi-árido à concentração de água. Com efeito, a IOCS, a IFOCS e depois o DNOCS, dirigiram suas ações para a construção de barragens.

Em dados citados por Malvezzi (2007), o semi-árido brasileiro é hoje uma das regiões mais açudadas do planeta. São aproximadamente 70 mil açudes. Um dos responsáveis por esse feito é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Em um levantamento realizado por Veiga (2000), as águas represadas em açudes do DNOCS propiciavam a exploração de 82 mil hectares de áreas de vazantes e a produção de 17 mil toneladas de pescado, além de prover a irrigação de cerca de 110 mil hectares, sendo 67 mil hectares em áreas privadas e 30 mil hectares em áreas públicas, e o abastecimento humano de 1,7 milhões de pessoas em cidades do semi-árido brasileiro.

¹⁴ Sobre os “senhores das águas” ver Petrella (2002).

¹⁵ A Região nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177,8 km². Deste total, 962.857,3 km² situam-se no Polígono das Secas, delimitado em 1936, através da Lei 175, revisada em 1951. O Polígono abrange as áreas de clima semi-árido, sujeitas a repetidos efeitos das secas, ou seja, abrange parte dos oito estados nordestinos, exceto o Maranhão, além da área de atuação da atual ADENE em Minas Gerais, com 121.490,9 km² (fonte: Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE/ 2006).

Atualmente no estado da Paraíba, o DNOCS é o responsável pela administração de 41 (quarenta e um) açudes. É importante considerar que a construção dessas barragens transformou o espaço geográfico paraibano, sobretudo da região semi-árida. Ao redor das barragens¹⁶ formaram-se e desenvolveram-se novos núcleos urbanos e a partir daí novas relações sociais e econômicas. Como exemplo, citamos a cidade de Coremas, localizada no oeste do Estado da Paraíba, onde estão localizados os açudes de Estevam Marinho mais conhecido como Coremas e Mãe D'água. No item seguinte detalharemos algumas informações sobre os açudes que possuem significância para essa pesquisa considerando o fato de que ambos fornecem água para o sistema de transposição do Canal da Redenção.

As referidas inspetorias, IOCS, IFOCS e DNOCS, não conseguiram, com suas ações, criar condições favoráveis para o desenvolvimento da região nordeste. Estes órgãos restringiram-se à execução de medidas paliativas como a construção de poços e açudes, baseados na idéia de que “era necessário lutar pela otimização dos recursos hídricos, sem considerar quais eram os elementos sócio-estruturais que implicavam na limitação dos mesmos e que produziam o quadro adverso da região Nordeste, em relação às demais regiões do país” (SILVA, 2005, p. 36).

Em 1956, na cidade de Campina Grande, ocorreu o 1º Encontro dos Bispos do Nordeste. Neste encontro foi assumido o compromisso pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, de repensar a forma de intervenção do estado brasileiro. Para tanto, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado por Celso Furtado, através do Decreto nº 40.554, de 14.12.1956. O relatório apresentado pelo grupo, em 1958, identifica o subdesenvolvimento como a principal causa do problema nordestino.

A raiz do problema nordestino é o seu subdesenvolvimento face ao centro dinâmico da economia brasileira, o centro-sul do país. Após mostrar que os diferenciais inter-regionais de renda vinham se aprofundando, o documento elege como estratégia central para a superação desses diferenciais o processo de industrialização regional. (...) Chama-se a atenção para o fato do GTDN ter praticamente descartado a “solução hidráulica”. Com efeito, após identificar que a seca era antes de tudo uma calamidade social decorrente de um adensamento de população e de uma forma de exploração dos recursos de um modo não condizente com a limitação do quadro natural, o GTDN preconiza uma ocupação do espaço de forma racional e o ‘enxugamento’ do excedente

¹⁶ É também em torno da área seca de um açude público que tem início os conflitos por terra do Sertão, ou seja, em função dos dois recursos naturais fundamentais à sobrevivência humana no semi-árido: a água e a terra (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 91).

populacional, através de um movimento migratório dirigido. (TARGINO e MOREIRA, 2007, p.48)

Para implementar as diretrizes estabelecidas pelo GTDN, é criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), que teve a incumbência de elaborar o anteprojeto de lei de ações políticas que a SUDENE teria que realizar. Em 1959, é promulgada a lei nº 3.692, criando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo central promover o desenvolvimento regional, cabendo-lhe, para tanto, coordenar a atuação de todos os órgãos federais com atuação no nordeste.

Para Oliveira (1981, p.116), a SUDENE, é marcada, desde sua origem, pela intervenção “planejada”, que se reflete nos textos de leis de sua criação e nos seus planos-diretores. Este órgão representa uma intervenção estatal dirigida para a superação do subdesenvolvimento regional, tomando como marco de atuação a política de industrialização, a reorganização da atividade primária na zona açucareira e na zona do semi-árido, o povoamento da pré-amazônia e o fortalecimento da infraestrutura produtiva regional.

A grande preocupação da SUDENE era com a disparidade social e econômica que ocorria entre as regiões brasileiras. Inspirada na teoria cepalina que identificava a deterioração dos termos de intercâmbio como uma das principais causas do subdesenvolvimento, é privilegiada a estratégia de incentivos à industrialização para substituição de importação. Essa industrialização regional foi estimulada por meio de incentivos fiscais e creditícios às empresas que se instalassem no nordeste. Tal política não foi bem vista pelas oligarquias conservadoras da região que se sentiram ameaçadas com a perspectiva do fim dos benefícios fornecidos aos latifundiários¹⁷ através da indústria da seca.

Na década de 1970, o governo federal incentivou a SUDENE a desenvolver o processo de industrialização do nordeste através dos Planos Diretores da SUDENE-PND. No total foram desenvolvidos mais de seis Planos de Desenvolvimento Regional – PRD.

As políticas governamentais da SUDENE desenvolviam ações de modernização agrícola e pecuária. O Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro) e o Pólo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte), são exemplos consolidados da política de desenvolvimento regional que apresentam a agricultura irrigada para exportação.

¹⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre a reação dos setores oligárquicos diante a criação da SUDENE, ver Oliveira (1981).

Na década seguinte, em 1980, o Brasil passou por um momento de redemocratização e concomitante a esse momento, um período de recessão e interrupção no envio de recursos financeiros para o nordeste que culminou na falência das políticas de “desenvolvimento” regional.

Em toda a década de 1990 a SUDENE passa por um momento de crise, com fortes denúncias de irregularidades e corrupção. Em 2001, por medida provisória sancionada por Fernando Henrique Cardoso, a SUDENE é extinta e substituída mais uma vez por outra agência do Estado, com o nome de Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

A fragilidade na conjuntura das políticas desenvolvidas pelo Estado acaba por agravar ainda mais as questões sociais básicas como o acesso a água. Na tentativa de modificar essa realidade, vislumbram-se no final do século XX e início do século XXI, outras formas estruturais de convivência com o clima semi-árido, a exemplo da captação e armazenamento de água da chuva, do manejo sustentado da caatinga e de tecnologias alternativas de plantio.

Esse novo paradigma de “conviver com o semi-árido” se apóia na idéia de que é possível construir ou resgatar relações de convivência com base na sustentabilidade ambiental, na qualidade de vida das famílias sertanejas e no incentivo às atividades econômicas apropriadas. O protagonismo desse novo paradigma não pertence aos governos e nem aos grupos dominantes regionais. Os novos atores da proposta da convivência são organizações da sociedade civil e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam no semi-árido (SILVA, 2007). Como exemplo, a Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, criada em 1999 na cidade de Recife – PE, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca. A consolidação da ASA enquanto espaço de articulação política da sociedade civil ocorreu em 2000.

A quebra do monopólio do acesso a água e a terra, a desertificação, a educação para a convivência com o semi-árido, o financiamento das atividades agropecuárias, a assistência técnica e a biodiversidade, são alguns eixos de ação da ASA.

Segundo dados da ASA (2008), atualmente existem mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos vinculados a esta entidade, entre eles estão: igreja católica e evangélica, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

Como resultado dessa articulação, em 2002 foi criado, com o objetivo de gerenciar o “Programa Um Milhão de Cisternas” (P1MC), a Associação Programa Um

Milhão de Cisterna - AP1MC que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que em 2007, também passou a fazer a gestão do programa “Uma Terra e Duas Águas” (P1+2)¹⁸.

Com relação aos programas governamentais, as ações do governo federal para a construção de cisternas estão sendo posto em prática no âmbito do programa Fome Zero. Até maio de 2006, segundo dados levantados por Silva (2007), o governo federal investiu 239 milhões de reais na construção de 143 mil cisternas, beneficiando 715 mil pessoas nos municípios do semi-árido brasileiro.

Apesar de recente, a nova forma de olhar a convivência do homem com a semi-aridez, está sendo assegurada por projetos pequenos e pontuais. O que está faltando, como relata DINIZ, (2002, p. 44), são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, uma gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública. Com a aplicação dessas medidas, poderão ser corrigidas as distorções estruturais seculares responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural do nordeste brasileiro.

Malgrado a essas novas iniciativas, não se pode negligenciar a importância das obras de açudagem no semi-árido nordestino. No caso dessa pesquisa, enfocamos o sistema Coremas-Mãe D’água, pelo papel que desempenha na construção/configuração e abastecimento do Canal da Redenção.

¹⁸ No programa uma terra e duas águas que esta sendo posto em prática pela ASA desde 1997, possui o objetivo principal de viabilizar uma terra para desenvolvimento do processo produtivo, garantindo a segurança alimentar e nutricional das famílias e duas formas de captação da água da chuva, essencial para a sobrevivência das famílias camponesas que habitam no semi-árido.

1. 1. 1 – Os açudes de Estevam Marinho e Mãe D'água

O açude Estevam Marinho, popularmente conhecido como Coremas, teve sua construção iniciada pelo DNOCS em 1937 e sua conclusão em 1943, com capacidade máxima de 720 milhões de metros cúbicos de água.

O açude Mãe D'Água, construído entre os anos de 1953 e 1956, tem capacidade máxima de 648,7 milhões de metros cúbicos de água.

Ambos foram construídos com o objetivo de dotar a região de uma estrutura hídrica para mitigar os efeitos gerados pelas secas periódicas causadas pela irregularidade das chuvas na região de clima semi-árido.

O sistema Coremas/ Mãe d'água é composto por reservatórios isolados que, quando ligados por um canal tubular, constituem-se no maior reservatório artificial de água do estado da Paraíba e o terceiro maior do nordeste. A interligação dos reservatórios pode ser observada na figura 2.

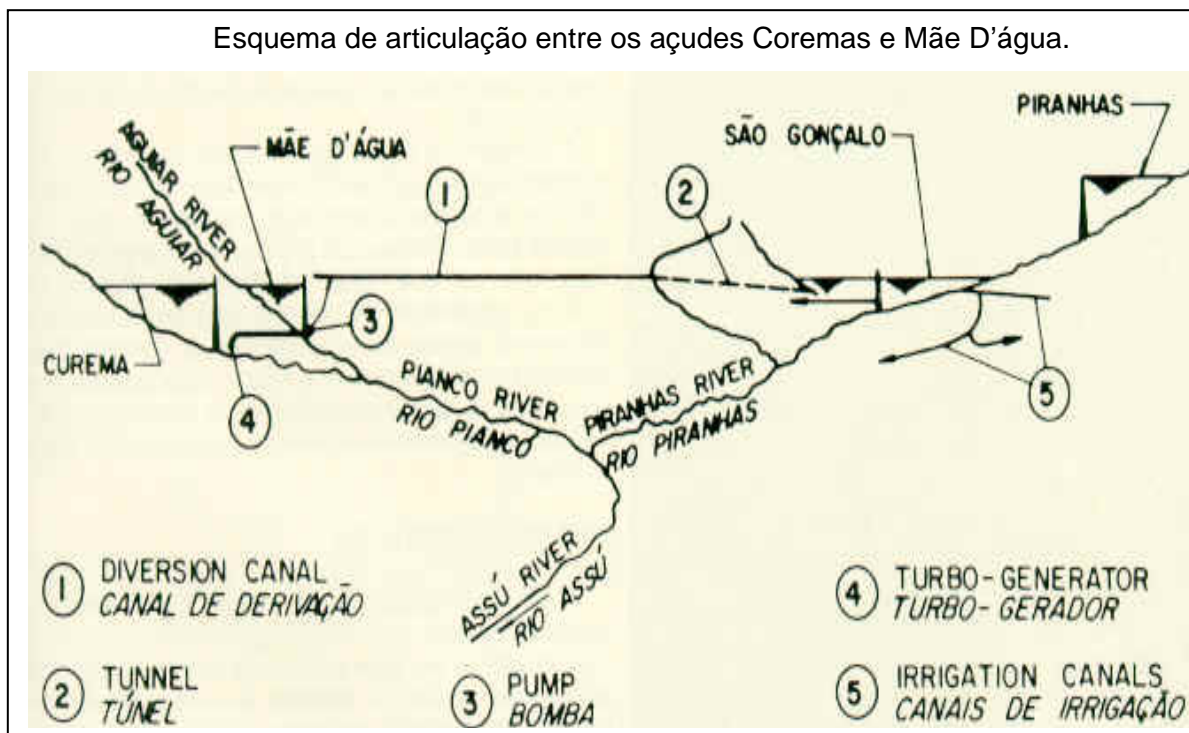


Figura 2: Croqui do sistema Coremas/ Mãe D'água.

Fonte: AGUIAR (1941)

As águas que constituem os reservatórios, são provenientes da bacia do Piancó, que nasce no sudoeste do estado da Paraíba na região do município de Conceição, percorrendo 70km até chegar a Coremas e Mãe d'água.

Através das fotos 1 e 2 pode-se comparar as mudanças na infra-estrutura do sistema Mae D'água em dois momentos, que são o final da década de 1900 e em meados de 2007. Observando as duas é possível perceber que a principal mudança

foi a construção do Canal da Redenção no lado direito da barragem. Nesse sentido, é possível através da documentação fotográfica, constatar que os objetos técnicos inseridos no espaço se transformam na medida em que evoluem as forças produtivas e conseqüentemente a ação do homem sobre o mesmo.

A paisagem refletida nas fotografias, portanto, representam bem mais do que objetos fixos (naturais e técnicos), representam o trabalho do homem, a ação do Estado e as relações de poder sobre o território que vão além do visível mas estão nele contidos.

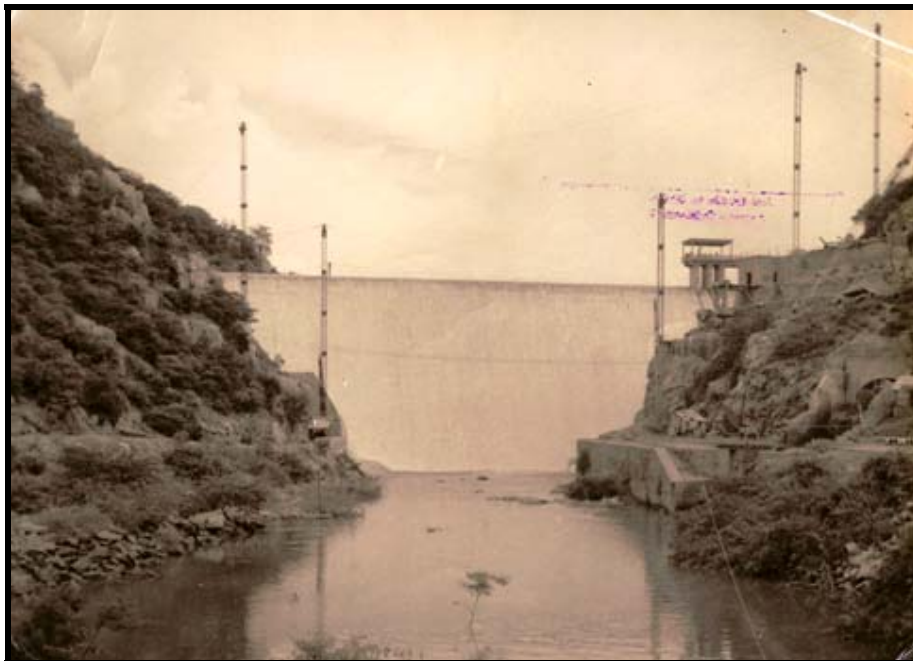


Foto 1 – Vista do Sistema Coremas/ Mãe D'Água, final da década de 1958.
Fonte: Acervo particular da senhora Adevanir D. Oliveira.



Foto 2 – Vista do Sistema Coremas/Mãe D'água, meados de 2007.
Fonte: Valéria R. P. Lima.

As águas dos açudes Coremas e Mãe d'água são usadas para o abastecimento de cidades, geração de energia, piscicultura, irrigação, turismo, regularização da vazão do rio Piancó e dos rios a jusante do sistema, a exemplo do rio Piranhas, além disso, ofertam água ao canal de adução responsável por levar a água para o Projeto Hidro-agrícola das Várzeas de Sousa – PIVAS.

Os açudes, objetos fixos¹⁹ estruturados em nós, construídos durante a política de acumulação de água em superfície, se interligarão em redes (adutoras, canais de transposição), tornando-se fluxos que levam a água e fazem revelar novas relações de produção e, conseqüentemente, as novas relações de poder nas tessituras, formas territoriais dos projetos de irrigação.

Para Santos (1996), os fixos e os fluxos, interagindo, expressam uma realidade geográfica e é desse modo que, conjuntamente, aparecem como um objeto de estudo para a geografia. Segundo o mencionado autor:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam (Santos, 1982, p. 53).

Interessa a este trabalho conhecer a estrutura das redes de interligação das águas no nordeste para melhor entender o funcionamento no âmbito do sistema Coremas/Mãe D'água para o Canal da Redenção.

¹⁹ Usar a terminologia “fixos” para falar de água torna-se um pouco complexo, visto que a água está em constante movimento na sua dinâmica do ciclo hidrológico. Porém, para ilustrar que as águas dos açudes entraram em movimento através dos canais de transposição, buscando utilizar uma conceituação geográfica, esse termo, apoiado em Milton Santos, foi o mais adequado.

1.2 - As redes: A interligação das águas

O período de atuação do Estado com relação ao armazenamento das águas em pontos cedeu lugar para o período das águas em movimento, águas interligadas em redes. Desde a década de 1990,²⁰ estão sendo realizadas com maior ênfase em todo o nordeste brasileiro obras de transposição de águas dos açudes ou bacias hidrográficas para serem interligados através de redes de adutoras e de canais de água.

O termo rede para O. Dollfus (1971, p.59), se limita aos sistemas criados pelo homem, deixando aos sistemas naturais como rios, o nome de circuitos. A verdade, porém, é que uns e outros apenas são valorizados pela ação humana, contudo, eles podem ser interpretados como uma única rede articulada.

A construção de “rios artificiais” possui diversos propósitos, entre eles estão: a adução de água para o abastecimento das cidades, para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, da piscicultura, da carcinicultura, das atividades agropecuárias e industriais. As obras de fluxos de água em redes exercem forte influência na dinâmica da vida social e econômica.

No estado do Rio Grande do Norte, segundo Pereira (2005), as principais obras de condução de água são: Sistema Adutor Agreste, Trairi, Potengi; Sistema Adutor Alto Oeste; Sistema Adutor Jardim do Seridó; Sistema Adutor Médio Oeste; Sistema Adutor Mossoró; Sistema Adutor Piranhas Caió; e Sistema Adutor Sertão Central Cabugi. Com relação às obras relacionadas a projetos de irrigação destacam-se os projetos Baixo Açú, Mendubim e o Canal Pataxó.

No estado do Ceará, a obra em destaque é o Canal da Integração que conduz água do reservatório de Castanhão até a região metropolitana de Fortaleza. Essa rede de água é composta de 255 km de extensão, sendo 166 km de canais, 93 km de adutoras e 1 km de túneis que estão subdivididos em cinco trechos. Essas obras são fruto da parceria entre o governo federal com investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Mundial e do governo do estado do Ceará.

A mais importante parte da grande rede de interligação de água que está sendo construída no nordeste do Brasil é o da transposição das águas do rio São

²⁰ Foi também nessa década que foi criada com o suporte da União, a Lei n.9.433/1997, a chamada Lei das Águas. Dentro dessa lei o controle do uso, por meio de instrumentos como outorga e da ainda incipiente cobrança pelo uso da água bruta tornou-se mais concreta nos estados brasileiros.

Francisco para o nordeste setentrional. A primeira proposta de transpor água do rio São Francisco data do século XIX, durante o período do Brasil colônia, e retorna a cena nos séculos XX e XXI. Nesse último século, mais precisamente em 2004, o governo federal decide por em prática o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Desde o primeiro momento do anúncio das obras de transposição ou integração das águas do rio São Francisco, surgiram opiniões convergentes e divergentes. Em uma reportagem sobre a transposição do São Francisco escrita por Rubem Siqueira²¹ na revista Pastoral da Terra em 2007, encontramos a seguinte opinião.

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional do Brasil segue uma lógica de dominação política e econômica que é tão antiga quanto o “discurso da seca” e a “indústria da seca”. O desenvolvimento desigual do Brasil se vale das diferenças regionais para manipular falsas soluções que na verdade servem para concentrar renda, riqueza e poder (p.3).

Para Vianna (2005, p. 362), a transposição do rio São Francisco pode se tornar, por um lado, um instrumento para impulsionar o “hidronegócio” e para manter ou aumentar a concentração de terras conforme o modelo agroindustrial e, por outro lado, essa mesma água pode ser usada para viabilizar inúmeros assentamentos rurais no sertão.

Outra polêmica diz respeito às questões de uso dessas águas, alguns defendem o uso prioritário para o abastecimento público das cidades, outros, que o uso seja para irrigação potencializando a fruticultura. Existem também discursos que versam sobre a possibilidade de que a população rural mais carente que ainda são fortemente castigados pelas estiagens periódicas não tenha acesso às águas do São Francisco.

O fato é que independente das discussões que envolvem as problemáticas sobre a transposição e que fazem surgir opiniões contra ou favor, a obra está em pleno andamento (foto 3), conforme foi constatado em trabalho de campo realizado durante o II Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação, evento realizado em junho de 2008 na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Nesse sentido, a questão mais importante a ser debatida nesse atual momento diz respeito à partilha de suas águas para todos os estados da federação. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Integração Nacional o volume de água continuamente transposta será equivalente a 26,4 m³/s de água, ou seja, cerca de 1,4% da vazão da barragem de Sobradinho que é de 1.850 m³/s. A transposição do rio São Francisco será composta de dois eixos, o Leste e o Norte.

²¹ Sociólogo, da CPT Bahia, coordenador do Projeto Articulação Popular para a Revitalização do São Francisco, apoiado pela Misereor / Alemanha.



Foto 3 – Construção do canal de transposição do rio São Francisco na cidade de Cabrobó – PE.

Foto: Pedro Costa G. Vianna. Junho de 2008.

O estado da Paraíba receberá os dois eixos. No eixo Leste,²² de acordo com dados do Ministério da Integração, as águas do rio São Francisco irão percorrer 220km desde seu ponto inicial de captação localizado no município de Floresta – PE, passando por bacias do Pajeú, Moxotó e agreste de Pernambuco até desaguar no rio Paraíba, bacia totalmente inserida em território paraibano, permitindo o aumento da oferta de água para os municípios no entorno da bacia do rio Paraíba, atendidos pelas adutoras do Congo, Cariri, Boqueirão e Acauã.

No eixo Norte as águas do São Francisco serão captadas na cidade de Cabrobó – PE e percorrerão 400km, passando por rios como o Jaguaribe – CE, Apodi - RN e Piranhas-Açu, PB – RN, fornecendo água para os açudes de Coremas/ Mãe D'água, que fornecerão água para o sistema adutor Coremas/Sabugi e para o Canal da Redenção que segue do município de Coremas até Aparecida.

A Paraíba possui uma integração de água em rede com aproximadamente 600 quilômetros de adutoras interligadas as águas dos açudes. Essa interligação surgiu

²² O estado da Paraíba inicialmente não iria receber o eixo Leste da transposição, porém, a percepção da necessidade de ter água nessa região para tentar amenizar fatos como o risco de mais um colapso no sistema de abastecimento de água na cidade de Campina Grande – PB, devido ao baixo nível de água do açude Epitácio Pessoa – Boqueirão - PB, a exemplo do ocorrido entre os anos de 1998-1999, conduziu há um novo redirecionamento do projeto de transposição do rio São Francisco. Para mais informações sobre o colapso no nível de água do açude e de todos os problemas decorrentes da escassez de água ver BRITO (2008).

em resposta ao aumento da demanda por água em toda Paraíba, agregando-se a uma anterior demanda pontual que foi a construção de açudes.

O governo da Paraíba iniciou a interligação de suas águas com o programa “Plano das Águas²³” desenvolvido entre 1997 à 2002. Este plano estabeleceu um novo marco de ações técnicas modificando e transformando o espaço cada vez mais apropriado pelo homem. A maior parte dos recursos que financiaram a construção das obras foi proveniente do programa Pró-água Semi-árido criado pelo governo federal e co-financiado pelo Banco Mundial. Tais recursos são repassados para o Ministério da Integração Nacional, que, por sua vez, é o responsável pelo repasse das verbas para os Estados da Federação.

O Plano das Águas foi o responsável pela implantação de doze projetos hidroagrícolas viabilizados pela interligação das águas em redes, entre eles estão: Piancó I, II, III, IV, V, VI, projeto Gravatá (Nova Olinda), projeto Olho D'água e o projeto das Várzeas de Sousa, irrigado pelo Canal da Redenção.

As construções de redes hídricas são um processo evolutivo no tempo e no espaço, e segundo Castells (1999) as redes são uma estrutura aberta, capaz de integrar contínuos nós (pontos nos quais se entrecorta). Com base nessa citação as redes que interligam as águas no território paraibano, futuramente irão ampliar-se e juntar-se construindo dessa forma uma imensa rede das águas entre a Paraíba e outros Estados que serão banhados pelas águas do rio São Francisco.

²³ Concomitante as ações de infra-estrutura, o Plano das Águas iniciou o processos de implantação da gestão das águas no estado da Paraíba de acordo com a Lei das Águas 9.433/1997.

1.2.1 – A rede formada pelo Canal da Redenção: O caminho das águas de Coremas a Sousa.

A compreensão da trajetória de consolidação do Canal da Redenção e conseqüentemente do perímetro irrigado de Sousa, localizado na mesoregião do sertão da Paraíba, encontra-se relacionada à intervenção do Estado no semi-árido nordestino através de inúmeras políticas públicas, dentre estas, a política de combate à seca, a política de “desenvolvimento econômico no semi-árido” e os novos planos de distribuição e gestão da água.

Na figura 3 indica a localização do complexo Coremas/Mãe D’água, do Canal da Redenção e do Projeto das Várzeas de Sousa.

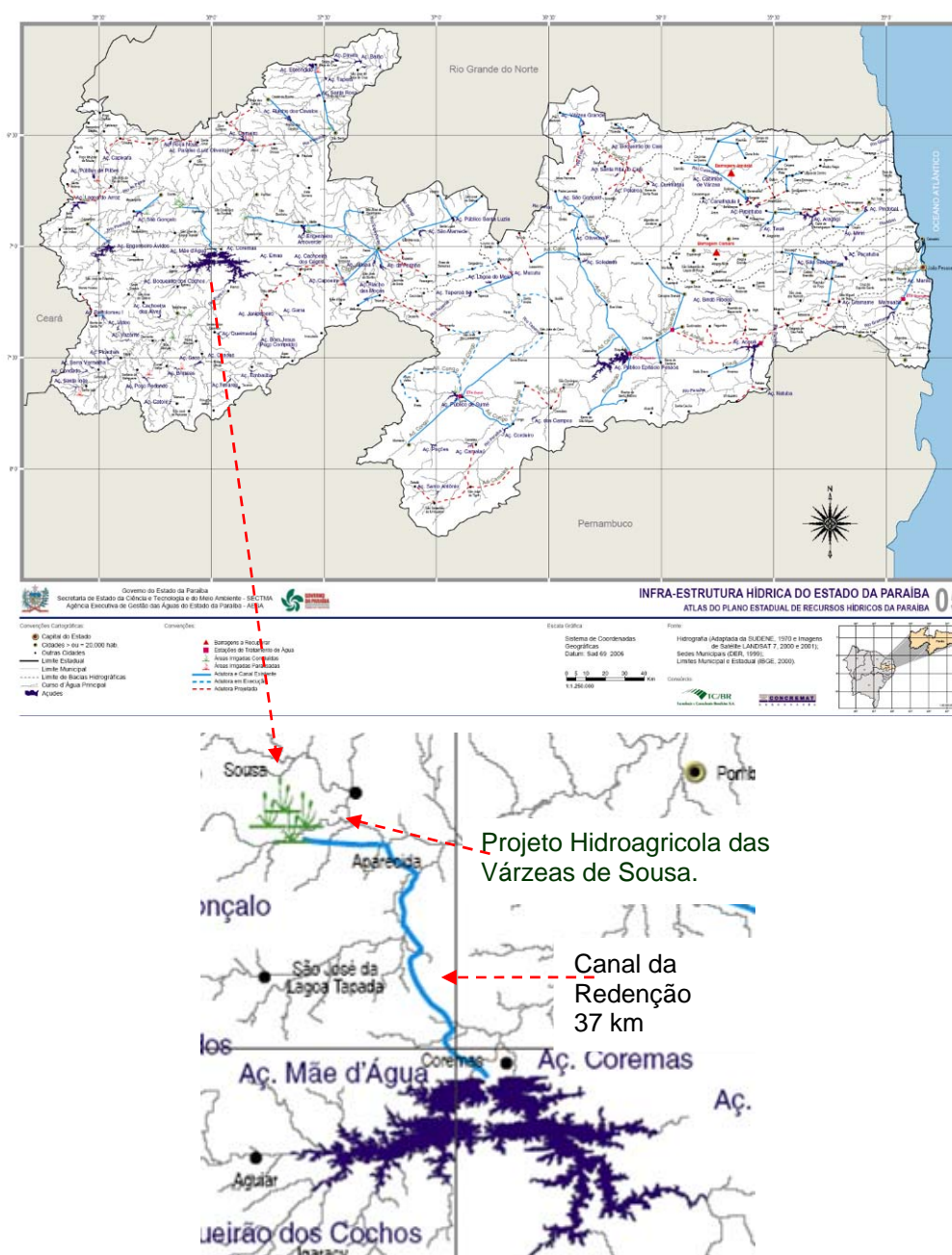


Figura 3: Croqui de localização do Canal da Redenção, do PIVAS e dos açudes Coremas e Mãe D’água.

Fonte: Paraíba (2006). **Organizado por:** Valéria R. P. de Lima.

O Canal da Redenção²⁴ construído entre 1997-2002 durante o Programa Plano das Águas. Ele foi dividido em duas etapas. A primeira delas corresponde à construção do canal condutor de água com uma vazão de 4.000 l/s e com 37Km de extensão que atravessa os municípios de Coremas, São José da Lagoa Tapada e Aparecida como demonstra a figura 4.

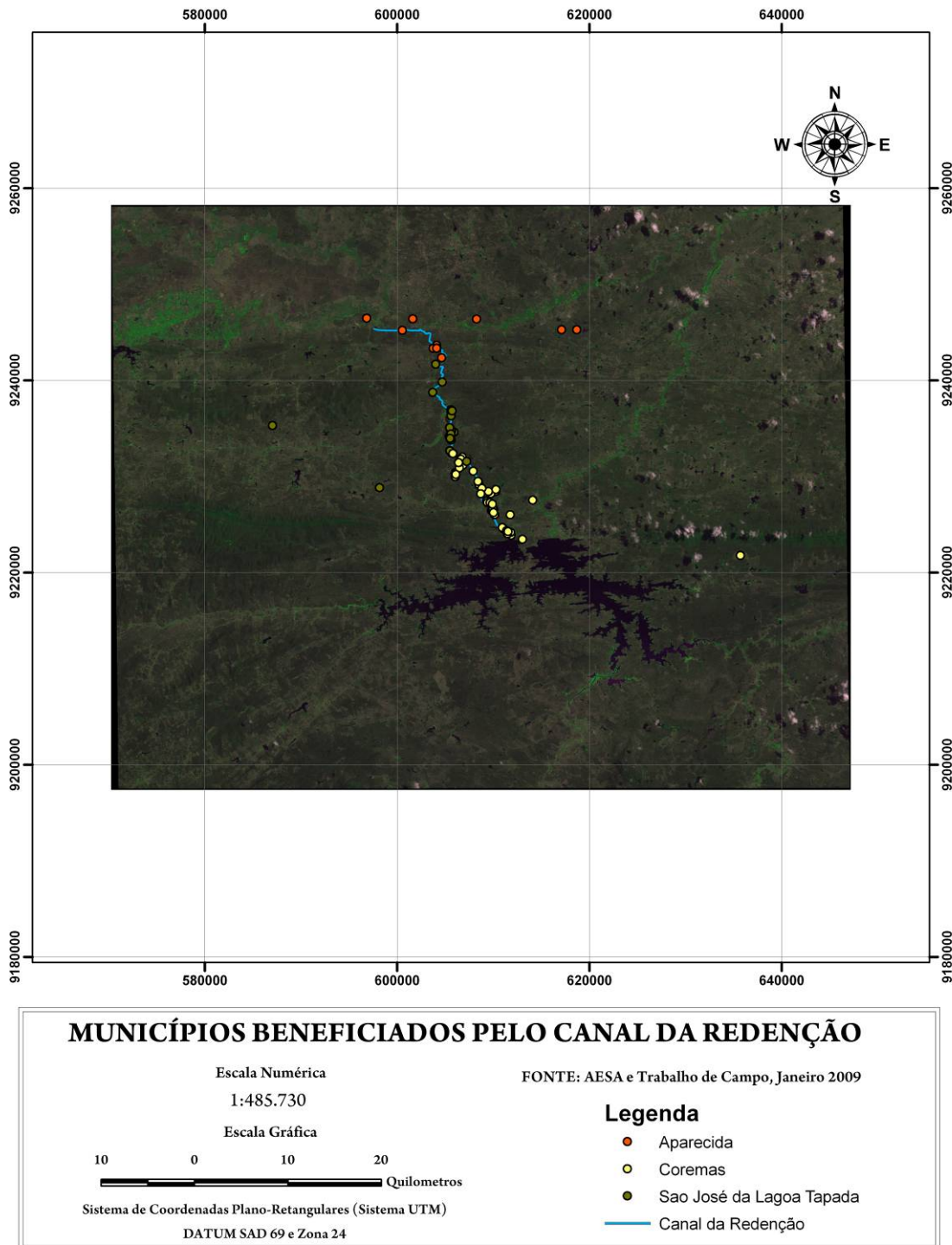


Figura 4: Mapa dos pontos de captação no Canal da Redenção por municípios.

²⁴O Plano das Águas está inserido no Pró-água Semi-árido.

A segunda etapa que iniciou em 2008, corresponde à distribuição de lotes com infra-estrutura para o funcionamento de um projeto de irrigação denominado Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS, cujo objetivo maior é desenvolver a fruticultura irrigada para exportação. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, o custo da obra foi calculado em R\$ 64.700.000,00.

Para Telles (2002), a prática da irrigação se constitui no maior usuário de água no país. Atualmente, a demanda total de água para irrigação é da ordem de 905m³/s, sendo que o nordeste detém 27% deste valor. E, ao contrário das outras regiões brasileiras, no nordeste a irrigação é desenvolvida, sobretudo, através da iniciativa do poder público.

A intensificação das atividades agrícolas tanto na produção de subsistência quanto nos grandes sistemas de produção são facilitadas em razão do desenvolvimento de infra-estruturas hídricas como os canais de transposição de água. A irrigação no nordeste representa uma grande oportunidade econômica para o desenvolvimento, mas, por outro lado, gera aumento nos problemas ambientais e de disputas por água que podem travar o desenvolvimento. Com relação aos problemas ambientais Fernandes (1997), aponta que a salinização das áreas irrigadas é um problema relevante, visto que é provável que aproximadamente 30% das áreas irrigadas em projetos públicos do nordeste estejam salinizadas.

Com relação às disputas por água, esses estão relacionados sobretudo aos conflitos de usos múltiplos pela mesma fonte de água e a não realização de um planejamento integrado da gestão dos recursos hídricos.

A obra do Canal da Redenção foi concluída em 1998 e seu maior objetivo é levar água para irrigar o PIVAS, que passou nove anos paralisado. Durante esses anos algumas audiências públicas foram realizadas a fim de averiguar irregularidades sobre a obra. Em uma delas, ocorrida em julho de 2004, na 15ª Legislatura da Assembleia Legislativa, deputados estaduais, trabalhadores rurais, advogados, representantes do INCRA, da CPT, secretários de agricultura, irrigação e abastecimento do estado denunciaram a negligência do governo do estado com relação ao Canal da Redenção e ao PIVAS.

Na ocasião, o deputado estadual e proponente da sessão especial, Frei Anastácio, depois superintendente do INCRA na Paraíba, relatou sobre o abandono de toda a infra-estrutura física do canal e do complexo das várzeas de Sousa. O deputado relatou que, entre outras atribuições, o canal deveria também servir para o abastecimento humano como, por exemplo, das áreas do assentamento Acauã e da cidade de Aparecida e não apenas limitar-se a desenvolver a irrigação. [...] “Não entendemos quais as razões que levaram o governo do estado a não inserir qualquer

recurso na implantação do projeto e no restante que está faltando, como ficou pactuado em seu projeto original”.

Durante anos prevaleceu a idéia de que a água do Canal da Redenção serviria apenas para irrigar o PIVAS, e se houvesse sobra de água, ela seria aproveitada para outros usos. Planejar obras de transposição de água em regiões áridas ou semi-áridas priorizando o fornecimento da água para um único uso, desconsiderando a existência, ao longo de seu trajeto, de populações que necessitam desse recurso para outros usos, torna maior a possibilidade de ocorrência de conflitos entre os usuários previstos no sistema de transposição, os gestores do sistema e a população desconsiderada que se encontra fixada ao longo do sistema de transposição.

A necessidade em desenvolver os usos múltiplos da água surgiu em decorrência da demanda de água solicitada por usuários como comunidades, propriedades privadas, assentamentos rurais, pequenos proprietários de terra e agricultores sem terra, que estão inseridos ao longo da rede de transposição. Segundo dados da AESA (2007), foram contabilizados mais de duzentos usuários de águas distribuídos em três municípios, sendo noventa e nove usuários no município de Coremas, vinte e seis no município de São José da Lagoa tapada e oitenta e seis usuários cadastrados no município de Aparecida, conforme o apresentado na figura 5.

Usuários do Canal da Redenção

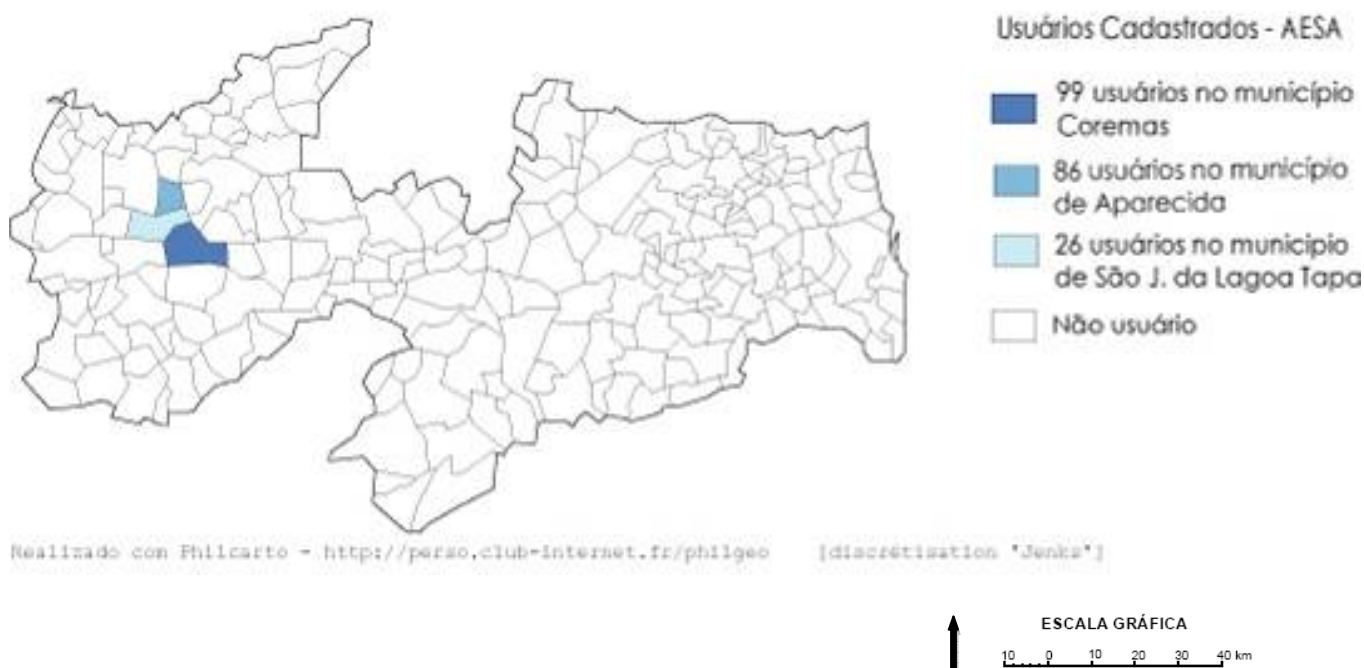


Figura 5: Numero de usuários cadastrados pela AESA de acordo com cada Município.
Fonte: AESA. **Organizado por:** Valéria R. P. Lima.

Segundo dados da AESA (2008), atualmente as águas do Canal da Redenção são utilizadas para os mais diversos usos como, por exemplo, para o abastecimento rural e de pequenos núcleos urbano, para a aqüicultura e, sobretudo, para irrigar propriedades localizadas ao longo do canal e do PIVAS (figura 6).

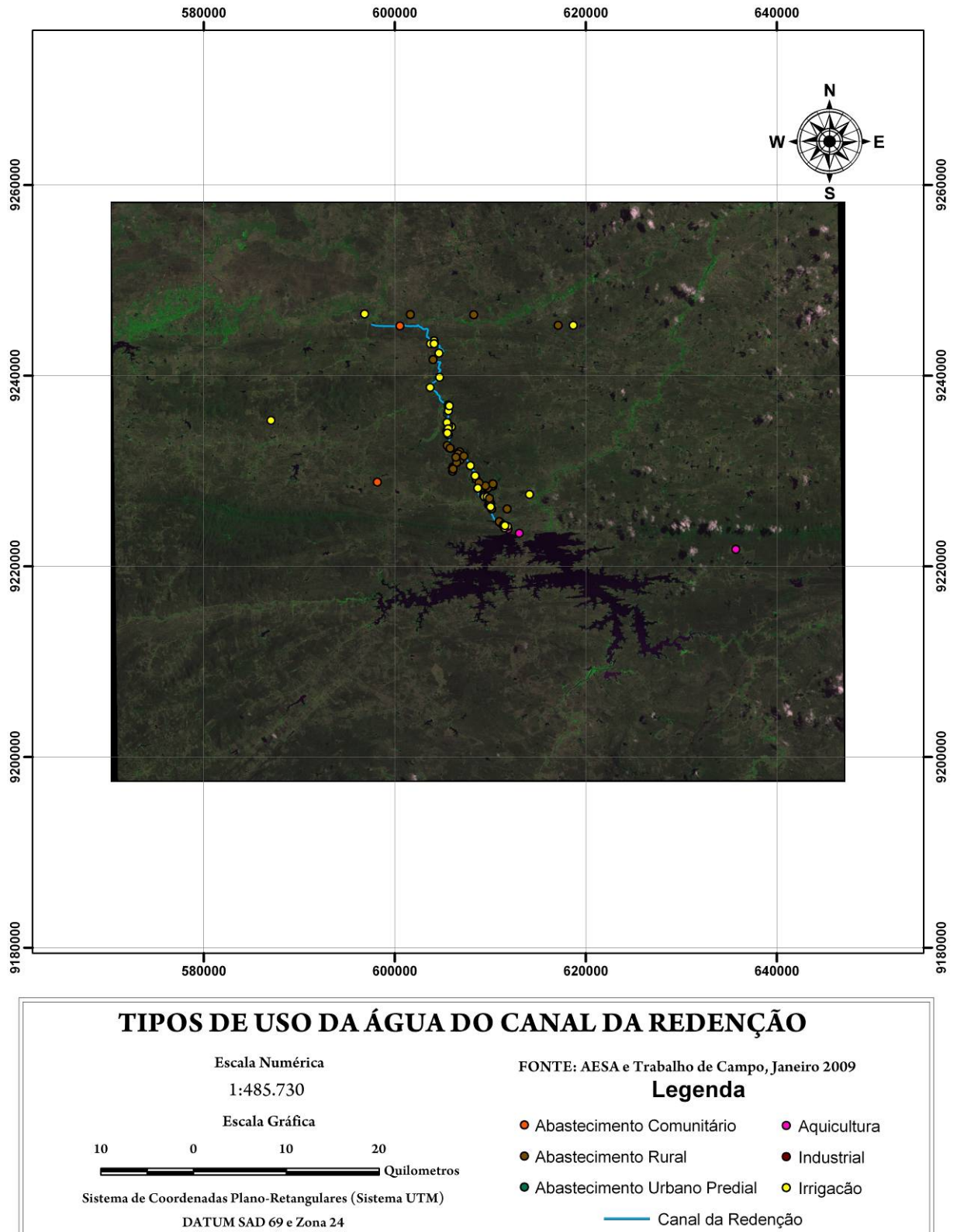


Figura 6: Mapa com os tipos de uso da água ao longo do Canal da Redenção.
Fonte: AESA. **Organizado por:** Valéria R. P. Lima.

Os diversos usos da água do Canal da Redenção demandam certo volume de água. Segundo dados fornecidos pela AESA (2008), as vazões de água solicitadas para esses usos possuem enormes variações, indo de $0,01\text{m}^3/\text{h}$ à $68,00\text{m}^3/\text{h}$, como é possível observar na figura 7.

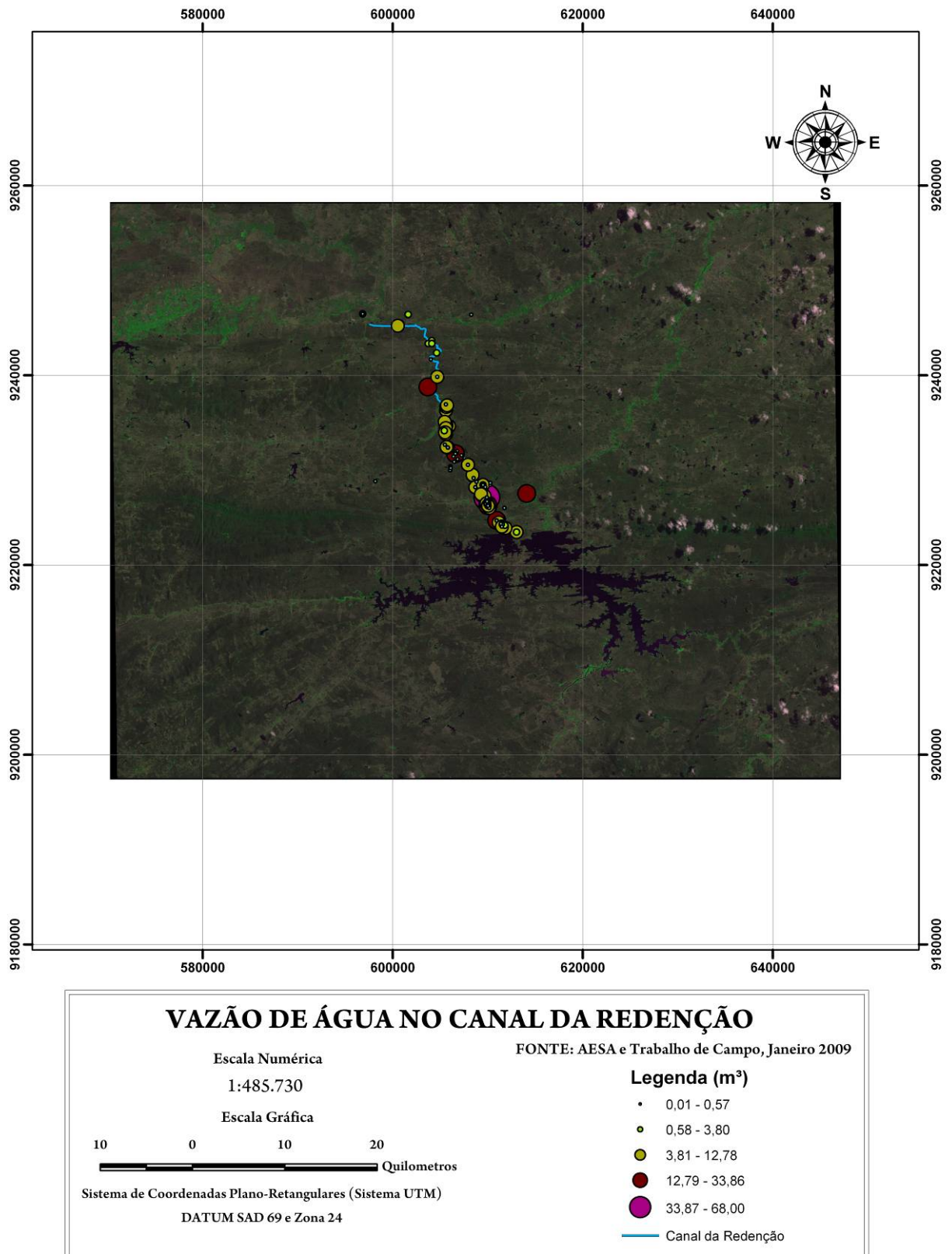


Figura 7: Vazão de água solicitada pelos usuários da água do Canal da Redenção.

No trabalho de campo denominado “o caminho das águas de Coremas a Sousa”, foram mapeados cinquenta e um pontos visíveis de captação de água do Canal da Redenção. Em alguns dos pontos que foram mapeados com GPS existiam mais de uma fonte de captação de água (Figura 8).

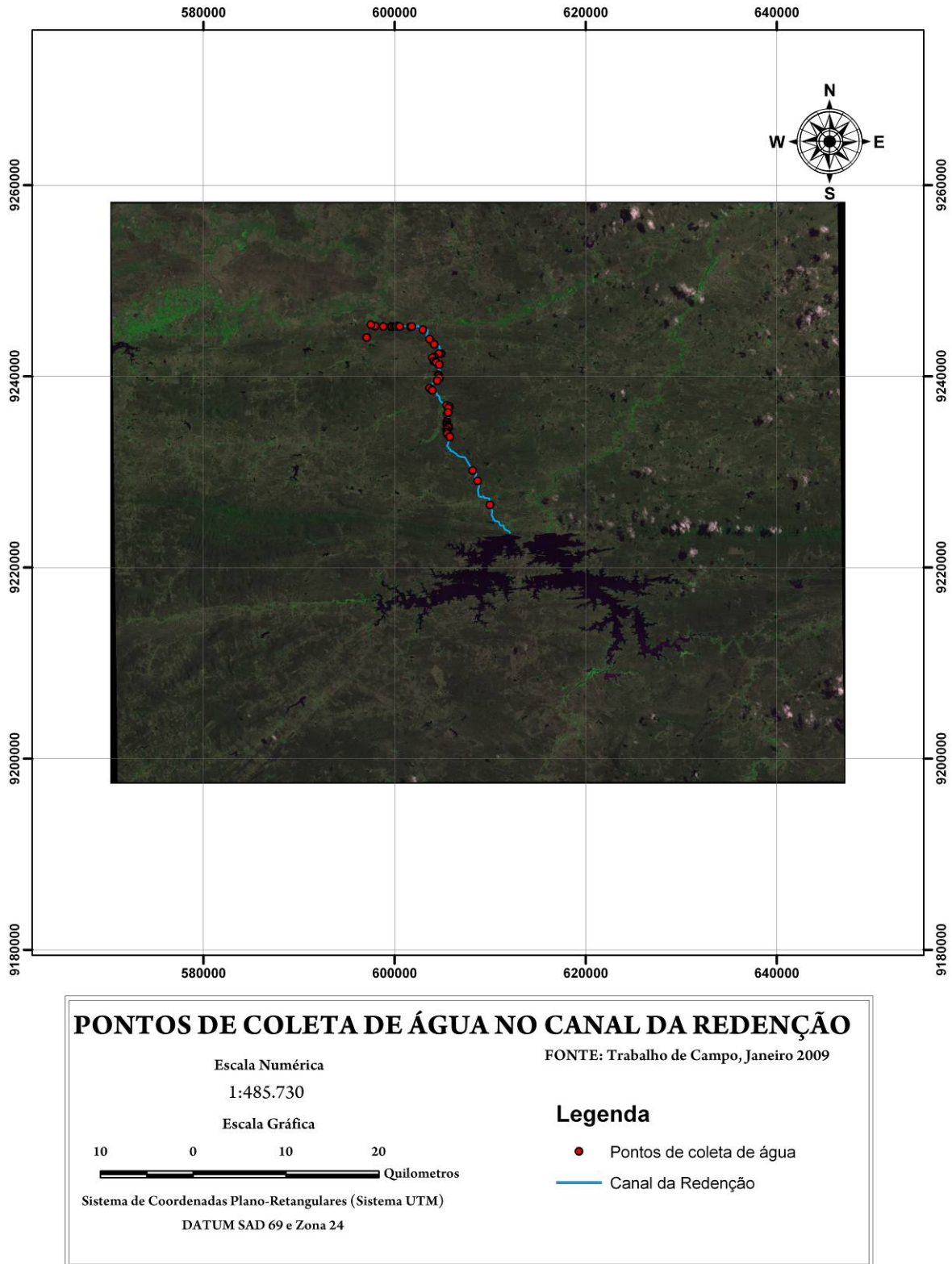


Figura 8: Pontos de captação de água do Canal da Redenção registrados no trabalho de campo em janeiro de 2008

Todos os pontos visíveis coletavam água do Canal da Redenção para desenvolver a irrigação e para abastecer pequenos açudes localizados nas margens do canal. Alguns pontos estão concentrados entre o Km 15 e 16, sendo contabilizados nove pontos, em um deles está localizada uma fazenda de irrigação de côco. Entre o Km 31 a 33, foram mapeados sete pontos de captação, três pontos estão inseridos entre o assentamento Acauã e três na fazenda Pintado.

A maior parte das formas de captação da água esta sendo desenvolvida por gravidade, ou seja, nos terrenos onde o declive possuía um nível menor que o canal, os canos de diversos tamanhos são colocados dentro do canal para puxar a água por gravidade. Em algumas propriedades que possuíam áreas irrigadas maiores, a água estava sendo puxada por moto bomba.

Nos 37 km percorridos (figura 09), observou-se que a água do Canal da Redenção estava sendo aproveitada principalmente para usos consultivos da água, sobretudo para a realização da irrigação. As principais culturas irrigadas são côco e banana. Em algumas propriedades havia irrigação de capim para pastagem e em outras a irrigação de lavouras de subsistência como: milho, feijão, alface e macaxeira. A água do Canal da Redenção permite uma irrigação permanente que independe dos períodos de estiagem ou das chuvas irregulares que ocorrem nas regiões semi-áridas.

O Caminho das águas de Coremas a Sousa: Pontos e formas de captação da água do Canal da Redenção.

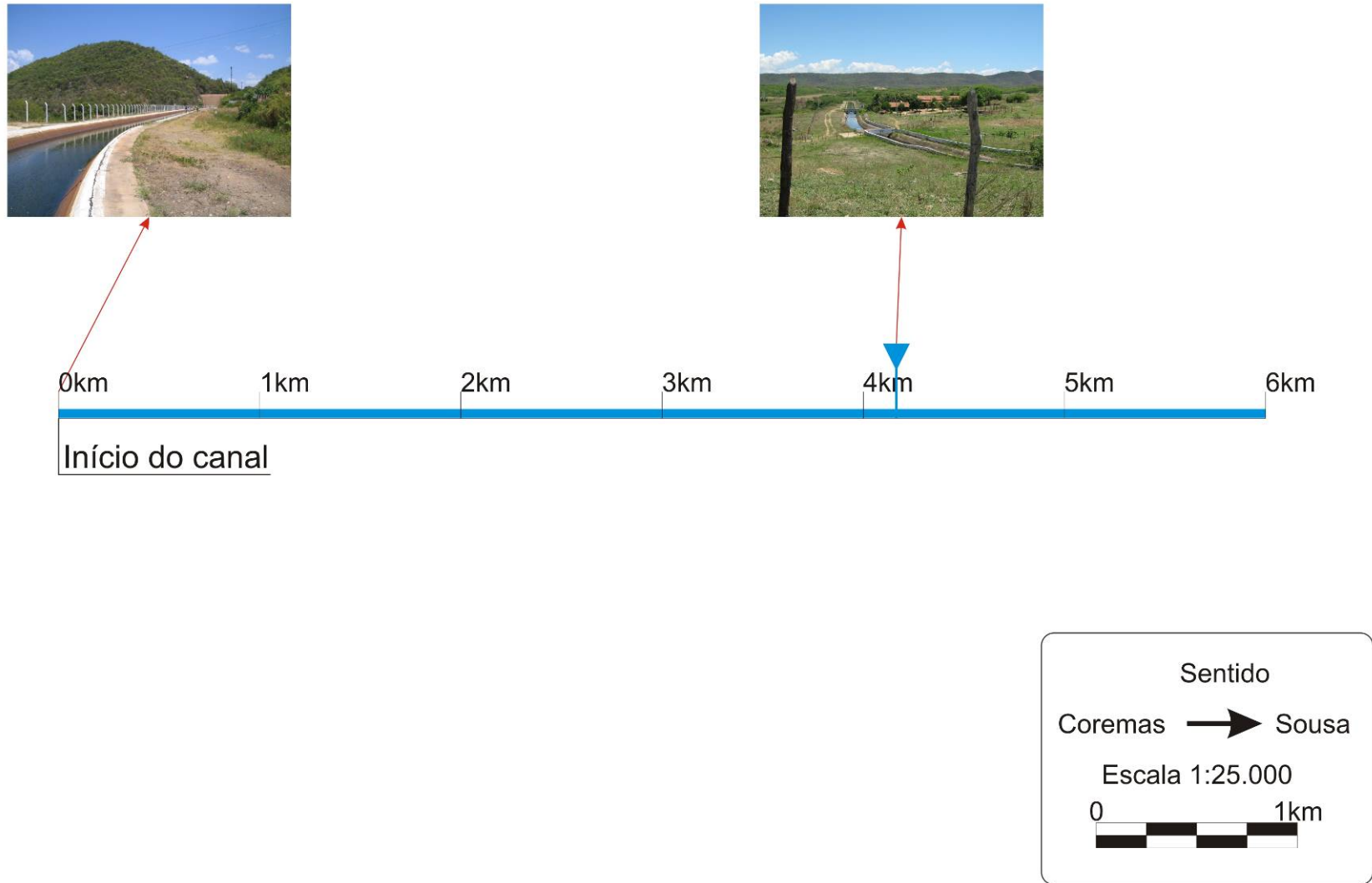


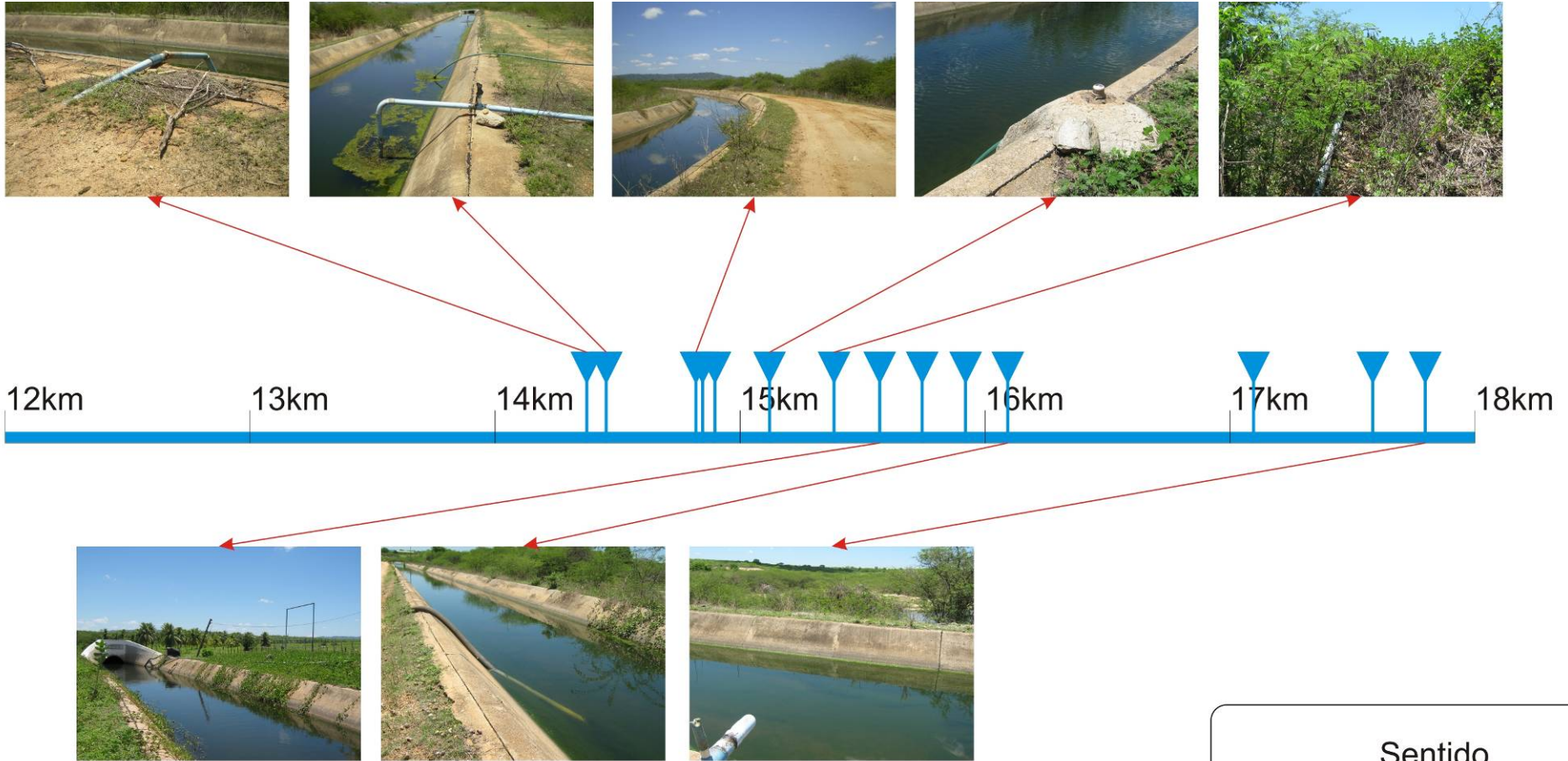
Figura 9: Caminho das Águas – Formas de captação da água do Canal da Redenção.



Sentido
Coremas → Sousa

Escala 1:25.000

0 1km

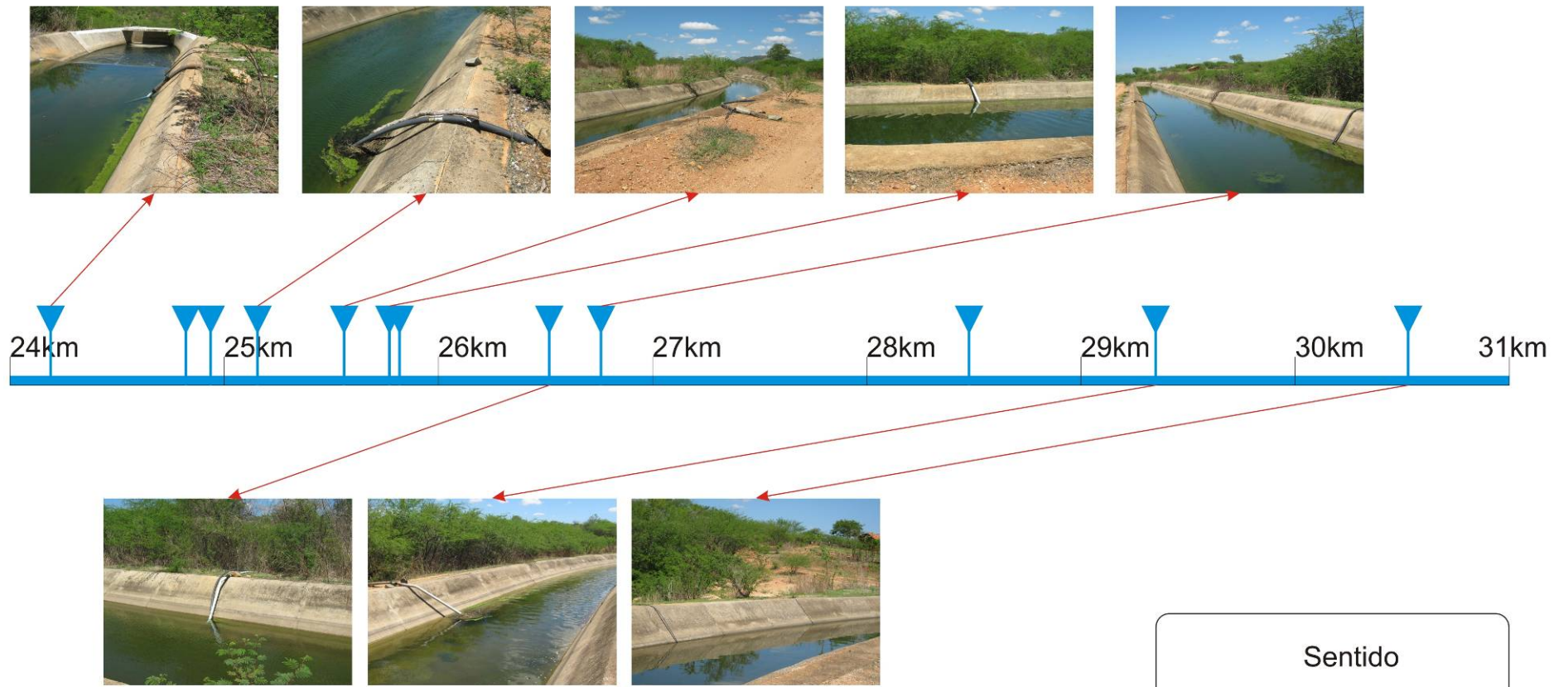




Sentido
Coremas → Sousa

Escala 1:25.000

0 1km



Sentido

Coremas → Sousa

Escala 1:25.000

0 ————— 1km



Sentido
Coremas → Sousa

Escala 1:25.000

0 1km

1.3 - As malhas: os perímetros irrigados do nordeste brasileiro.

O processo de desenvolvimento da política de irrigação no Brasil tem como ponto de partida o fim da década de 1950 quando a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek é levada a cabo. Durante a década de 1960, a agricultura desenvolvida nos vales do Jaguaribe, do Açu e do Apodi-Mossoró era feita tradicionalmente pelo processo de vazante e, em seguida, com o auxílio rodas d'água, moto-bombas e, posteriormente, motores elétricos (ANDRADE, 1998). Nessa última fase houve uma grande expansão da fruticultura no vale do São Francisco, desde Sobradinho até Paulo Afonso, visando à produção de frutas tropicais como uva, melão, melancia, e o tomate, representando as mercadorias destinadas ao mercado urbano do nordeste, do sudeste e também destinadas à exportação.

A intervenção do Estado como agente incentivador e financiador dos grandes projetos de malhas de irrigação no nordeste brasileiro, ocorreu e ainda ocorre por intermédio da atuação de órgãos públicos como a Superintendência para o Desenvolvimento da Região Nordeste – SUDENE. Durante décadas uma das funções desse órgão foi a de desenvolver políticas públicas que tivessem como finalidade a diminuição das disparidades sociais e econômicas do nordeste em relação às outras regiões brasileiras. Contudo, acreditava-se que o desenvolvimento só seria viabilizado quando a região se tornasse resistente aos efeitos da seca. Nesse sentido, a irrigação surgiu como uma das estratégias para solucionar os problemas sócio-econômicos da região semi-árida. O planejamento, execução e implantação dos perímetros irrigados ficaram sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Segundo dados de Vilela (1991), entre os anos de 1967 e 1968 a SUDENE elaborou o seu IV Plano Diretor criando o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - GEIDA, sendo o mais amplo programa de irrigação que já se fizera em todo país. Deste momento em diante a política de irrigação passou a atuar como o principal instrumento de intervenção do Estado. Ainda nesse contexto, Vilela (1991) relata que:

A atuação do governo federal no vale do São Francisco, no que diz respeito a política de irrigação, teve como órgão executores primeiramente a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, que tinha como objetivo principal difundir a irrigação entre os pequenos agricultores ribeirinhos. A CVSF foi logo substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, que passou a

atuar mais nas áreas selecionadas, privilegiando a colonização através dos perímetros irrigados. Já na primeira metade da década de 1970, mais precisamente 1975, surge a Campanha de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF que tem tido uma trajetória marcada por um maior estímulo à iniciativa privada. (p. 163)

Uma continuidade de ações do estado, à exemplo do Programa Plurianual de Irrigação 1971 do Provale 1972 e do Polonordeste, concretizaram a implementação de diversos perímetros de irrigação pública.

De acordo com Elias (2008), no nordeste brasileiro as intensificações das relações de produção capitalista e dos novos arranjos territoriais agrícolas para o desenvolvimento do agronegócio tiveram início principalmente na década de 1970. O sub-médio São Francisco, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), foi a primeira área a viver o processo de implantação da agricultura científica através da prática de fruticultura irrigada para o mercado global. Nesse contexto, os vales úmidos do semi-árido nordestino foram as frações de terras escolhidas para a prática do agronegócio. Nesse sentido, Elias (2008), afirma que nas áreas onde se expande a agricultura científica ou o agronegócio, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico - científico - informacional como mencionado por Santos (1996), aumentando, dessa forma, a proporção da natureza social sobre a primeira natureza.

No período técnico – científico – informacional, para Moreira (2002), o trabalho na articulação entre homem-meio é visto como o ato transformador do homem interessado em extrair do seu meio circundante as condições de vida necessárias à constituição do seu modo de existência. Já no enfoque da relação sociedade - espaço, o trabalho é visto como o ato instituinte da organização das sociedades como totalidades territorialmente estruturadas na história. O metabolismo ambiental (relação homem-meio) e o metabolismo espacial (relação sociedade-espaço) caminham juntos e respectivamente representam o “metabolismo por meio do qual o homem faz-se a si mesmo, ao tempo que faz a sociedade e a história, hominizando-se pelo trabalho” (MOREIRA, 2002: p. 21).

Além da relação homem-meio/sociedade-espaço, nas últimas décadas observa-se também uma maior dominação na relação do homem sobre o homem. Essa dominação pode ser visualizada na exploração e precarização do trabalho e da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1998).

Na década de 1980, as políticas públicas²⁵ se voltam para o desenvolvimento das práticas de irrigação mais modernas e para a efetivação dos empreendimentos agroindustriais. É também durante essa década que os dois principais pólos de fruticultura irrigada, o Vale do São Francisco - PE e Vale do Açu-Mossoró – RN se inserem no contexto da modernização conservadora²⁶, fazendo emergir novas formas de apropriação do território, na organização e dinâmica do trabalho no campo.

“A chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura que corre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 27). Seu ápice, para Elias (2008), ocorreu ao longo do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), momento de inserção passiva do país à economia e consumo globalizado.

Diferente de outras regiões do Brasil, as intervenções governamentais no sentido de modernizar a agricultura no nordeste e nas áreas semi-áridas em particular, foram desenvolvidas com a implantação de malhas irrigadas, sendo contabilizado em 2001, segundo dados de Chistofodis (2002), um total de 663. 672,00 ha de área irrigada em todo o nordeste.

Em todo o nordeste brasileiro podem ser vistos exemplos do avanço da fruticultura irrigada no campo, incentivados e financiados pelo Estado. No Rio Grande do Norte, o pólo fruticultor Assu/Mossoró, o agente político é o DNOCS, e em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) a administração do perímetro fica a cargo do Codesvasf. Segundo Elias (2006, p. 41), é nítida a presença do Estado no papel de maestro da construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para a construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc.

Nas últimas décadas, os esforços em desenvolver a fruticultura irrigada nos vales úmidos do nordeste brasileiro, tem por trás o empenho das empresas que buscam maximizar seus lucros introduzindo novas técnicas agrícolas impostas pelo capital globalizado, fazendo crescer também o hidronegócio, que, de forma discreta e silenciosa, empenha-se em assegurar o poder sobre o domínio das águas.

O agronegócio é o principal consumidor do hidronegócio. O aparente sucesso do agronegócio nacional, também significa que somos crescentemente grandes exportadores de água. O semi-árido brasileiro já possui uma impressionante rede de reservatórios, açudes e adutoras, mas a maior parte da população continua sem

²⁵ As principais políticas públicas foram: o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Programa Nacional de Irrigação – Proni e o Programa de Irrigação do Nordeste – Proine.

²⁶ A expressão “modernização conservadora” foi utilizada para referir-se ao processo de modernização da agricultura brasileira levada a efeito nos anos 1970 do século XX.

acesso à água, majoritariamente destinada à agricultura de exportação (CORTEZ, 2005). Além desse fato, outro ponto negativo marcante é a concentração fundiária que teria cada vez mais difícil o acesso a terra e a água.

A re-configuração do território agrícola paraibano com a implantação de um perímetro irrigado sob o molde da fruticultura irrigada surge com o Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado na Mesorregião do Sertão da Paraíba.

1.3.1 - O Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa

Na Paraíba, durante a década de 1970, alguns perímetros públicos de irrigação foram inaugurados com apoio de políticas públicas²⁷ que investiram na modernização das práticas agrícolas no campo fruto do Programa de Integração Nacional – PIN, lançado no governo militar de Emílio Médici.

O planejamento, a execução e a implementação desta política na Paraíba ficaram sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, dando continuidade às velhas políticas de infra-estrutura hídrica de construção de açudes, barragens e perfuração de poços. O Estado, através da política conhecida como “solução hidráulica”, construiu grandes barragens em terras privadas, dando aos seus donos o controle do acesso, reforçando, assim, a estrutura de poder da oligarquia rural (TARGINO e MOREIRA, 2006). Nos tempos atuais, os projetos de irrigação implantados pelo Estado mantêm praticamente o mesmo desenho.

Existem no âmbito estadual doze projetos de irrigação, sendo oito localizadas na mesorregião do sertão da Paraíba. No sertão da Paraíba, a política de modernização se fez presente com a criação de alguns perímetros de irrigação pública como, por exemplo, o de São Gonçalo e Condado e mais recentemente a criação do perímetro irrigado das várzeas de Sousa, agregado ao Canal da Redenção.

Nesse contexto, na década de 1970, o DNOCS contratou a HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda. para desenvolver um estudo intitulado “Reversão das Águas do conjunto Coremas/Mãe D’Água para as Várzeas de Sousa - Esquematização das obras e seleção de alternativas”, que analisou a viabilidade de transposição de água por gravidade para irrigar as Várzeas de Sousa.

A HIDROSERVICE, nesse estudo, selecionou 7 (sete) alternativas para implantação do projeto, sendo a primeira delas considerada a mais viável. A mesma previa a transposição da vazão de $4 \text{ m}^3/\text{s}$, por gravidade, através de um canal com 37 km de extensão, para a irrigação de 6.500 ha, considerando uma dotação de rega de $0,6 \text{ l/s/ha}$ ou $18.000 \text{ m}^3/\text{ha/ano}$.

²⁷ As ações de políticas públicas são, por exemplo, o Programa Plurianual de Irrigação realizado em 1971, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, criado em 1974, o Fundo de Investimento do Nordeste – Finor e Programa de Irrigação do Nordeste – Proine, entre outros.

Na década de 1990²⁸ tem início a obra de construção do canal. Em 1993 a empresa de consultoria AGROSOLOS Engenharia Ltda é contratada pelo DNOCS, para desenvolver o Projeto de Reversão das Águas do Conjunto Coremas/Mãe D'Água para as Várzeas de Sousa, a partir dos estudos realizados pela HIDROSERVICE em 1970. Este projeto, elaborado pela AGROSOLOS, apenas confirmou a proposta anterior.

Em 1996, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba – SUPLAN, realizou a licitação e iniciou as obras de construção do canal. E, em 1997, a construção do canal tem início. A Coordenadoria de Irrigação e Drenagem foi a responsável pela elaboração do projeto básico (figura 10) do perímetro de irrigação de Sousa. Após a conclusão da obra do Canal da Redenção, o PIVAS permaneceu sem funcionamento de 1998 a 2007.

O projeto inicial fez a divisão dos lotes da área irrigada de 5.030 ha para o aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa, favorecendo a classe empresarial, já que dos 3.260ha 65% da área está destinadas à agroinvestidores, e técnicos agrícolas.

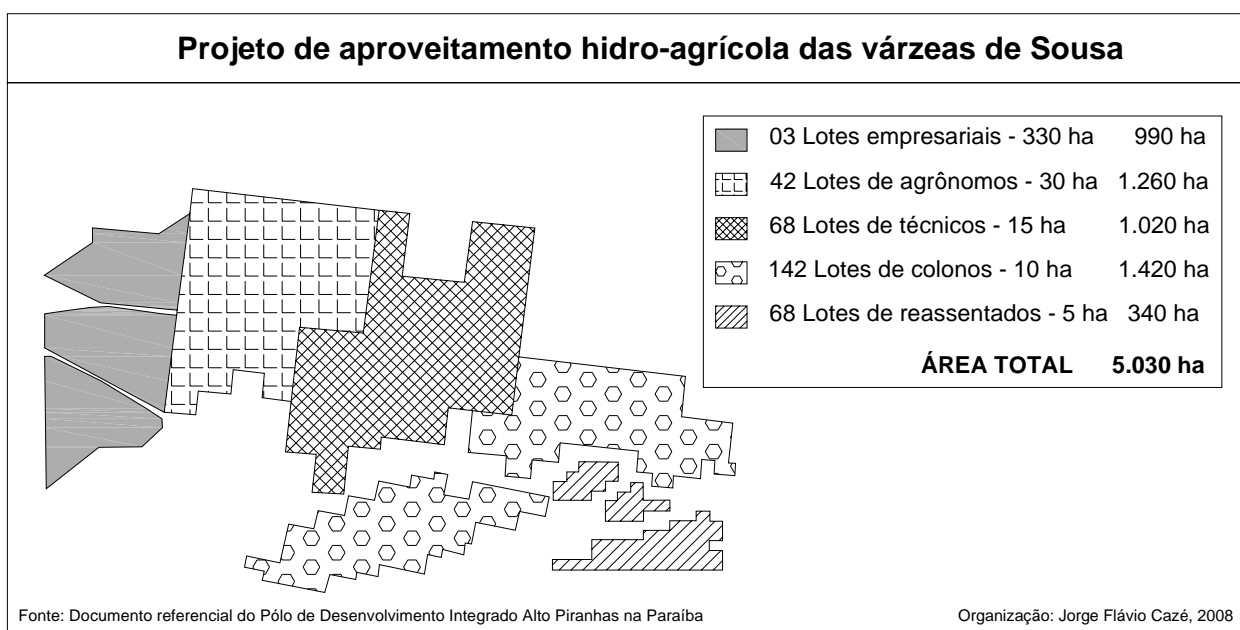


Figura 10: Divisão dos lotes do projeto de aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa-PB.

Fonte: Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Alto Piranhas na Paraíba²⁹

²⁸ Nessa mesma década os debates globais sobre o uso e a gestão dos recursos hídricos se fortalecem. Difundiram-se novos sistemas normativos e técnicos inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos comandadas pelo Banco Mundial e aos planos políticos de distribuição da água através de ações voltadas à construção de adutoras, canais de perenização de rios e irrigação com a participação da iniciativa privada.

²⁹Disponível

em:

<http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Alto%20Piranhas.PDF> Acesso em: 20/04/2006.

Para projeto prevê para os colonos 1.420ha que correspondem a 28% da área, já para reassentamentos, ou seja, para aquelas famílias que foram retiradas desta zona restaram apenas 330ha, representando menos de 7% das terras do projeto. Esta situação reflete-se no tamanho dos lotes, pois os lotes destinados a colonos e reassentados têm uma área entre 10ha e 5ha, respectivamente, enquanto os lotes destinados às demais classes possuem tamanhos de 330ha para empresários, 30ha para agrônomos e 15ha para técnicos. Essa divisão reproduz claramente a forma desigual e de distribuição de terras dominante no nordeste brasileiro. A cada mudança de governo altera-se a proposta política de irrigação das Várzeas de Sousa e de uso da água do Canal da Redenção. Logo, o projeto anterior é modificado, dando lugar a um “novo” projeto, com uma “nova” configuração territorial, no geral mantendo e acentuando a divisão injusta de terras,

O novo projeto que desde meados de 2007 está sendo posto em prática subdividiu a área total do perímetro 6.335,74 hectares por setores. O setor norte localiza-se ao lado da BR-230 em direção ao município de Sousa, o setor encontra-se ao lado direito dessa mesma BR. Os demais setores estão localizados próximos a estação de distribuição de água do PIVAS (figura 11).

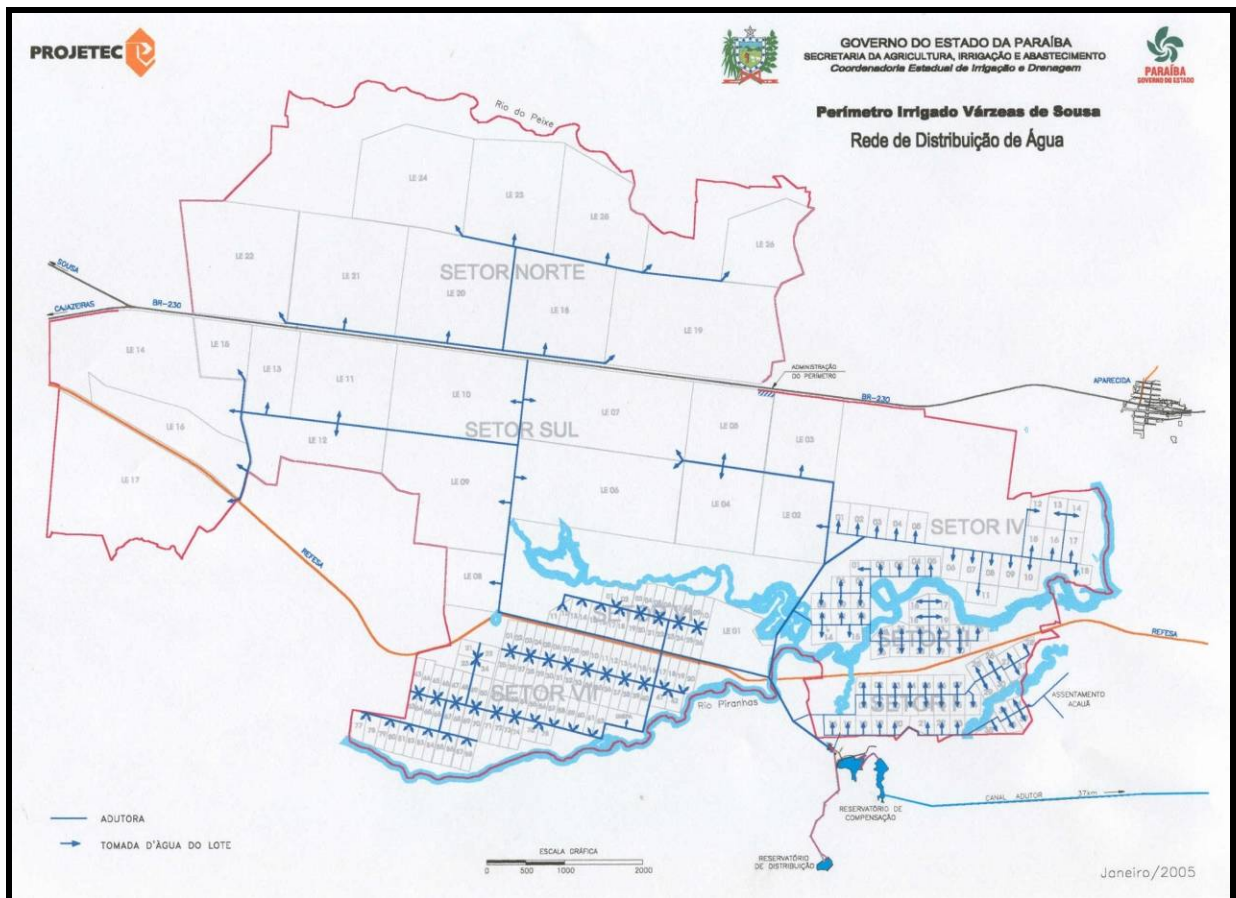


Figura 11: Divisão setorial do PIVAS – 2005.
Fonte: Governo da Paraíba. Coordenação do PIVAS

Segundo dados da coordenação do PIVAS, a seleção dos irrigantes foi conduzida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP. O processo de seleção para ocupação das áreas irrigadas do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa foi executado em duas etapas, sendo a primeira referente aos lotes de pequenos produtores e a segunda direcionada aos lotes empresariais.

A primeira etapa da seleção cento e setenta e oito irrigantes foi realizada para a ocupação dos setores I a IV, cuja área total é de 992,63 hectares. Foram divididos 156 lotes de 5 hectares para realizar fruticultura irrigada e 22 lotes de 10 hectares para o desenvolvimento da ovinocultura.

A seleção teve o apoio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Termo de Cooperação assinado em outubro de 2004 entre o governo da Paraíba e o Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Para a seleção desses irrigantes, a SEDAP constituiu uma comissão especial que adotou todos os procedimentos “legais” de: publicação e divulgação de cartilha para informar e orientar o público sobre a realização do processo de seleção. As normas e procedimentos apresentados foram fundamentados nos princípios e orientações preconizadas no Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário e nas Normas de Classificação de Irrigantes Qualificados, adotadas pelo Ministério da Integração Nacional.

Os pequenos lotes possuem como infra-estrutura, uma casa e uma tomada d’água. No trabalho de campo realizado em janeiro de 2008 não havia registros de pagamento da água consumida.³⁰ Em alguns lotes a irrigação já está sendo realizada, sobretudo a irrigação de milho, feijão e banana, porém, poucos agricultores estão efetivamente morando em suas terras (fotos 04, 05).

Em entrevista realizada durante o trabalho de campo em outubro de 2008, com Benedito Ferreira³¹ contemplado com um lote de 5 hectares no PIVAS, foi relatado que:

O processo inicial começou no governo anterior de José Maranhão, nada foi implantado, só a desapropriação e só agora no governo de Cássio Cunha Lima, e que ele começou a encarar essa empreitada para explorar efetivamente essas terras. Houve uma seleção, eu me

³⁰ O pagamento das tarifas de uso da água no projeto é fator que merece futura atenção da pesquisa, essa análise só poderá ser realizada quando tiver início da cobrança do uso da água.

³¹ Benedito reside na cidade de Aparecida próximo ao município de Sousa. A sua entrevista foi concedida por intermédio do ex-prefeito do município de Aparecida, na ocasião a entrevista foi programada para ser realizada com o então prefeito de Aparecida, durante o andamento da entrevista fui informada pelo mesmo que alguns dos seus correligionários haviam sido contemplados com lotes nas Várzeas de Sousa. Mostrando interesse em conversar com um dos contemplados prontamente o prefeito entrou em contato com Benedito para que o mesmo se encaminhasse até a prefeitura, local da entrevista, para que o mesmo também fosse entrevistado.

escrevi na linha crédito fundiária a “Nossa Primeira Terra”, porque eu tenho curso técnico agrícola e sou funcionário da EMATER, eu fui classificado na seleção com um lote de 5 hectare para produção preferencialmente orgânica. Houve muitos questionamentos sobre esse processo de seleção. A CPT, o sindicato dos trabalhadores rurais da região e os ambientalistas reivindicaram a entradas dos sem terra que estão nas margens da BR, no PIVAS. Eu ainda não estou produzindo nada lá não, mais eu aposto que esse projeto vai dar certo.



Foto 4: Lote de 5 ha cultivando feijão
Fonte: Valéria R. P. de Lima, janeiro 2008



Foto 5: infra-estrutura dos pequenos lotes.
Fonte: Valéria R. P. de Lima, janeiro 2008.

Os questionamentos mencionados na entrevista se referem às acusações sobre as irregularidades nas licitações dos 178 lotes distribuídos pelo governo do estado da Paraíba. Constantemente denúncias são realizadas em jornais de circulação estadual pelo deputado estadual Jeová Viera, do Partido dos Trabalhadores - PT e a organização não governamental Via Sertaneja. As denúncias³² relatam que os donos de terra que foram indenizados³³ pelo governo estadual para a implantação do projeto, continuam sendo donos de lotes nas várzeas e que alguns contemplados não necessitam da terra para sobreviver. A ONG Via Sertaneja também denunciou a possibilidade da empresa Santana Sementes pulverizar agrotóxico com avião em toda sua aérea de produção. Esse fato causaria danos à saúde da população das cidades vizinhas ao projeto, nesse caso, Aparecida e Sousa.

Dentro do projeto também foi observada a presença de agricultores que não foram contemplados com lotes no PIVAS, mas estão ocupando as terras na condição de caseiro do dono do lote. O senhor José da Silva (foto 6) que irrigava a caatinga seca para plantar capim e para alimentar o gado, é um exemplo.



Foto 6: agricultor no PIVAS.

Fonte: Valéria R. P. de Lima, outubro de 2008.

Com relação as grandes empresas o projeto prevê uma área de 2.307,38 hectares irrigáveis. Para a seleção das empresas, publicou-se em 18 de abril de 2006, o Edital de Concorrência Nacional (Edital nº 01/2006) com o objetivo de licitar essas áreas. Essas licitações foram regidas pelas leis nº 8.666 de 21 de junho de 1993, nº 6.662 de 25 de junho de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 89.496 de 29 de março

³² No anexo, 2 segue a entrevista, denúncias noticiadas no jornal Correio da Paraíba.

³³ As denúncias foram publicadas no Jornal Correio da Paraíba de 14 de novembro de 2007. Segundo os dados apresentados, os proprietários de terra teriam ganho do governo uma indenização de R\$3.500 por hectare.

de 1984. Com a publicação desse Edital, foram licitados dez lotes empresariais num total de 1.396,81 hectares que foram adquiridos por três empresas. O Edital foi republicado em 2007 (Edital nº 01/2007) para a licitação do restante dos lotes empresariais, sendo vendidos mais quatro lotes num total de 512,67 hectares adquirido por uma empresa como é possível observar nas fotos 07, 08, 09, 10,11, 12. Restam ainda para licitação dois lotes empresariais totalizando 398,75 hectares.



Foto 07: Projeto das Várzeas de Sousa
Fonte: Valéria R. P. de Lima, outubro de 2008



Foto 08: Produção de melão para exportação
Fonte: Coordenação do PIVAS, março 2008



Foto 9: Pulverização de defensivos na plantação
Fonte: Coordenação do PIVAS, março de 2008.



Foto 10: Trabalhadores no controle de qualidade.
Fonte: Coordenação do PIVAS, março de 2008.



Foto 11: Maquinário da Empresa Santana Sementes

Fonte: Valéria R. P. de Lima, outubro de 2008.



Foto 12: Produção dos lotes empresariais

Fonte: Coordenação do PIVAS, março de 2008.

As empresas que já estão investindo no projeto são a Mocó Agropecuária, que iniciou a irrigação de 320 hectares de melão e melancia em miniatura para serem exportadas para a Holanda; a Santana Sementes, que terá uma área de 1.020 hectares e plantará sementes como girassol e milho; e o grupo Agrovete, um empreendimento que atua na produção de material para irrigação e agrotóxico, e vai utilizar 49 hectares do perímetro.

Observando as tabelas 2 e 3 que apresentam a distribuição dos lotes no PIVAS, o foco central tanto do antigo como do novo projeto são as empresas agroexportadoras.

Divisão dos lotes no antigo Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa - PB

Classes	Tamanho dos lotes	Total de hectares
03 lotes empresariais	330 ha	990ha
142 lotes colonos	10 ha	1.420ha
42 lotes agrônomos	30 ha	1.260ha
68 lotes técnicos	15 ha	1.020ha
58 lotes reassentados	5 ha	340ha
Total da área do Perímetro		5.030 ha

Tabela 1: Divisão dos lotes do antigo Projeto das Várzeas de Sousa.

Fonte: Governo do estado da Paraíba. Coordenação do PIVAS.

Organizado por: Valéria R. P. de Lima

Divisão dos lotes no Novo Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PB

Classes	Tamanho dos lotes	Total de hectares
16 lotes empresariais	144 ha	2.307,38
178 lotes pequenos produtores	5ha	992,63
6 lotes para assentamento do INCRA	166 ha	998,75
2 lotes da EMEPA	15 ha	30,00
1 lote da Escola Agrotécnica Federal de Sousa	10 ha	10,00
16 lotes com baixa aptidão para irrigação	5 ha	80,00
Reserva legal	1.267,18 ha	1.267,18
Área de Preservação Permanente	206,57 ha	206,57
Área de infra-estrutura e inaproveitáveis	443,23 ha	443,23
Total da área do Perímetro		6.335,74

Tabela 2: Divisão dos lotes no novo PIVAS.

Fonte: governo do estado da Paraíba. Coordenação do PIVAS.

Organizado por: Valéria R. P. de Lima

Ao comparar as duas tabelas percebe-se que o novo projeto prevê uma área de reserva legal que não havia no antigo projeto como é possível observar na foto, 13 que apresenta a definição dessa área de reserva legal designada no projeto.



Foto 13: área de reserva legal dentro do PIVAS

Fonte: Valéria R. P. de Lima, outubro de 2008.

Com relação à área destinada a produção agrícola houve um acréscimo no novo projeto de 1.317 hectares de terra destinada a classe empresarial e, apesar da aparente desconcentração dos lotes empresariais do novo projeto (16 lotes de 144 ha) em relação ao antigo projeto (3 lotes de 330 ha), devemos levar em consideração que os 16 lotes agrícolas estão sob o domínio de basicamente três empresas.

Essa estrutura fortalece o domínio das terras e da água para a difusão do agronegócio, gerando concentração de riquezas e do acesso aos recursos naturais como terra e água. Paralela a esse fato, temos uma enorme produção da desigualdade social dentro e fora do projeto. Essa forma de distribuição das terras no PIVAS reproduz claramente a concentração de terra que caracteriza historicamente a estrutura fundiária do nordeste brasileiro. Neste caso fica evidente que o papel do Estado, através de políticas públicas de irrigação, favorece o fortalecimento da arcaica estrutura de posse da terra.

Como conseqüência dessa concentração fundiária, na área destinada ao PIVAS surgiram novos territórios da exclusão, fazendo crescer o número de conflitos sociais na luta por terra e água entre Estado, empresas inseridas no PIVAS versus trabalhadores sem-terra que desejam construir/consolidar um “território(s) da esperança”. De acordo com Moreira e Targino (2007), os “territórios de esperança” são conquistados e construídos na luta camponesa para permanecer na terra. A luta está presente no cotidiano de resistência, em oposição ao “território de exclusão/exploração”.

Em todo complexo das Várzeas de Sousa a luta cotidiana contra os problemas da falta de água, as promessas de acesso a terra, bem como o favorecimento do Estado a alguns grupos empresariais e políticos, é observadas nos acampamentos Nova Vida I e Renascer.

A conquista do território de esperança não é algo utópico. Um exemplo concreto dessa conquista é o assentamento Acauã, o primeiro assentamento rural no sertão da Paraíba formado em terras privadas. Contudo, para a consolidação desse território ainda em construção diversas frentes de luta têm sido levada a feito. Uma dessas frentes se refere a lutar para ter acesso à água do Canal de Redenção, construído para atender a demanda da agricultura irrigada nas Várzeas de Sousa.

2 – AÇÕES DOS ATORES SOCIAIS PARA TER ACESSO À ÁGUA E A CONSTRUÇÃO NOVOS TERRITÓRIOS.

O Canal da Redenção e o Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa são as “estruturas” nas quais os atores dessa pesquisa realizam suas ações concretas, ou seja, apresentam suas intenções (táticas e estratégias) que se materializam no espaço (escala específica e escala geral) e são realizadas em um período de tempo (curto ou longo). As ações dos atores são dinâmicas, moldam e transformam o território, por isso, a identificação dos atores não é algo acabado. Nesse momento da pesquisa, foram listados doze atores (tabela 3) que de forma direta ou indireta estão envolvidos no processo de formação territorial do PIVAS e do Canal da Redenção.

Analisaremos o Estado na figura de três agentes políticos, são eles: o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o órgão gestor do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS e a Agência Executiva de Águas do Estado da Paraíba – AESA.

A CPT – Sertão é um ator mediador e apoiador da luta por terra e água no semi-árido paraibano. Os atores usuários da água do Canal da Redenção são proprietários de terras ou estão na luta por ela nas margens do canal. Nesse contexto, observa-se empiricamente que a ênfase está nas ações de acesso à água, apesar de que, para alguns atores, a luta pela água não está indissociável da luta por terra.

O fato é que o acesso a água nesse território, além de ser essencial para a sobrevivência humana, está subordinada aos interesses políticos e é fonte de poder e riqueza. Após a construção do Canal da Redenção surgem usos da água produtivos e especulativos – a exemplo das várzeas de Sousa³⁴ - fazendo crescer a exclusão social a partir do acesso a terra e a água, proporcionando uma maior dinâmica no desaparecimento e aparecimento de novos territórios.

Nesse sentido, nos reportamos a Souza (2007) que busca uma análise do território para além da visão associada ao Estado - Nação.

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação em “defesa do território pátrio”, em guerras. A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado

³⁴ Consideramos o uso da água nas Várzeas de Sousa como especulativo devido à alteração dos projetos e propostas de usos dos lotes para irrigação. Após a conclusão da obra do Canal da Redenção, durante anos o projeto permaneceu sem uma definição clara do seu funcionamento.

como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., a rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2007, p.81)

Os novos territórios analisados nessa pesquisa formados ao longo do Canal da Redenção são o assentamento Acauã e o acampamento de trabalhadores sem terra Verdes. Dentro do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa estão os acampamentos Nova Vida I e Renascer.

O acampamento é uma forma de resistência pacífica e segundo Abramovay (1985), dá a existência política aos acampados. “Os acampados não estão agindo segundo o instinto de quem quer terra, mas a partir da vontade racional e da consciência de que existe um processo de luta e que neste processo a ação direta se combina com uma atividade política permanente” (ABRAMOVAY, 1985, p. 57).

Ao longo dos anos os atores que estão lutando por terra e água nas Várzeas de Sousa e no Canal da Redenção, construíram e constroem estratégias de ação social coletiva que de acordo com Gohn (2007), podem se constituir de uma simples denúncia, até à pressão direta com (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.). Tais ações são formas de pressão para negociar, confrontar e reivindicar da estrutura estatal “um pedaço de chão” no PIVAS e água para irrigar proveniente do Canal da Redenção. A prefeitura do município de Aparecida e a ONG Via Sertaneja, surgem como apêndice de apoio às famílias inseridas nos acampamentos localizados na BR 230.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES						
ATOR	INTENÇÃO		ESPAÇO		TEMPO	
	Tática	Estratégia	Escala específica	Escala geral	Curto prazo	Longo prazo
Estado Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa - PIVAS	Beneficiar alguns agro-investidores com a venda de terra para desenvolvimento da fruticultura irrigada.	Transformar a região em um pólo da agricultura irrigada para o mercado nacional e internacional	Município de Sousa e Aparecida.	Nacional e internacional	10 anos	50 anos
Agência Executiva de Águas do Estado da Paraíba - AESA	Proibir o uso da água do Canal da Redenção, fazer fiscalizações ao longo do canal.	Garantir o fornecimento da vazão solicitada para fazer funcionar o PIVAS.	As margens dos 37Km (trinta e sete) do Canal da Redenção	Municípios de Coremas, São José da Lagoa Tapada, Aparecida, Sousa.	6 anos	30 anos
Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Realizar a desapropriação ou compra da terra para a realização da reforma agrária.	Realizar a reforma agrária	Território Paraibano com ênfase no Sertão.	Território Nacional	15 anos	50 anos
Camponeses do Acampamento Nova Vida I	Ocupação das terras destinadas ao PIVAS, bloqueio da BR 230, ocupação das terras já destinadas a empresários no PIVAS, ocupação do INCRA.	Conquista da terra no PIVAS e água do Canal da Redenção	Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS.	Sertão paraibano	10 anos	20 anos
Camponeses do Acampamento Renascer	Ocupação das terras destinadas ao PIVAS, bloqueio da BR 230, ocupação das terras já destinadas a empresários no PIVAS, ocupação do INCRA.	Conquista da terra no PIVAS e água do Canal da Redenção	Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS.	Sertão paraibano	5 anos	20 anos
Camponeses do Acampamento Verdes	Ocupação das terras nas margens do Canal da Redenção, audiência pública com representantes do INCRA.	Luta pela conquista terra e o acesso a água do Canal da Redenção	Terras privadas próximo ao Canal da Redenção	Sertão paraibano	2 anos	20 anos
Comissão Pastoral da Terra - CPT	Organização para ocupação dos vales úmidos ou próximos a açudes públicos ou projetos de irrigação e transposição de água onde os camponeses tenham acesso à água para irrigar.	Apoio aos camponeses na luta pela reforma agrária no Sertão da Paraíba	Município de Sousa e Aparecida.	Território nacional, com ênfase no Nordeste.	20 anos	30 anos

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES						
ATOR	INTENÇÃO		ESPAÇO		TEMPO	
	Tática	Estratégia	Escala específica	Escala geral	Curto prazo	Longo prazo
Camponeses do Assentamento Acauã	Ocupação do Canal da Redenção, Protestos, Solicitação de audiências com representantes do governo, organização da associação dos usuários de água do Canal da Redenção.	Após a conquista da terra, desenvolver a produção agrícola com a garantia (outorga) do uso da água do Canal da Redenção.	Agrovila do Assentamento Acauã, Lotes que margeiam o Canal da Redenção.	Sertão Paraibano	7 anos	30 anos
Proprietários de terras particulares nas margens do Canal.	Usar sua influência política e troca de favores para garantir o uso da água	Desenvolver a produção agrícola com uso irrestrito da água do Canal da Redenção	Propriedades junto às margens do Canal da Redenção	Sertão Paraibano	10 anos	20 anos
Associações dos usuários da água do Canal da Redenção dos Municípios de Aparecida e Coremas	Realizar reuniões com a AESA com a finalidade de regular o uso da água do Canal da Redenção.	Legalizar o uso da água do Canal da Redenção.	Usuários da água do canal no município de Coremas e Aparecida.	Sertão paraibano	2 anos	30 anos
Prefeitura Municipal de Aparecida	Utilizar mecanismos da lei para ter acesso à água do Canal da Redenção.	Utilizar água do canal da Redenção para abastecer parte da população de Aparecida.	Perímetro urbano	Município de Aparecida	10 anos	50 anos
ONG Via Sertaneja	Denunciar irregularidades do PIVAS	Desenvolver o desenvolvimento sustentável para pequenos proprietários rurais.	Municípios de Sousa e Aparecida	Sertão Paraibano	5 anos	20 anos

Tabela 3: Identificação dos atores, suas intenções materializadas no espaço em um determinado período de tempo.

Organização: Valéria Lima e Pedro Vianna. Elaborado em 2008.

2.1 – O assentamento Acauã

A ocupação e conquista do assentamento Acauã é resultado da luta realizada por trabalhadores rurais que foram historicamente excluídos do acesso à terra e conseqüentemente da água, devido ao processo de formação e consolidação da estrutura agrária de distribuição desigual de terras no Brasil.

Um dos elementos essenciais do processo de formação do espaço agrário brasileiro é a forma desigual e excludente da distribuição da terra. O sistema de capitâneas hereditárias e o sistema sesmarial estabeleceram os fundamentos da concentrada distribuição fundiária brasileira. A Lei de Terras de 1850, por sua vez, promoveu a mercantilização da terra. Se antes o acesso à terra era garantido pela distribuição a quem tivesse cabedais para a prover a exploração, a partir da Lei de Terras, o acesso passa a ser regulado exclusivamente pelo mercado através do mecanismo de compra e venda. A terra transforma-se, assim, em mercadoria, cujo acesso só será possível a quem tiver recursos para adquiri-la³⁵. Esse processo se reproduz na Paraíba segundo Souza (2003, p. 121) da seguinte forma:

A origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, lastreada na expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva. Ambas, absorvedoras de grandes extensões de terras adquiridas por sesmarias ou posse, no contexto do desenvolvimento do capitalismo comercial

Buscando romper com o processo histórico de fortalecimento dos grandes latifúndios, trabalhadores sem terra, com o apoio da CPT, iniciaram o processo de luta por terra e água no sertão da Paraíba. Segundo Mitidiero Junior (2008), a CPT paraibana é reconhecida pela CPT nacional como a secretaria que atua próximo do trabalhador do campo e sua ação muitas vezes ultrapassa o simples apoio à luta pela terra, se tornando o protagonista na ocupação desta.

A CPT Paraíba tem sido um “fermento na luta, na medida em que busca desenvolver a autonomia dos trabalhadores rurais e camponeses em suas manifestações políticas, sendo mais do que um apoio e uma assistência” (Mitidiero Junior, 2008, p.354).

A CPT paraibana foi estruturada em 1988. Atualmente a CPT está organizada em quatro secretarias: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Sertão ou Auto-Sertão. As secretarias possuem o mesmo processo de formação, contudo, cada uma tem singularidades na sua forma de atuação no estado. A CPT Sertão, em particular,

³⁵ A água parece caminhar para um processo semelhante.

possui uma forte atuação na luta pela terra e água nas regiões semi-áridas da Paraíba. Essa questão pode ser constatada no seguinte depoimento:

A CPT aqui no sertão constatou que, próximo dos açudes públicos, vários agricultores posseiros moravam nas áreas ao redor dos açudes, quando esses agricultores tomaram conhecimento que essas terras não pertenciam mais aos proprietários e sim ao governo do estado eles se organizaram para não pagar mais a meia³⁶, e aí surgiram os conflitos. A CPT auxiliou esses trabalhadores fazendo o acompanhamento, a formação e a conscientização dos seus direitos. Esse não era só um conflito pela terra, era também um conflito pela água. Os açudes foram criados para abastecer as cidades, mas os fazendeiros antigos proprietários dessas terras, não aceitavam que não se subordinassem mais a eles. Os agricultores lutavam para conseguir aquelas terras que foram desapropriadas e não havia sido coberta pela água, ficaram em volta dos açudes, era também um conflito pelo acesso à água desses açudes. Os açudes eram: o açude do Carneiro em Jericó, o conflito foi na comunidade de Recanto II, hoje é uma área do estado, a gente chama assentamento do estado; o açude de Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé, hoje eles tem a posse da terra e trabalham lá com a agroecologia com a implantação de hortaliças. Em Carneiro eles trabalham mais com a questão do peixe; no açude de Pilões em Triunfo, foi criado o assentamento Três Irmãos onde tem plantação de arroz, e também tem um assentamento no açude de Riacho de Cavalos lá no município de Riacho de Cavalos (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia³⁷, em outubro de 2008).

A CPT no sertão paraibano tem como estratégia apoiar a luta pela conquista da terra e água, e propõe como tática a ocupação de áreas úmidas próximas aos projetos de irrigação ou de infra-estruturas hídricas, pois entende que não adianta lutar por terra sem água.

³⁶ No final do século XVIII, o sertão da Paraíba passa a ter como produção principal o cultivo do algodão tanto nas pequenas como nas grandes propriedades. Nestas últimas, o cultivo do algodão era realizado na forma de parceria ou de arrendamento da terra. Associado ao algodão, os agricultores instalados no interior dos latifúndios sob o sistema de morada, de parceria ou de arrendatário, utilizavam a mão-de-obra familiar para cultivar sua produção de subsistência de milho, feijão, fava, sobretudo no período chuvoso. Além do plantio, cabia ao agricultor a limpeza do mato e a capina da terra. No regime de parceria destaca-se a “meação.” Nesta, após a colheita o agricultor era obrigado a dividir em duas partes sua produção com o proprietário que havia lhe fornecido a terra e as sementes. Segundo Moreira e Targino (2007), a difusão do plantio do algodão consolidou as relações de trabalho características do semi-árido, como os sistemas de parceria e de arrendamento. Mesmo antes da abolição da escravatura, essas relações de trabalho já estavam em curso. Esse fato não diminui o peso do trabalho escravo no sertão da Paraíba, mas mostra que ela ocorreu de forma bem menos rígida com relação à encontrada nos engenhos de produção da cana de açúcar no litoral.

³⁷ Antônio Cleide Gouveia atualmente integra a equipe CPT sertão, como coordenador juntamente com Socorro Ferreira. Ele também faz parte da coordenação da CPT nordeste que compreende os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, e Rio Grande do Norte, chama regional nordeste II da CPT.

Em 1995, a atuação da CPT sertão vai além do apoio à ocupação em terras públicas e passa a apoiar também a luta de ocupação aos latifúndios improdutivos do Sertão paraibano.

Depois dos conflitos nas terras dos açudes públicos, surgiu a primeira ocupação em terra privada aqui no sertão, no município de Aparecida. Foi uma luta árdua por terra, conseguimos formar o assentamento Acauã. Hoje a luta pela água no assentamento está mais forte. Essa luta é para ter acesso à água do Canal da Redenção (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia, em outubro de 2008).

Trabalhadores sem terra de diversos municípios paraibanos como, por exemplo, Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Triunfo, Sousa, Pombal, Jericó e Catolé do Rocha, ocuparam no dia 02 de dezembro de 1995 a fazenda Acauã e nela permaneceram acampados por cerca de dez meses. Essa iniciativa foi tomada quando alguns agricultores do sertão Paraibano tiveram conhecimento através do diário oficial e de informações publicadas pelo INCRA-PB, que a fazenda Acauã, localizada próximo do rio Piranhas, foi considerada improdutiva e que o Canal da Redenção passaria por essa propriedade.

“Um dos motivos da luta pela desapropriação da fazenda era o Canal da Redenção. Acauã não tem uma terra muito boa sem água, mas com acesso a essa água, dava a viabilidade para as famílias viverem em Acauã” (entrevista realizada Socorro Gouveia³⁸ em fevereiro 2008).

Durante o tempo de ocupação da fazenda Acauã, ocorreram sete ordens de despejo, devido aos pedidos de reintegração de posse realizados pelos antigos proprietários³⁹ da fazenda. No dia 06 de dezembro ocorreu uma destas ordens de despejo. Nessa ocasião os assentados decidem montar acampamento na porteira da fazenda, às margens da BR 230. Em 14 de dezembro do mesmo ano, houve outra tentativa de ocupação da fazenda Acauã. Naquele momento os camponeses resolvem acampar na frente da capela tombada pelo patrimônio histórico,⁴⁰ dentro da fazenda. Neste dia, por determinação do governo do estado, os camponeses foram expulsos e retornam a BR 230, onde permaneceram até o dia 31 de janeiro de 1996.

“Durante a luta sempre havia tentativas de reintegração de posse da terra aos antigos proprietários, porque essas terras aqui de Acauã eram de uma família muito conhecida, é dos primos de Marcondes Gadelha (Deputado Federal) que na época era Secretário de Agricultura do Estado, e tem uma grande influência política. Eles já sabiam que o Canal da Redenção ia passar aqui, através de

³⁸ Moradora do assentamento Acauã e membro da CPT – sertão.

³⁹ A fazenda Acauã pertencia à família Gadelha que possui forte influência política em toda Paraíba e, sobretudo, no sertão paraibano, notadamente no município de Sousa.

⁴⁰ O patrimônio histórico da Paraíba tombou a capela da antiga fazenda Acauã por interesses arquitetônicos e artísticos.

Marcondes Gadelha, daí essa persistência de não ceder às terras para nós agricultores, então houve todo esse processo de luta, foram sete despejos, sete prisões” (entrevista realizada com Alex Gouveia em fevereiro de 2006).

No último despejo ocorrido em 19 de setembro de 1996, houve a prisão de sete pessoas, sendo duas estudantes da Alemanha que realizavam pesquisas na região, alguns agentes da Pastoral da Terra do município de Cajazeiras e um agricultor sem terra.

Em 14 de outubro de 1996, a imissão de posse foi concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para ocupar 2.825 hectares de terra da fazenda Acauã. Esse fato fez com que o assentamento Acauã se tornasse o primeiro assentamento fruto da reforma agrária formado sobre terras privadas no alto sertão da Paraíba.

A morosidade da justiça e a falta de determinação administrativa de alguns dirigentes políticos dos órgãos competentes para proferir a emissão de posse, a fim de tornar possível a criação de um assentamento rural, possibilitam o aumento à violência no campo, através dos confrontos.

A divisão das parcelas realizadas pelo INCRA-PB no ano de 1999 organizou o assentamento Acauã criando uma agrovilas, com lotes de 18 hectares para cada uma das 114 famílias. Os lotes foram distribuídos através de sorteio, recebendo a seguinte divisão: 15 hectares para sequeiros (terras altas), 2 hectares destinados à criação de caprinos e 1 hectare de terra destinado à prática da agricultura nas terras baixas (baixios), onde é cultivado milho, feijão e algodão, entre outros produtos.

A maior parte dos camponeses que hoje formam o assentamento trabalhava em outras fazendas da região como morador de condição, a configuração desse tipo de relação ocorre quando o fazendeiro permite que o agricultor plante na sua terra, dando-lhe em troca uma parte da produção.

Moreira e Targino (1997, p.43), fazem referência ao tipo de morador explicando como se dava essa relação:

Camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar sua roça. Em alguns casos esses moradores podiam criar animais de pequeno porte, e utilizar a lenha e a água. Apesar de produzirem para o consumo próprio, obtinham eventuais excedentes que eram vendidos nas feiras livres. Os moradores de condição eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (cambão), duas ou três vezes por semana. Muitas vezes, além do foro, os moradores de condição ou cambãozeiros, eram obrigados a pagar o cambão.

Os assentamentos, segundo Heredia, (2001, p. 68), vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias.

Quem hoje vive no assentamento mudou a sua vida, tem uma moradia, não tem que viver pagando a meia ou a terça para os fazendeiros ou procurando plantar em áreas de outros proprietários. O agricultor consegue com a implantação dos créditos estruturar a sua área pra criação de animais, para produção de sua lavoura, alguns já tão vendendo na feira agroecológica em Aparecida. Então a gente vê que pelo menos a segurança alimentar está garantida. Então ele não quer voltar para trabalhar fora de sua terra, nem pra periferia da cidade. Temos várias experiências que vem dando certo nos assentamentos do semi-árido, o banco de sementes, as mandalas, as cisternas. Ainda temos problemas, mais temos muitas conquistas. Outros grupos estão se motivando pra ocupar outras terras, é por isso que a luta pela terra nunca acaba, porque a partir do momento que um grupo vê que seus conhecidos, muitas vezes parentes, estão com uma situação melhor de vida, eles também se organizam pra lutar por um pedaço de terra. É muito difícil, sabemos que a reforma agrária não é uma prioridade do governo, ela vêm acontecendo em passos de tartaruga, então são cinco, seis, sete anos pra um grupo de agricultores conseguirem conquistar a terra, mas eles sabem que a partir do momento que eles conseguem e trabalham juntos eles mudam de vida (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia, em outubro de 2008).

Os camponeses do assentamento Acauã viam na construção do Canal da Redenção a possibilidade de desenvolver sua atividade agrícola de forma menos dependente das dos ciclos de chuvas escassas e irregulares da região, bem como a chance de amenizar o problema de abastecimento de água no cotidiano de suas vidas. Desse modo, após a instalação do canal, passaram a utilizar a água tanto para o abastecimento humano, como para a dessedentação animal e para a prática da agricultura irrigada.

Para viabilizar o uso da água do canal para consumo humano e desenvolver as demais atividades no assentamento, a água inicialmente era captada do Canal da Redenção e levada por gravidade para um dos açudes localizados dentro do assentamento Acauã. Esses açudes foram construídos pelos antigos donos da terra (foto 14, 15).



Foto 14: Captação de água do Canal da Redenção.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. outubro de 2008.



Foto 15: Açude no Assentamento Acauã.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. outubro de 2008

Após alguns impasses de impedimento de uso da água com a AESA, uma caixa d'água de água foi construída no assentamento para receber à água do Canal da Redenção. O órgão gestor estadual da água exigiu a construção da caixa d'água⁴¹ para que fosse permitido o bombeamento d' água do canal para a caixa da água que a armazenaria para ser distribuída a nas casas da agrovila (foto 16).

⁴¹ A caixa d'água foi construída com recursos do INCRA. O fato é que mesmo com a construção da caixa d'água, durante anos, a AESA proibiu a retirada de água do Canal da Redenção, gerando um conflito.



Foto 16: Caixa d'água no assentamento Acauã.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. Outubro de 2008.

Durante anos, o Canal da Redenção foi a mais importante fonte de acesso à água que o assentamento possuía. Com a construção das cisternas de placa, através do programa “Um milhão de Cisternas” (foto 17, 18), em parceria do governo federal através da Articulação do Semi-Árido (ASA), os assentados passaram a ter água de qualidade para beber durante os meses de estiagem acentuada.

A cisterna de placa é uma técnica de captação e manejo da água da chuva, que foi implantada no assentamento para garantir água potável nos períodos de estiagem. Segundo Silans (2002), esta técnica não é nova. Há registros de utilização de cisternas em regiões como a China, há 2000 anos, atrás no deserto de Negev, hoje território de Israel e na América Latina, pelas civilizações pré - colombianas Astecas e Maias.



Fotos 17, 18: Cisterna de placa no assentamento Acauã.
Foto: Valéria R. P. de Lima. maio 2008.

No assentamento a água da cisterna é prioritariamente utilizada para beber e cozinhar e, em períodos de estiagem prolongada ela não é suficiente para realizar as demais atividades domésticas, por isso, algumas famílias utilizam a água do canal ou procuram outras fontes de água, como os rios temporários situados próximos ao assentamento Acauã. Os camponeses que possuem terras nas margens do Canal da Redenção também utilizam as águas do canal para desenvolver a irrigação por gravidade/inundação. Essa captação durante anos foi proibida pelo órgão gestor da água estadual, gerando um conflito.

Outro uso da água do Canal da Redenção no assentamento Acauã é o abastecimento das mandalas.⁴² A mandala é um modelo alternativo de irrigação, desenvolvido para realização da agricultura familiar de subsistência, consorciada à criação de pequenos animais, cujo excedente da produção pode ser comercializado.

Em 2006, o assentamento Acauã possuía uma soma de sessenta e três mandalas de fundo de quintal, e foi o primeiro assentamento rural no sertão paraibano a adotar este tipo de técnica agrícola. Atualmente poucas mandalas estão em funcionamento. Os motivos que levaram a inoperância das mandalas correspondem o irregular acesso à água do canal e o alto preço da energia elétrica utilizada para bombear água do Canal da Redenção até as mandalas (foto 19).



Foto 19: Mandala em funcionamento no assentamento Acauã.
Fonte: Jorge F. Cazé. maio de 2008.

⁴² Essa técnica foi implantada no assentamento pela Agência Mandala, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que atualmente conta com o apoio da Bayer CropScience. A Mandala é formada por um tanque central onde a água é armazenada, bombeada e distribuída de forma circular nas lavouras. A irrigação é realizada por micro aspersores (de cotonetes adaptados), reduzindo consideravelmente a quantidade de água utilizada durante a irrigação. Apesar de possuir algumas vantagens, essa técnica também possui algumas restrições como, por exemplo, ter sempre uma fonte de água para o abastecimento das mandalas e o alto consumo de energia elétrica para bombear água. Por ter dificuldades de acesso à água e por não ter condições de pagar a energia, todas as 64 mandalas do assentando estão inativas. Informações: www.agenciamandalla.org.br

Todos os avanços e recuos servem, segundo Moreira e Targino (2007), para fortalecer o “território de esperança” entendido como aquele conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; e para consolidar as diferentes formas de agricultura camponesa. Esta luta está presente no cotidiano de resistência em oposição ao território de exploração.

A terra e a água se mostram como elementos essenciais na vida das famílias que hoje estão inseridas em um projeto de reforma agrária. Após a conquista da terra e a contínua busca por alternativas que ajudem a viabilizar a permanência nela, essas famílias atualmente buscam meios legais que possam garantir a oferta hídrica no assentamento. Essa problemática será analisada no quarto capítulo da dissertação.

2.2 - Acampamento Verdes

A segunda ocupação de terras privadas ao longo do Canal da Redenção deu origem a formação do acampamento Verdes em fevereiro de 2005. Agricultores sem terra reivindicaram e reivindicam do INCRA a concessão das terras privadas que margeiam o Canal da Redenção para a consolidação de um assentamento rural e o acesso à água do canal. As terras em questão são de um fazendeiro que possui interesses em vender sua propriedade com aproximadamente setecentos e dezoito hectares de terra. Manuel Raquel como é conhecido o dono da fazenda é um senhor de idade e seus filhos não têm interesses de continuar a produção agrícola na fazenda, por isso, a mesma encontra-se praticamente improdutiva.

Esses trabalhadores adotaram como tática para alcançar seus objetivos a ocupação das margens do Canal da Redenção. No depoimento abaixo uma das lideranças do acampamento descreveu como ocorreu o processo de ocupação.

A primeira reunião para a organização das pessoas que viriam acampar foi no campo de futebol no município de Aparecida. Reunimos o pessoal, eram mais ou menos umas nove e meia da noite, aí quando foi mais ou menos umas três e meia da manhã, aí nós partimos para ocupar as margens do Canal da Redenção. Começou com cento e noventa e duas famílias, montamos o barraco, fora da terra do proprietário porque a lei não permite mais a ocupação da propriedade privada, você tem que ter uma terra pública perto da terra que se quer conquistar ou então acampa nas margens de uma estrada. Montamos um barracão que era para reuniões, mas cada família tinha sua barraca. Plantamos uma horta de coentro, melão, aí houve a primeira ordem de expulsão e acabaram com tudo, em 26 de junho de 2007. Não houve violência. A gente foi lá para o patrimônio de Acauã (entrevista realizada com Tibério em outubro de 2008).

Depois de enfrentar o processo de desapropriação as trinta e três famílias que não desistiram da luta, retornaram para as margens do Canal da Redenção e plantaram uma pequena horta de milho e abóbora (fotos 20 e 21). A resistência dos sem terra na luta pelo acesso à terra manifesta-se nas diversas ações como, por exemplo, a de remontar a construção do acampamento, retomar a produção da lavoura e reorganizar o grupo para que, mesmo diante das desavenças, possam permanecer unidos e fortes na luta contra o grande latifúndio.

A ocupação tornou-se uma ação histórica da resistência camponesa (Fernandes, 1999).



Foto 20: Camponeses do acampamento Verdes.
Fonte: Valéria R. P. de Lima, fevereiro de 2008



Foto 21: Pequena lavoura irrigada na margem do Canal da Redenção.
Fonte: Valéria R. P. de Lima, fevereiro de 2008

A produção agrícola do acampamento é irrigada com a água do Canal da Redenção. Além desse uso os acampados utilizam a água do Canal para cozinhar e tomar banho (foto 22).



Foto 22: Uso da água do Canal da Redenção no acampamento Verdes.
Fonte: Valéria R. P. de Lima, outubro de 2008.

Usamos a água do canal para tudo, menos para beber. Quando chegamos aqui o canal tava todo coberto de mato, então a gente limpamos tudo para poder pegar a água. (entrevista realizada com Tibério outubro em 2008 no acampamento Verdes)

A utilização da água do Canal da Redenção para os mais diversos usos garante a permanência das famílias que lutam por um pedaço de chão. Em entrevista realizada no acampamento, os relatos são de que muitos dos que estão no processo de luta pela terra foram expropriados para a implantação dos lotes irrigados nas Várzeas de Sousa e que durante a realização do sorteio para distribuição dos lotes no perímetro, políticos de regiões próximas ao município de Aparecida foram contemplados.

Esse meu amigo morava dentro das várzeas e não ganhou lote. Teve um sorteio e um vereador que mora no município de Queimadas teve direito à terra e ele que morava nas várzeas não teve direito, ta aí o barraco e ele na luta. As casas lá fechadas sem quase ninguém produzindo. Alguns lotes que estão produzindo são das pessoas que saíram das várzeas e conseguiram voltar para produzir lá dentro (Entrevista realizada com Tibério em fevereiro 2008 no acampamento Verdes).

A idéia de que os perímetros irrigados fixariam o homem no campo diminuindo o êxodo rural, aumentariam a oferta de emprego e trabalho e modernizariam o campo, é discordada por Marcel Bursztyn (1984), ao afirmar que:

De uma maneira geral, um 'perímetro irrigado' emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes da sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que terras irrigáveis situadas à jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos escolhidos por um projeto não é, em geral, oriundas das terras desapropriadas pelo DNOCS (BURSZTYN, 1984, p.85).

Observa-se que o modelo excludente e concentrador de terra, renda, capital e do controle político, continua a ser legitimado pelo Estado ao contemplar no projeto das Várzeas de Sousa pessoas que pretendem fazer da agricultura mais uma forma de manifestar seu poder político, econômico e prestígio social na região.

2.3 – Acampamentos Nova Vida I e Renascer: A resistência contra o agro/hidronegócio nas Várzeas de Sousa

As primeiras ações de resistência ao processo de desenvolvimento do agronegócio e hidronegócio nas Várzeas de Sousa surgiram em 2004, mais precisamente em 24 de maio de 2004, quando 400 famílias sem terra resolveram ocupar as áreas destinadas ao PIVAS.

Essas famílias em sua maioria vieram dos municípios de Aparecida, da cidade de Sousa e, segundo informações coletadas com um agente da pastoral da CPT – Sertão, também são famílias que foram desapropriadas de suas terras para a implantação do PIVAS e do Canal da Redenção.

Quando o projeto das Várzeas de Sousa foi implantado, o governo desapropriou seis mil hectares com recursos do governo federal, da Secretaria da Agricultura Estadual em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Muitos agricultores que eram posseiros daquelas áreas foram expulsos. Os proprietários foram indenizados e os posseiros não. Então aumentou muito o número das casas de taipa na periferia de Aparecida, na saída em direção ao município de Pombal. Muitos agricultores resistiram e permaneceram nas terras. Então, algumas famílias que resistiram lá nas Várzeas de Sousa se organizaram e reivindicaram do governo a liberação de uma parte daquelas terras para criação de assentamentos. Esses agricultores pediram o apoio da CPT e a CPT vêm acompanhando há cinco anos. Ali começou toda uma luta para que uma parte daquela área das Várzeas de Sousa também fosse destinada para a reforma agrária. (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia, em outubro de 2008).

Desde 2003, a CPT no sertão da Paraíba abraçou a frente de luta contra o agronegócio:

É um embate direto contra o agronegócio. O governo não vai querer entregar assim de bandeja uma área tão cobiçada como as Várzeas de Sousa, com as melhores terras do estado, com uma infra-estrutura de irrigação. Os agricultores têm consciência disso. Desde o início a CPT sempre disse para eles: vocês querem lutar por essas terras? Essa terra é diferente de outros latifúndios que tem na região, então isso vai ser bem mais complicado e realmente é. Mesmo não sendo terras privadas a gente sabe que o embate é bem maior porque mexe com grandes empresas e mexe com outros interesses políticos (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia, em outubro de 2008).

A ocupação das terras destinadas ao agronegócio e hidronegócio pelos trabalhadores sem terra é definida por Fernandes (1996) como um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato vislumbrando a sua criação e recriação. A ocupação é

uma ação decorrente das necessidades e expectativas que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Nesse contexto, analisaremos a trajetória de resistência ao agronegócio e hidronegócio de dois acampamentos sem terra localizados nas Várzeas de Sousa.

O processo de ocupação das terras destinadas ao PIVAS iniciou-se com a formação do acampamento Nova Vida I. O acampamento foi formado no ano de 2004 e inicialmente se chamava Várzeas de Sousa. Após o avanço das negociações com o governo do estado, os camponeses que formam o acampamento realizaram uma assembléia e resolveram mudar o nome do acampamento para Nova Vida I. “Essa mudança de nome representa a esperança de ter uma vida melhor dentro de nossas terras, nossa de verdade” (entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa⁴³, em outubro de 2008).

Atualmente cerca de sessenta famílias estão morando no acampamento Nova Vida I. Os principais motivos que desencadearam a enorme redução no número de famílias (aproximadamente 340 famílias) que outrora ocupavam as várzeas de Sousa no processo de luta pela terra são a falta de emprego e de condições para plantar, as precárias condições de moradia e o longo tempo de espera para conseguir a posse da terra.

A ação coletiva realizada na ocupação das terras ocorreu da seguinte forma:

Vinhemos em mutirão. Já tínhamos conversado com alguns membros da CPT pra saber se a CPT apoiaria. Então, arrumaram o caminhão, juntamos as famílias e fizemos a ocupação das terras, todo mundo de uma vez, chegou todo mundo de uma hora só. Todo agricultor quando colocava os pés nas Várzeas de Sousa dizia que as terras eram muito boas, então era uma terra que tava parada, a gente sabia que tinha um projeto, mas aqui não tinha nada. Chegamos e fizemos as barracas e o roçado que já começou individual. Cada um plantava na sua parte da terra o seu milho, seu feijão. Cada um escolhia um pedaço de terra e plantava (entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa, em outubro de 2008 no acampamento Nova Vida I).

Na segunda descrição do momento da ocupação destacam-se os seguintes fatos:

Desde a primeira noite que eu to aqui, eu e minha esposa, eu queria vim só, quando a gente se movimentou pra vim, não era recomendado trazer mulher porque podia ter alguma repressão das autoridades, dos proprietários e mulher numa hora dessas é a pessoa mais fraca, né? Eu ouvia falar dessas terras no rádio, no programa de Ademar Nonato dizia que isso aqui era um grande projeto, que era pra plantação de fruticultura, era uma coisa muito importante, o agronegócio. Mas tava tudo parado, só tinha a conversa, em época

⁴³ Acampada e está na liderança do acampamento Nova Vida desde 2007.

de política é que agitava uma coisa (entrevista realizada com Luciano Bráz⁴⁴, em outubro de 2008, acampamento Nova Vida I).

Passado alguns meses após a ocupação das terras, os acampados receberam uma ordem de despejo. Nesse momento desocuparam as terras e foram para a igreja da antiga fazenda Acauã que é um o patrimônio histórico localizado no município de Aparecida. Passados alguns meses os acampados resolveram retornar para as terras localizadas no lado esquerdo, em direção à Aparecida - Sousa nas margens da BR230.

Ao longo dos cinco anos em que estão acampados, mobilizações como passeatas, ocupação da BR-230, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, por fim, ocupação dos lotes empresariais e impedimento das máquinas de funcionar no PIVAS em junho de 2007, foram algumas táticas realizadas pelos acampados para tentar serem incluídos dentro do projeto.

Diante dessa última mobilização uma negociação foi firmada entre o governo do estado e o movimento dos trabalhadores rurais apoiados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e o INCRA. Durante a negociação ficou acertado que o INCRA receberá seis lotes do governo do estado, tão logo o Ministério da Integração Nacional forneça o parecer decisivo para subsidiar o aditivo do termo de ajustamento de conduta a ser firmado entre a Procuradoria Geral do Estado, o INCRA e o Ministério Público Federal. O INCRA também deverá apresentar ao governo do estado um projeto de planejamento para o desenvolvimento da área cedida, com cronograma de início dos trabalhos, e um termo responsabilizando-se pelo cumprimento da legislação de irrigação e do meio ambiente da área. Está previsto no projeto a doação de uma área de 998,75 hectares no setor norte para assentar as 100 famílias dos acampamentos Renascer⁴⁵ e Vida Nova I. Cada família assentada terá direito a uma área total de terra de aproximadamente 10 hectares.

Apesar da aparente conquista muitos problemas são observados nesse território. A primeira é que apesar do acordo firmado entre estado e o INCRA para efetivar a instalação do assentamento no projeto, os camponeses reclamam da demora para concretização do acordo.

“Eles fizeram o acordo dizendo que era pra gente sair de lá (**setor sul - lado esquerdo da BR-230**) e que esses lotes aqui já eram nossos, (**setor norte do projeto - lado direito da BR-230**) e que as casas já iam ser construídas no ano passado (**2007**), nem era necessário fazer do jeito que tá aqui (**fotos 23**) os barracos podiam ser de lona mesmo.

⁴⁴ Agricultor sem terra acampado no Nova Vida I.

⁴⁵ Sua trajetória será apresentada no próximo item.

A gente já tá em janeiro de 2008 já vai começar o inverno e nada⁴⁶. A gente só ouve promessas, agora lá está a Santana sementes plantando girasol” (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa, em janeiro de 2008, no acampamento Nova Vida I. **Grifo meu**).



Foto 23: Acampamento Nova Vida I localizado no setor norte do PIVAS às margens da BR 230, janeiro de 2008.

Fonte: Valéria R. P. de Lima.

Nesse contexto, observa-se a dinâmica na construção e (re)construção territorial de luta por terra e água. Os camponeses sem terra, alguns expropriados para instalação do PIVAS, permaneceram durante anos acampados dentro das terras destinadas ao projeto. Quando finalmente em 2007 o governo do estado resolveu colocar em funcionamento o PIVAS, vendendo os lotes empresariais do setor sul que estavam ocupados pelos camponeses sem terra, o governo do estado usa como tática para a desocupação dos lotes empresariais a promessa de inserí-los ou reterritorializa-los no projeto. Porém, exigiu a desapropriação imediata das terras do setor sul, sugerindo a ocupação do lado oposto da BR-230 (sentido leste/oeste – João Pessoa – Sousa) no setor norte. Os trabalhadores então deveriam aguardar o processo de posse nas terras no PIVAS no setor norte.

Segundo relato dos camponeses de ambos os acampamentos e da CPT, a demora no processo tem como justificativa o fato de que o INCRA deve desenvolver um projeto para a realização das obras de infra-estrutura, como estradas, drenagem, tomadas de água, instalação de hidrômetros etc. Esse projeto apresenta um investimento financeiro elevado e o INCRA não tem como arcar com todos os custos.

⁴⁶ As casas do acampamento são de taipa cobertas com telha. Segundo os camponeses essa estrutura foi montada pela demora no processo de implantação do assentamento.

Para pressionar o andamento das negociações os agricultores decidiram abrir as descargas de água, onde a água sai do Canal da Redenção e cai no leito do rio piranhas. Isso iria paralisar a irrigação no lote das empresas. As empresas pediram que o estado tomasse uma posição em relação a isso e os agricultores exigiram do estado e do INCRA que fossem dados os encaminhamentos para a questão do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que seria o repasse da terra para o INCRA. Então o ministério da integração estava exigindo do INCRA um projeto técnico de uso e exploração das várzeas de Sousa. O INCRA se comprometeu em fazer esse projeto, ele fez, mandou ministério da integração teria que dar um parecer pra o estado que repassaria as terras para o INCRA. Após esses conflitos, o estado se convenceu de que era a favor de criar o assentamento e atender aquelas famílias que estão ali já há cinco anos. Hoje os agricultores dependem desse parecer do ministério, então, eles continuam acampados esperando essa audiência com o Ministério da Integração Nacional (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia em outubro de 2008).

O governo estadual dentro do PIVAS, vêm canalizar grande parte das suas ações⁴⁷ fornecendo todos os subsídios para que os lotes empresariais funcionem. Esse fato, corrobora com a assertiva feita por Fernandes (2007) de que para o Estado, meios de comunicação e para alguns estudiosos, o agronegócio é a única via possível para o desenvolvimento.

Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território, como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar [...] O agronegócio como procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio (FERNANDES, 2007. p. 2).

Como o investimento para o fortalecimento e desenvolvimento dessa forma de produção agrícola está se consolidando no PIVAS é provável que os problemas que ocorrem nos demais perímetros irrigados, “uniformizados” em todo território do nordeste a exemplo da precarização do trabalho, do endividamento de pequenos irrigantes, da exploração dos recursos naturais por parte das grandes empresas

⁴⁷ No Jornal Correio da Paraíba de 31 de outubro de 2007, o deputado estadual Jeová Campos (PT), denuncia algumas das ações do governo do estado para beneficiar os grandes empresários instalados nas Várzeas de Sousa. Segundo o deputado, é escandaloso o preço (R\$ 1.500 por hectare) pelo qual o Estado cedeu a área à Santana Sementes. Considerando os 200 milhões de reais de recursos públicos majoritariamente federais já investidos no projeto (R\$ 40 mil por hectare). Segundo o jornal Correio o deputado irá pedir à Procuradoria da República na Paraíba e ao Ministério Público Estadual que investigue se estão corretas ou não as concessões de áreas no Projeto Várzeas de Sousa, feitas pelo governo do estado à empresa Santana Sementes (anexo 3).

concentradoras de capital e da exclusão social e de acesso a recursos naturais como água e terra - esse último já presente – também ocorram no PIVAS.

O governo estadual⁴⁸ tem a pretensão de transformar essa região em um importante pólo agro-industrial, para a produção e beneficiamento de produção de frutas como, por exemplo, o melão, a banana, o coco e a graviola, de alta qualidade e rentabilidade com o intuito de serem comercializadas nos mercados externos e interno. Com esta finalidade o governo do estado em notícia veiculada no site do governo do estado da Paraíba,⁴⁹ anunciava capacitação, em 2007, dos 178 irrigantes do PIVAS para o desenvolvimento da fruticultura irrigada e propunha a transformação do agricultor tradicional em um pequeno empresário rural. No acampamento, essa proposta do governo do estado não é aceita, gerando mais um ponto de desavença.

Um dos embates que gera dificuldades com relação a essas terras de Várzeas de Sousa é porque o governo quer a plantação das monoculturas de fruticulturas para exportações ou de outras oleaginosas para os bicombustíveis, e os agricultores não aceitam. Eles querem trabalhar na produção de alimentos, então tem o conflito não só da questão da terra e da água, mas também o conflito ideológico. Os agricultores querem plantar, querem criar, fazer dali um assentamento e o governo quer um assentamento nos moldes do agronegócio, mesmo que seja atendendo agricultores familiares (entrevista realizada com Antônio Cleide Gouveia em outubro de 2008).

Os investimentos do governo estadual para o setor norte, onde se encontram os acampamentos Nova Vida I e Renascer, são praticamente inexistentes. Os acampados solicitaram do governo medidas para viabilizar o abastecimento de água nos acampamentos⁵⁰. Após um longo tempo de espera foram instalados cata-ventos no acampamento. Além do governo do estado, a prefeitura de Aparecida também viabilizou o fornecimento de água potável durante o período de eleição (foto 24).

⁴⁸ Todas as pretensões do projeto hidro-agrícola das Várzeas de Sousa estão no memorial descritivo desenvolvido pelo governo do estado da Paraíba em 1998.

⁴⁹ Governo do Estado da Paraíba - <http://www.paraiba.pb.gov.br>. 25/jul/2005. Acessado em: 24 de agosto de 2007.

⁵⁰ A água que existia no acampamento para atender todas as demandas das famílias acampadas, era proveniente de um poço que não possui água em quantidade e qualidade suficiente.



Foto 24: Sistema de abastecimento de água no acampamento Nova Vida I, outubro de 2008. **Fonte:** Valéria R. P. de Lima.

No relato abaixo é possível visualizar como foi realizada a ação coletiva para conseguir o acesso à água.

Nós fomos até a casa de bomba fazer um manifesto lá, ficou certo que o estado ia colocar água no acampamento diretamente da adutora do canal, ia colocar uns canos que até aqui pra gente ter água no acampamento, ai nós nos juntamos, cavamos uma vala até lá para colocar esses cano e o estado não veio e não colocou. Depois eles disseram que não colocaria mais os canos, se quiséssemos água seria através de poços e os poços aqui são de água salgada, mas sem ter alternativa, preferimos a água salgada. Depois conversamos com o prefeito de Aparecida. Ele colocou água doce, hoje temos água salgada favorável pra luta de casa e temos água doce para beber. A gente não paga nada. A água doce potável tratada que chega às torneiras de nossos barracos vem de um carro pipa até a caixa de água. Essa conquista veio depois de uma reunião com o prefeito há cinco ou seis meses atrás e pedimos, falamos para ele as dificuldades de ter que depender de buscar água em carroça, água que não tava potável. Ele foi e fez uma cisterna e está abastecendo o acampamento e ainda colocou em cada casa uma torneira (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa em outubro de 2008, no acampamento Nova Vida I).

A descrição feita pelos acampados sobre as características da água encontrada nos poços perfurados no acampamento sugere se tratar de água salgada. A água doce no acampamento serve, sobretudo, para atender as necessidades diárias como beber, tomar banho e cozinhar.

Segundo Cirilo (2008), estima-se que no nordeste do Brasil, cerca de cem mil poços tenham sido perfurados. Pelo fato de a maior parte da região semi-árida do nordeste ser constituída por formações cristalinas, a perfuração de poços como solução para o suprimento das diferentes necessidades está sujeita às seguintes

limitações: baixas vazões, na maioria dos casos até 2 m³/h; teor de sais presentes superior ao recomendado para consumo humano, em parcela significativa dos poços e alto índice de poços secos, dadas as peculiaridades geológicas.

Como o setor norte do projeto ainda não possui infra-estrutura para desenvolver a irrigação, os agricultores sem-terra acampados só podem praticar a agricultura de subsistência nos períodos chuvosos. Essa condição acarreta a precarização na qualidade de vida dos acampados que acabam se sujeitando a trabalhar como diaristas nos lotes empresariais dos PIVAS. Sobre esse assunto, Francinete, em entrevista realizada em outubro de 2008, relatou que:

Ir trabalhar lá foi uma decisão individual. A necessidade é tão grande que somos obrigados a fazer isso, a se submeter. Eu não tenho coragem, nem condições de pedir para eles não ir trabalhar lá. A gente sabe que o certo seria não fazer isso, mas você acordar de manhã e muitas vezes não ter uma merenda e não ter um trabalho é difícil. Então vem gente aqui oferecer um dia de serviço pra você, é quase impossível você não aceitar. Lá se trabalha como diarista⁵¹. Pouca gente trabalha com carteira assinada. Tem semanas que não chama ninguém, mas geralmente chama dez, doze, quinze, quem vem chamar são os encarregado do lote de Pierre⁵². Ele é o que mais contrata e a relação nossa com ele é boa, mas com o povo da SANTANA a gente não tem contato não. Pierre já é mais aberto, acho que devido à invasão que a gente fez na área dele. Ele acolheu a gente muito bem, acho que não ficou mágoa (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa em outubro de 2008, no acampamento Nova Vida I)

A relação social que se apresenta, de acordo com Fernandes (1996), é que, de um lado, o capitalista compra a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital e, do outro lado, o trabalhador vende a força de trabalho, pois isto é fundamental para a sua sobrevivência.

Esse fato se repete no acampamento Renascer, como foi possível perceber nos relato abaixo:

Algumas pessoas daqui trabalham como diarista. Os donos dos grandes lotes não vão fazer o que prometem. Eles prometeram muitos empregos e o que se vê não é isso. A empresa Moco prometeu empregar 300 pessoas, talvez não tenha 30 pessoas trabalhando lá (Entrevista realizada com Naldo em janeiro de 2008 no Acampamento Renascer).

⁵¹ O dia de trabalho ou a diária de acordo com informações coletadas no campo custa R\$ 18,00.

⁵² Pierre Landolt é um dos empresários mais ricos do mundo. Atualmente o empresário reside no município de Patos no sertão paraibano, onde possui uma fazenda chamada Tamanduá, com área de 3000 hectares, e investe na produção de queijos à maneira francesa, com leite de vacas suíças e frutas tropicais para exportação. Nas Várzeas de Sousa, Pierre investe na fruticultura irrigada com certificação orgânica. Para mais informações: <http://www.planetaorganico.com.br/LANDOLT1.HTM>

O acampamento Renascer foi formado em 2006 e também contou com o apoio da CPT. Atualmente quarenta famílias moram no acampamento. Cujas as ações coletivas aspiram necessidades semelhantes aos do acampamento Nova Vida I.

A maioria das famílias que hoje estão acampadas nas várzeas de Sousa moravam em bairros deste município de Sousa.

A nossa história é totalmente diferente, acho que de todos os acampamentos e assentamentos do Brasil, porque éramos um pequeno grupo de catadores de reciclagem. Antes éramos agricultores, ou filhos de agricultores e decidimos voltar para o campo (Entrevista realizada com Naldo em janeiro de 2008 no acampamento Renascer).



Foto 25: acampamento Renascer localizado no setor norte do PIVAS, vizinho a poucos metros do Acampamento Nova Vida I.

Fonte: Valéria R. P. de Lima, janeiro 2008.

A pecuária extensiva associada com a agricultura de subsistência e a subordinação do homem do campo ao coronel, que outrora predominava no sertão paraibano, está dando lugar às empresas rurais capitalistas. Tais empresas compram a força de trabalho dos mesmos camponeses que hoje formam os novos acampamentos ou assentados que tentam resistir ao avanço do capitalismo no campo.

Nesse contexto, Elias (2006) relata que nos vales úmidos vislumbram-se grandes possibilidades para o agronegócio globalizado. Além disso, e o surgimento de novas áreas tende a fortalecer os circuitos espaciais da produção que ultrapassam os limites da região e do país, completando-se em vários outros lugares do mundo. Diante deste cenário, os impactos sobre as relações de trabalho têm sido bastante fortes e complexos.

As ações desenvolvidas pelos atores sociais, de certa forma, acham-se relacionados com a forma de gerenciamento da água que o governo dos estado da Paraíba esta desempenhado.

3 – A ÁGUA E SUAS FORMAS DE GESTÃO

3.1 - Um breve relato das formas correlativas ao gerenciamento do uso da água

Mesmo antes da criação do Código das Águas em 1934, da Lei das Águas em 1997, ou até mesmo da criação da Agência Nacional de Água em 2000, que para alguns pesquisadores simbolizam os marcos da gestão do uso da água no Brasil, alguns episódios de regulação e normas de uso e controle sob os corpos da água em território nacional já eram conhecidas.

Durante os séculos XV e XVI, a vila de Olinda no nordeste brasileiro estava sendo comandada por detentores de terras e de escravos. Os conflitos pelo acesso à água, sobretudo para o abastecimento das propriedades, ocorriam dentro da própria elite, ou seja, de um lado a burguesia comercial de Recife e do outro, os senhores de engenho, disputavam o acesso a água de boa qualidade. Os escravos e homens livres pobres tinham que obedecer as normas e regulamentos de uso da água, entre as quais estava a obrigação de pagar taxas cobradas pela classe dominante. Segundo Reinholdlink (2007), o valor das taxas cobradas era injusto face à qualidade e à quantidade da água. Tratando da divisão social do trabalho para o abastecimento da água, o mencionado autor chama a atenção para o fato de que era predominantemente do escravo a tarefa de fazer chegar água aos ambientes onde ela seria consumida, e era ainda o escravo quem sofria na pele os rigores da lei como no caso da detenção dos que eram flagrados contrariando a legislação sobre o uso da água (REINHOLDLINK, 2007).

Para eles estava prevista, além da detenção, uma cota de açoites (penalidade corporal) enquanto do patrão, que freqüentemente era o mandante do comportamento considerado delituoso, era exigido tão somente o pagamento de multa para retirar da cadeia o criado (penalidade pecuniária) (REINHOLDLINK, 2007, p. 83).

Ainda relacionado ao controle do uso da água entre as classes sociais, Sá (2006) relata que na cidade da Parahyba⁵³ algumas fontes de água eram destinadas exclusivamente a elite local (políticos e fazendeiros), a corporações militares ou a ordens religiosas. Exemplos do uso segregado da água são as fontes do Gravatá e do Santo Antônio.

⁵³ Até 1930, meados do século XX, esse foi o nome da capital paraibana, hoje cidade de João Pessoa.

Embora as informações existentes sobre a localização da fonte Gravatá sejam desconhecidas, Sá (2006) afirma que ela se localizava⁵⁴ onde hoje é a praça Pedro Américo, situada na frente do quartel da polícia militar, no centro da capital paraibana.

A fonte de Santo Antônio (foto 26), datada do início do século XVII, era de uso exclusivo dos religiosos do convento São Francisco. Merece destaque o fato de que, em períodos de escassez, “anos de seca”, a coleta da água na fonte era aberta para que a população da cidade pudesse consumi-la, demonstrando que a escassez, ao mesmo tempo em que provoca conflitos e formas de dominação político-social,⁵⁵ também pode gerar solidariedade.



Foto 26: Fonte Santo Antônio, convento de São Francisco, João Pessoa – PB
Fonte: Acervo de Yure Silva Lima, fevereiro de 2005.

Não se tem registros relativos ao século XVII da existência de documentos que regulem o acesso à água em caso de escassez hídrica, como é observado no Código das Águas de 1934 e na Lei das Águas de 1997, que em seu Art 1º determina a prioridade de uso da água para consumo humano e dessedentação de animais em momentos de escassez. Por muitas vezes a regulação de uso e a apropriação das

⁵⁴ O monumento que simbolizava a fonte Gravatá foi demolido no ano de 2007. Em seu lugar foi construída uma escultura do pintor Pedro Américo, esse fato de certa forma apaga da memória um fato importante na história da cidade, pois de acordo com as idéias de Le Goff(1994) os monumentos, heranças do passado também são um documento que liga-se ao poder de perpetuação das sociedades históricas.

⁵⁵ Em alguns casos e em algumas regiões, como no semi-árido nordestino essa prática de dominação sobrevive até os dias de hoje.

águas não eram formalizadas em leis, alvarás ou decretos. Todavia, quando relacionados aos costumes⁵⁶ locais estas poderiam, segundo Thompson (1998), ser consideradas como práxis e igualmente como leis.

No século XVIII, durante o ciclo do ouro em Minas Gerais, os mineiros desviavam o curso dos rios para facilitar a exploração dos minérios. Devido a isso, surgiram conflitos pelo domínio dos cursos de água. Esse fato, de acordo com Queiroz (2002) suscitou uma ordenação real, conhecida como “Regimento das Águas” que concedia o direito do uso das águas aos mineiros. Essa ordenação real predizia o seguinte:

Enquanto têm terras para trabalhar e acabando o labor tornam as águas para a repartição do guarda-mor, e por isso o mineiro empossado das águas não pode dar, nem vender a outrem, nem também mineiro algum pode apropriar-se das águas sem ter concessão delas por escrito do guarda-mor, o que regulamente chamamos provisão d’água (QUEIROZ, 2002: p. 678).

Na citação acima, observa-se que os rios se mostram como importante regulador da vida social, sendo elementos estruturantes do espaço e influenciando na dinâmica, desenvolvimento e expansão dos povos.

O ritmo de vida dos povos que habitam a floresta Amazônica também está relacionado com o regime de cheias do rio Amazonas no período chuvoso e do refluxo no verão. O mesmo ocorre no vale do rio Nilo desde os tempos mais remotos quando as civilizações que ocupavam as margens desse rio se estruturaram com a construção de diques e canais de irrigação para desenvolver suas atividades agrícolas, construindo seus hábitos de vida social que levava em consideração a oscilação de secas e cheias do rio.

Segundo Petrella (2002):

As estruturas das sociedades camponesas e das comunidades aldeãs, onde as condições de vida estão intimamente ligadas ao uso do solo, eram organizadas ao redor da água. E, na grande maioria dos casos, mesmo quando era considerado um bem comum, a água tornava-se uma fonte de poder, tanto material quanto imaterial. Eram raros os casos em que todos os membros de uma comunidade estivessem em mesmo nível com relação ao acesso à água (PETRELLA, 2002: p. 59).

A antiga cidade de Roma tinha nas águas do rio Tigre sua principal fonte para abastecimento público. Em torno de 312 a.C. os romanos desenvolveram um complexo sistema de aquedutos que ajudaram a distribuir água por toda a cidade. A

⁵⁶ Esta concepção de Thompson (1998) está arraigada a práticas sobre a questão agrária, o costume era entendido como uma lei ou direito não escrito cujo reconhecimento de uso e posse era dado pelo longo uso e pelo consentimento dos antepassados.

rede de aquedutos administrada por um Comissário de Águas de Roma determinava o uso das águas por classes:

(...) *nomine Caesari, privatis e usus publici*. A classe *usus publici* era subdividida em *casta, opera publica, munera e lacus*. As águas *nomine Caesari* destinavam-se ao palácio imperial e aos prédios, diretamente sob o controle do imperador. As águas *privati*, destinavam-se a particulares por concessão do Imperador (benefício principis) e estavam sujeitas ao pagamento de taxa. As águas *usus publici* destinavam-se a prédios públicos, a balneários, instalações militares e para-militares, fontes ornamentais e reservas de emergência (CAMPOS, 2003: p. 21).

Aquedutos, diques, chafarizes, canais de irrigação, lata d'água na cabeça, são testemunhos concretos que carregam em si práticas culturais de uso e domínio da água que sempre estiveram influenciadas por características físico/climáticas que compõem a geografia de um lugar.

As “obras hidráulicas” são monumentos, registros históricos que comprovam a apropriação da natureza pelo homem. Tem-se conhecimento do uso de técnicas para o controle da água desde 250 a.C, quando o chinês Li Bing, um gênio da hidráulica, construiu a barragem no Rio Minjiang. Próximo a barragem, Li Bing construiu três estátuas de homens com a finalidade de controlar o nível da água. “Se os pés estivessem visíveis, a seca estava chegando; nesse caso eram abertas as comportas da barragem. Se os ombros estivessem submersos, a inundação estava próxima; então as comportas eram fechadas” (BOUGUERRA, 2004: p.28)

Em certas sociedades, a questão de gênero também está fortemente ligada ao gerenciamento da água. A prática de ir buscar, manusear e armazenar a água para desenvolver atividades domésticas constitui um símbolo cultural relacionado as mulheres sertanejas do nordeste brasileiro. Muitas delas percorrem enormes distâncias em busca de um rio ou lajedo⁵⁷ e com “a força que nunca seca⁵⁸” carregam a lata d'água na cabeça (fotos 27 e 28). Este é um hábito antigo, mas que se perpetua até os dias atuais.

⁵⁷ Um lajedo é um afloramento de rocha cristalina que pode ser represado para acumular água da chuva.

⁵⁸ “A força que nunca seca” é o título de uma canção composta por Chico César e Vanessa da Mata. A letra da canção encontra-se no anexo 4.



Foto 27: Hábito cultural de coleta de água no sertão da Paraíba

Fonte: Jorge Flávio Cazé, abril de 2008.



Foto 28: Mulher buscando água em um lajedo no sertão Paraibano.

Fonte: Jorge Flávio Cazé, abril de 2008.

O resgate de alguns exemplos de relações sociais que desenvolveram hábitos culturais e práticas econômicas de gerenciamento da água e de elaboração de infraestruturas a fim de dominá-la, se constitui como um imperativo para a compreensão histórica do processo de desenvolvimento e organização das sociedades.

Levando em consideração os exemplos citados, observa-se que a evolução das sociedades em diversos territórios apresenta especificidades na forma de armazenar e gerenciar suas águas, porém, na maioria dos casos, têm-se o domínio de uma determinada classe social sobre o acesso à água. Por ser um elemento essencial à vida, esforços devem ser feitos para que todas as classes sociais tenham direitos iguais de acesso à água⁵⁹

Com base no exposto pode-se questionar: é relevante achar o marco legal que determina o início da gestão da água?

Talvez não. Procurar formas práticas que busquem melhorar a cooperação hídrica entre os membros de uma sociedade e a aplicação prática da governança da água parece ser mais importante.

⁵⁹ Essa é a ideologia que compõe o manifesto da água formulada por Ricardo Petrella (2002). O objetivo do manifesto é proclamar para o mundo que o acesso à água é um direito inalienável político, econômico e social, ao mesmo tempo individual e coletivo que todos os seres humanos e todas as comunidades humanas devem ter.

3.2 – Evolução temporal da política de gestão dos recursos hídricos no Brasil

A análise da política de gestão dos recursos hídricos no Brasil, dentro do contexto histórico-geográfico, não deve ser restrita a questões institucionais ou burocráticas referentes à legislação, por isso, buscar-se-á vincular a evolução da legislação hídrica aos argumentos que foram usados para justificar a sua criação, ou seja, a exploração econômica do meio ambiente e os impactos ambientais e sociais causados por essa exploração.

Como relata Lefebvre (1976, p. 103), “Los bienes antañō abundantes empiezan a escasear”. Nesse contexto encontra-se a água que nas últimas décadas vem sofrendo uma super-exploração, sobretudo para o desenvolvimento de atividades industriais e agrícolas, que se soma a degradação dos corpos hídricos, causando escassez quantitativa e qualitativa, o que faz desse recurso natural a nova “raridade” do século XXI.

A escassez vista como interesse e também como obstáculo para o crescimento econômico⁶⁰ alterou a concepção da água como um bem social comum para uma *commodity* submetida às regras do mercado. A mercadoria para Marx (1983) é antes de tudo uma coisa que satisfaz as necessidades humanas, não importando se diretamente ou como meio de subsistência, isto é, como objeto de consumo ou como meio de produção.

Essa premissa conduziu alguns pesquisadores a realizar uma distinção conceitual entre água e recursos hídricos. Rebouças (2002) e Vianna (2005), por exemplo, explicam que o termo *água* refere-se, em geral, ao elemento que encontramos na natureza, desvinculado de qualquer uso ou utilização. Já o termo *recursos hídricos* considera a água como bem econômico passível de utilização como tal.

A maior parte das atividades econômicas tem início com a extração de um recurso natural, e parte do que é retirado para o desenvolvimento do processo produtivo não retorna ao meio ambiente, ou se retorna, não tem a mesma qualidade, gerando um impacto ambiental.

⁶⁰ O **interesse** do capitalismo em disseminar a idéia da escassez da água garante a sua submissão à lógica do mercado, favorecendo a restrição de algumas classes sociais ao acesso à água. Quem pode pagar abona o consumo da água e se pode pagar a qualidade é melhor. Essa é a idéia que o modelo neoliberal vem propagando: o que é privado é melhor e mais eficiente. A escassez é vista como **obstáculo** para o desenvolvimento econômico em determinadas regiões como no nordeste brasileiro.

A gênese dos problemas ambientais, de acordo com Enrique Leff (2006), está relacionada com a expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica com o propósito de maximizar lucros, e o excedente econômico em curto prazo, guiada por uma ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais.

No Brasil, durante o século XIX, os recursos hídricos tratados como insumo, encontravam-se sob a administração do Ministério da Agricultura. Durante século XX, os processos de produção capitalista estavam com a economia fundamentada na produção agrícola, evoluindo posteriormente para a produção agro-industrial e em seguida com a ascensão da industrialização e a conseqüente urbanização. Esse desenvolvimento demandou uma expansão da infra-estrutura hídrica que se pautou na construção de novas hidrelétricas, gerando a necessidade de realizar um rearranjo das bases legais e administrativas da gestão dos recursos hídricos que se encontravam nesse momento sob a administração do Ministério de Minas e Energia.

Diante deste fato, Barth (2002) afirma que:

O interesse na construção de novos aproveitamentos hidrelétricos fez com que se levantasse debate sobre o regime jurídico a que estavam submetidas as águas e seu aproveitamento. Como conseqüência o governo federal apresentou ao Congresso Nacional, em 1907, o Código das Águas. Somente em 1920 foi criada a Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em princípios de 1933, criou-se a Diretoria de Águas, que mais tarde se transformaria em Serviços de Águas. Só após 27 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Poder Executivo promulga o Código das Águas (Decreto 24.643, de 10/07/1934), constituindo o marco regulatório fundamental para o setor de energia elétrica, ao proporcionar recursos legais econômico-financeiros para a notável expansão do aproveitamento do potencial hidroelétrico (p.563).

O Código das Águas de 1934 se caracterizou como o primeiro texto importante que levou em consideração o desenvolvimento de uma administração dos recursos hídricos no Brasil. Em sua implantação, o código estabeleceu os conceitos básicos da administração dos recursos hídricos e as responsabilidades dos poderes públicos em relação às águas públicas, como também concebeu as diretrizes e ações do setor privado sobre as águas públicas que poderiam ser aproveitadas por meio de concessões de uso, estritamente controlada pelo Estado.

Dentro de um contexto histórico, antes do Código das Águas de 1934, o aproveitamento da água no Brasil, incluindo a construção de hidroelétricas e o gerenciamento do setor energético, estava essencialmente sob o comando da iniciativa dos agentes privados de capital estrangeiro. O poder de regulação do uso da

água pelo Estado encontrava-se potencialmente ausente até 1940, quando boa parte do setor elétrico se nacionaliza.

O Código das Águas administrava os recursos hídricos ligados, sobretudo, ao setor elétrico e de irrigação concentrado na esfera federal. Essa forma de gerenciamento dos recursos hídricos, segundo Lanna (1994), se coadunava com o modelo burocrático adotado pelo governo brasileiro, cujas características principais eram a falta de um planejamento estratégico e de negociação social, tornando-se centralizador e autoritário.

Nesse sentido, foram dois os paradigmas que dominaram o período do Código das Águas de 1934: um jurídico-administrativo⁶¹ ou burocrático e o outro econômico-financeiro. Este último prevaleceu durante as décadas de 1970 e 1980.

O modelo burocrático representava a centralização da gestão no Estado que criava os instrumentos de comando e controle. O modelo econômico-financeiro caracterizava-se nas ações de planejamento estratégicos da água, com instrumentos econômicos e tecnocráticos.

Com o passar dos anos, a forma de administração hídrica centralizada provocou conflitos entre as decisões de gestão da água tomada em âmbito federal e estadual. Isto gerou uma fragmentação da legislação brasileira de águas e a quebra dos paradigmas⁶² antigos (burocrático, econômico-financeiro) para a construção de um novo paradigma denominado integrador-participativo, iniciando na década de 90 do século XX.

Descentralizar e democratizar a gestão dos recursos hídricos entre as instâncias governamentais e seus usuários em níveis de bacias hidrográficas e rios artificiais⁶³, foram princípios incorporados ao novo paradigma integrador-participativo presente na nova legislação brasileira das águas ou Lei das Águas (Lei 9.433/1997), que instituiu o

⁶¹ A denominação para os paradigmas foi dada por Barth (1992), porém, para um argumento de gestão ambiental no globo.

⁶² Este fato me remete a quebra dos paradigmas dentro do que propõe Thomas Kunh em "A Estrutura das Revoluções Científicas". Obviamente, os paradigmas citados acima não são considerados como ciência. Essa analogia permite visualizar a quebra e a evolução do pensamento dominante. Nesse sentido, Kunh (1997), considera que, dentro de uma ciência normal o paradigma vigente dominante é aceito por todos. Quando novos fenômenos são descobertos tem início a consciência da anomalia e o reconhecimento de que, de alguma maneira, houve a violação das expectativas paradigmáticas que governavam a ciência normal. A descoberta envolve um processo de assimilação conceitual amplo, embora não necessariamente prolongado. São os períodos de crise que conduzem a mudanças de paradigma. Esses períodos encontram-se em um estágio de pré-paradigmas, em que teorias especulativas e desarticuladas desenvolvidas nesses momentos são capazes de indicar o caminho para novas descobertas. Ocorrendo então uma quebra no paradigma anterior para a ascensão de um novo paradigma, porém ainda carregando resquícios do antigo paradigma.

⁶³ Refiro-me a canais de transposição de águas.

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foi baseada no sistema francês de gestão hídrica integrada.

A gestão hídrica na França que atualmente esta consolidada passou por um processo evolutivo, essa evolução segundo informações da Rede Internacional dos Organismos de Bacia (Riob, 2000) teve início em 1919 com a criação da Lei de Energia Hidráulica, evoluindo para a Lei da Água de 1964, que serviu de base para a Lei das Águas em 1992. Esse foi o momento de modernização da gestão da água na França e trouxe consigo o planejamento territorial por intermédio da criação de dois instrumentos de gestão: os Planos Diretores de Aproveitamento e Gestão de Água (SDAGE - *Schéma Directeur d'Aménagement et de Gestion des Eaux*) que definem os objetivos de gestão de quantidade e qualidade hídrica para bacias hidrográficas e dos Planos de Aproveitamento e Gestão das Águas (SAGE - *Schéma d'Aménagement et de Gestion des Eaux*), que orientam o uso, valoração e proteção dos ecossistemas aquáticos para as respectivas micro bacias e suas águas superficiais e subterrâneas.

No Brasil já se passaram quase doze anos desde a criação em 1997, da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que, mesmo de forma não homogênea aos poucos esta se consolidando em todo território brasileiro.

Entretanto, Casadei (2002) sinaliza o fato de que se deve reconhecer que, no processo de operacionalização da Lei 9.433/97, um número muito pequeno de municípios brasileiros está capacitado e auto-organizado para desenvolver a gestão das águas.

Comentários sobre os fundamentos e os instrumentos da Lei das Águas serão tecidos a fim de que se possa relacioná-los adiante, com a atual forma de gerenciamento da água do Canal da Redenção.

Os fundamentos e princípios da Lei 9.433/1997 consideram a **água como um bem de domínio público** e como um recurso natural limitado, **dotado de valor econômico**, que em situações de escassez, terá como **uso prioritário** o consumo humano e a dessedentação de animais. Esta gestão deve sempre proporcionar o **uso múltiplo das águas** e a bacia hidrográfica é a **unidade territorial da gestão** de recursos hídricos. Sua gestão deve ser **descentralizada** e deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Todos os itens em negrito citados acima são regulados por basicamente seis instrumentos: os **planos de recursos hídricos**; o **enquadramento dos corpos de água** em classes de uso; a regulação de uso através dos instrumentos econômicos de **outorga** e **cobrança** dos recursos hídricos, da formulação do **Sistema de**

Informações dos Recursos Hídricos e da compensação aos municípios, este último aceito como um instrumento de negociação política.

Os fundamentos, os instrumentos e os objetivos da Lei 9.433/97 se assemelham e são seguidos por todas as leis estaduais de gestão das águas. A justificativa para tal semelhança, segundo Teixeira (2004), está na influência do modelo francês sobre os modelos estaduais mais antigos como São Paulo e Ceará⁶⁴ e sobre o modelo de gestão nacional que, por sua vez, forneceu as linhas gerais para os novos modelos estaduais.

A Constituição Federal, bem como a Lei 9.433/97 estabelecem que a água é um bem de domínio público, garantia de que não pode haver direito privado sobre ela. Porém, o fato de considerá-la um recurso limitado, dotado de valor econômico, acaba por atribuir valor à água em estado bruto⁶⁵ abrindo a possibilidade para que ocorra sobre esta algum tipo de controle privado.

A outorga é um instrumento que regula e controla o acesso e uso da água por um tempo limitado a um determinado usuário. Nesse sentido, Sousa Júnior (2007) caracteriza a outorga dos direitos de uso da água como instrumento administrativo prerrogativo do titular do domínio da água: a União e os Estados, no caso brasileiro.

Atribui-se a esse instrumento o caráter de ordenamento dos usos privativos ou comuns em regime extraordinário. Enfim, a caracterização da água como bem de domínio público e, extensivamente, de valor econômico, determina a outorga e a cobrança como instrumentos de gestão (SOUSA JÚNIOR, 2007 p. 78).

O fato de atribuir valor econômico à água acaba privando e limitando o acesso a mesma, gerando a exclusão social dos pequenos agricultores que não têm poder aquisitivo para o pagamento da outorga. Isso de certa forma favorece a perpetuação do poder das elites oligárquicas sobre as águas. Para Gómez (2005: p. 305) “hace ya bastante tiempo que en el âmbito da la Economía dejó de considerarse el agua como um bien libre”. Apesar desse fato, Studart (2002) considera que a outorga é uma indispensável ferramenta de gestão, pois assegura ao gestor o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e, ao usuário, o efetivo acesso à água. Na área de

⁶⁴Em São Paulo, a Lei 7.663/91 iniciou o ciclo de legislação estadual de águas, posteriormente, o Ceará instituiu através da Lei N° 11.996, de 24 de julho de 1992, sua política estadual de recursos hídricos.

⁶⁵ Não de forma generalizada. A Lei das Águas define princípios de isenção para alguns pedidos de outorga e cobrança (instrumentos econômicos da lei) pela derivação da água em estado bruto, como por exemplo, os pequenos núcleos populacionais e captações de águas consideradas com volume insignificante. Cada membro da Federação estipula a quantidade limite que poder ser captada sem necessidade de outorga e cobrança.

estudo, este instrumento poderá significar a exclusão do acesso à água, devido a possível cobrança pelo seu uso.

O instrumento de cobrança, sob um prisma positivo, pode ser encarado como a forma mais eficiente para conseguir verbas com a finalidade de aplicá-las na conservação e recuperação ambiental das bacias hidrográficas. Neste caso, cabe aos usuários-pagadores e poluidores-pagadores da bacia, a responsabilidade de fiscalizar a aplicação adequada da arrecadação financeira.

É preciso ter cuidado com a ênfase dada no âmbito dos debates sobre gestão dos recursos hídricos à cobrança pelo uso da água, pois, como lembra Campos (2003), podemos ter a falsa impressão de que esta é a panacéia para os problemas com relação ao uso da água, quando na verdade não é.

Com relação aos usos prioritários, Campos (2003) faz uma comparação entre o Código das Águas e a Lei das Águas. O autor considera que a Lei das Águas é menos rigorosa que o código, visto que o código é enfático ao estabelecer a prioridade do uso da água para consumo humano e dessedentação animal sob qualquer hipótese, enquanto a Lei 9.433/97 estabelece que esse fato só ocorra em casos de escassez hídrica.

Os usos múltiplos da água para a irrigação, para a pesca, para o lazer, para a navegação, o abastecimento público e para indústria, entre outros, são necessários para a manutenção da vida, por isso a Política Nacional dos Recursos Hídricos institui que a gestão deve subsidiar e desenvolver os usos múltiplos nas unidades de gestão territoriais que são as bacias hidrográficas. A unidade territorial para implantação da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é a bacia hidrográfica⁶⁶ e cabe ao comitê da bacia realizar a gestão. Segundo Carvalho (2005):

O Comitê de Bacia é composto por representantes do poder público, dos usuários e de entidades civis que atuam no âmbito dos recursos hídricos. Cabe ao Comitê promover o debate sobre os problemas relacionados à bacia, arbitrar conflitos, aprovar o Plano de Bacia estabelecer os mecanismos de cobrança e sugerir os valores a serem cobrados. Cabe às Agências de Águas a execução dos Planos de Bacia bem como proceder às outorgas e cobranças pelo uso dos recursos hídricos. A Agência de Água atua como a executora das resoluções dos Comitês (p. 50).

Os comitês de bacia são aparentemente uma via “democrática” para o desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos, pois prevê a participação dos usuários de água da bacia, da sociedade civil organizada e do poder público. Todavia,

⁶⁶ Adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial da gestão da água requer um grau de complexidade considerável, visto que os limites naturais de uma bacia nem sempre são iguais aos limites das águas subterrâneas, unidades ambientais ou até mesmo extensão territorial de um município ou estados.

em alguns casos, é possível perceber que o poder decisório nos comitês de bacia está melhor articulado e organizado entre técnicos que delegam as ações dentro dos comitês entre, as agências de água e entre os grandes usuários detentores de poder político e financeiro, os chamados “senhores das águas⁶⁷”, e conta com minorada participação popular formada por pequenos usuários de água. Por vezes, a menor participação popular não ocorre por falta de interesse, mas pela dificuldade de compreender alguns termos da linguagem técnica utilizada nas reuniões, ou até mesmo por não ter acesso a informações sobre o comitê⁶⁸.

Apesar desse fato, é importante lembrar que é competência do comitê entre outras funções, promover debates, tentar mitigar os conflitos e acompanhar o desenvolvimento dos planos de recursos hídricos na bacia.

As associações de usuários de água, apesar de serem diferentes dos comitês de bacia, possuem princípios semelhantes, um deles é a participação social no processo de gerenciamento dos recursos hídricos, ou seja, a realização de uma “gestão participativa” que, de acordo com Magalhães Junior (2007, p. 49), “é particularmente complexa (compatibilizada de idéias, funções e objetivos entre diferentes atores de diferentes escalas de atuação) e é vulnerável aos interesses locais”.

Ainda na perspectiva de uma gestão democrática dos recursos hídricos, Vianna & Laurent possuem a seguinte opinião:

O novo paradigma da governança da água foi difundido pelo mundo através do impulso de organizações internacionais como o BM (**Banco Mundial**), e de especialistas e consultores de gestão das águas, convencidos (certos) de que uma gestão sustentável dos recursos hídricos passa obrigatoriamente por uma gestão descentralizada e integrada (VIANNA; LAURENT, 2008: p.2) (**grifo nosso**).

Todos os instrumentos da gestão de água mencionados são apoiados pelas Agências de Águas que surgiram no Brasil a partir dos anos 90 do século XX, com modelos institucionais modificados e adaptados de acordo com as características físicas, sócio-culturais, econômicas e políticas de cada estado-membro da Federação.

⁶⁷ Para PETRELLA (2004, p. 60) “os senhores das águas” obtém seu poder através da propriedade e do controle da água, ou através dos mecanismos de acesso, apropriação ao uso em vigor, já que esse lhes permite beneficiar-se ao máximo dos bens e serviços que a água gera ou faz ser possível gerar.

⁶⁸ Esse dado se concretiza na Paraíba. Na dissertação de mestrado de Franklyn Barbosa Brito (2008). Em sua pesquisa o autor constatou que a maior parte da população entrevistada, cerca de 80% dos usuários da água do açude Boqueirão no Rio Paraíba, nunca ouviram falar do Comitê de Bacia do Rio Paraíba formado em 1996. Nessa pesquisa, em entrevista realizada com o presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção no município de Coremas, indagou-se se o mesmo tinha conhecimento ou foi convidada para participar do Comitê Piranhas-Açu e sua resposta foi que não sabe da existência do comitê e que, na verdade, não sabe o que é um comitê de bacia.

Segundo Barth (2002), a Agência de Água, dentre tantas competências, devem: manter atualizado um balanço da disponibilidade dos recursos hídricos em sua área de atuação; manter um cadastro dos usuários de água e efetuar, mediante a delegação do outorgante, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; elaborar um Plano de Recursos Hídricos; propor ao Comitê de Bacia o enquadramento dos corpos de água entre as classes de uso, entre outras funções.

Para gerenciar as águas de domínio da União⁶⁹, em 2000 foi aprovada pelo Congresso Brasileiro a Lei 9.984/00 que criou a Agência Nacional de Águas - ANA, cuja função central é a de implantar o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, por meio da articulação com a sociedade civil e os governos estaduais. A ANA é responsável pelo gerenciamento das águas de domínio da União, ou seja, bacias hidrográficas transfronteiriças que pertencem a dois ou mais estados da federação brasileira ou a mais de um país.

Apesar dos avanços, a Política Nacional de Recursos Hídricos necessita de uma maior articulação dos sistemas de informações da gestão das águas em todo território nacional, democratizando as informações e articulado as agências de água estaduais.

De acordo com José Machado diretor presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, em palestra proferida sobre os 10 anos da lei 9433: avanços e dificuldades, no XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH em 2007, apesar do pouco tempo de criação da Lei das Águas os avanços na aplicação da legislação já são visíveis, porém, o mesmo considera que estamos longe de uma condição adequada em termos de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Nesse sentido, José Machado relatou que:

Parcela significativa dos comitês de bacia ainda funciona precariamente, mantendo-se de pé, via-de-regra, graças a algum apoio governamental e, sobretudo, à consciência cidadã de abnegados. Apesar da reconhecida competência técnica e institucional, a Agência Nacional de Águas, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), ainda necessita de melhores condições para bem cumprir a sua relevante missão no *timing* adequado às necessidades do país, limitada que está pelo estreito limite orçamentário e pelo seu insuficiente quadro técnico. Na maioria dos estados da federação, por outro lado, essas condições são ainda mais desfavoráveis e, apesar de todos eles terem concretizado a aprovação de suas leis de recursos hídricos, o que revela, sem dúvida, um esforço louvável, muitas dessas leis ainda estão numa fase incipiente de implementação e faltam recursos até para a estruturação mínima dos órgãos gestores de recursos hídricos (MACHADO, 2007, p.1).

⁶⁹ Os rios de domínio da União são as bacias hidrográficas trans-fronteiriças, ou seja, que pertencem a dois ou mais estados da federação brasileira ou a mais de um país.

Os elementos apontados na citação podem ser úteis para uma análise crítica das inúmeras deficiências ainda enfrentadas na aplicação da Lei das Águas em todo território nacional. O desafio de por em prática a nova política de águas implica em um processo de mudanças em nível cultural dos dirigentes políticos e da população. Essa mudança poderá amenizar as inconsistências que observamos entre o que preconiza a lei com a realidade da gestão hídrica no país.

2.3 – Panorama da gestão dos recursos hídricos da Paraíba

O estado da Paraíba possui uma extensão territorial de 56.439,84 km², correspondendo a 3,63%⁷⁰, da área da região nordeste,⁷¹ limitando-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte, ao sul com o estado de Pernambuco, a oeste com o estado do Ceará e a leste com o Oceano Atlântico.

A sua configuração territorial apresenta características diversas, são áreas úmidas que se contrapõem a outras semi-áridas além de:

“rios temporários que secam durante as estiagens prolongadas e se transformam em sinuosas estradas de areia, e rios que permanecem cheios durante todo ano, possibilitando o abastecimento de cidades e populações ribeirinhas; uma vegetação que varia da Mata Atlântica (hoje muito degradada encontrando-se distribuída em forma de manchas residuais) à caatinga herbácea arbustiva e arbórea das regiões semi-áridas (muito descaracterizada em virtude do processo histórico de ocupação humana) [...] essas diferentes paisagens apresentam um traço comum: as marcas de um desenvolvimento desigual caracterizado pela convivência de uma extrema pobreza lado a lado com a abundância e o bem estar de uma minoria da população, marcos de um processo histórico de dominação de dependência e, sobretudo, de um modelo de desenvolvimento que exclui a maioria da população dos benefícios da riqueza acumulada” (MOREIRA, 1997: p.6.).

A área estudada situa-se no oeste do estado da Paraíba na mesorregião do sertão, fisiograficamente classificada como área de clima semi-árido. O clima semi-árido no nordeste brasileiro predomina em uma área de 841.260,9 km², (SUDENE, 2003). Apesar das limitações ocasionadas por fatores de ordem natural, característicos do clima semi-árido, essa região é densamente povoada e conta com um contingente populacional, segundo Ab’Saber (2003), de aproximadamente 23 milhões de brasileiros.

De acordo com a AESA (2006), a Paraíba engloba 43.513,65 km² de área com clima semi-árido, o que corresponde a 77,1% do Estado. A média anual das precipitações é inferior a 800 mm, concentrada de três a cinco meses, com altos

⁷⁰ Fonte de informações do Plano Estadual dos Recursos Hídricos formulado em 2006.

⁷¹ De acordo com ANDRADE (1986 p. 63), o nordeste do ponto de vista físico natural é bastante diversificado, apresentando condições de clima, de solos e de relevo que o compartimenta em numerosas unidades. Essa diversificação não deve ser encarada apenas na contraposição entre regiões úmidas – de cana de açúcar – regiões semi-áridas – de pecuária e algodão – indicando a existência de uma dualidade. Quando se pensa em nordeste, logo se tem a idéia de uma região seca, pobre, dominada por grandes latifúndios e à margem destes uma população miserável. Devemos entender que nem todo o nordeste é semi-árido, e nem toda porção semi-árida é homogênea.

índices de evapotranspiração. Os terrenos são predominantemente formados por rochas cristalinas, os solos são rasos, o que não favorece o armazenamento da água, tanto superficiais como subterrâneas, dificultando a vida de aproximadamente dois milhões de pessoas que habitam o semi-árido paraibano. Essas limitações são um obstáculo para o desenvolvimento de atividades agrícolas e agropecuárias e tornam precário o abastecimento d'água nas cidades.

Os problemas de ordem climática e as dificuldades em gerenciar as demandas de água, não foram as únicas causas que incentivaram a criação da lei estadual da água. O processo de formação da gestão hídrica nacional iniciada na década de 1990 teve forte influência para que a Paraíba iniciasse, em 1996, a política institucional da gestão da água, antes desse fato era praticamente inexistente a regulamentação estadual com relação às águas.

A regulamentação da gestão da água na Paraíba tem a intenção de substituir ou até mesmo complementar a tradicional gestão baseada na construção de obras hídricas com tomadas de decisão centralizadas por uma política participativa e integrada. Para tal, a Lei 6.308/1996 foi promulgada disseminando as bases da Política Estadual dos Recursos Hídricos que propõem garantir o uso racional da água e a preservação dos corpos hídricos a fim de proporcionar o bem estar populacional e o desenvolvimento sócio-econômico da Paraíba.

Apesar de ter os mesmos preceitos da Lei Nº 9433/1997, a legislação paraibana possui algumas diferenças. A principal é que para a lei estadual no seu Art. 2 a gestão da água deve ser participativa e integrada, e não participativa e descentralizada como ocorre na lei federal. O grande diferencial entre as duas é que, em âmbito estadual não é permitido o poder de decisão a todos os usuários de água de uma determinada bacia hidrográfica, ou seja, os mesmos têm voz ativa de participação, mas não possuem o poder de decisão. Nesse sentido, a descentralização que é considerada como um importante avanço na gestão dos recursos hídricos não ocorre na Paraíba que continua realizando uma gestão centralizadora.

Para apoiar o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (SIGERH), que tem como finalidade formular, atualizar e aplicar o Plano e a Política Estadual de Recursos Hídricos foram criados diversos dispositivos legais, como, por exemplo, o órgão de coordenação que inicialmente chamava-se Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH,⁷² substituído em 2005 pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente -

⁷² Lei 6.544/97

SECTMA.⁷³ O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, um órgão fiscalizador de deliberação coletiva e de caráter normativo; e um órgão gestor que em sua primeira formação denominava-se Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba - AAGISA⁷⁴. Ao analisar as competências da AAGISA, Teixeira (2004) deduziu que:

[...] tal agência desempenhava funções da gestão dos recursos hídricos e de regulação, fiscalização e promoção das atividades de saneamento e irrigação no estado da Paraíba. Deste modo, a AAGISA é a única experiência de órgão gestor dos recursos hídricos, de que se tem conhecimento no Brasil, que possuindo também a função de agência reguladora⁷⁵ (TEIXEIRA, 2004, p. 45).

Em 2005, a AAGISA foi substituída pela Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba – AESA, cujo objetivo é gerenciar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, tendo competência para analisar e emitir licenças de obras hídricas, outorgas de uso, realizar a cobrança de uso dos recursos hídricos e administrar o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH) que é supervisionado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Diante do exposto, Vianna & Laurent (2008) consideram que a principal razão para a substituição de um órgão por outro, com as mesmas funções, foi a de possibilitar a renovação dos técnicos que formam a direção desses órgãos, pois a legislação em vigor protegia apenas por determinado tempo os cargos dos membros das agências reguladoras.

Esta manobra “jurídica institucional” permitiu ao novo governo o controle sobre o organismo. Este é o típico comportamento das oligarquias brasileiras, principalmente as do nordeste do país, que procura “brechas” na legislação para manter seus interesses, quando são ameaçados, contando com a fragilidade e conivência do poder judiciário e certa indiferença da sociedade. As grandes famílias em constante luta pelo poder se revezam no governo, agrupadas em alianças, e quando um grupo suplanta o outro, ele se apodera do aparelho de estado, nomeando novas direções (VIANNA; LAURENT, 2008, p.9).

⁷³ Lei 067/2005.

⁷⁴ Lei 7.033/01 (Esta agência foi extinta e substituída em 2005 pela AESA Lei de Criação 7.77905 alterada 7.860/05, 8.042/06 e regulamentada pelo Decreto 26.234/05)

⁷⁵ Vale salientar a diferença entre estes dois tipos de organismos: o órgão gestor de recursos hídricos exerce as funções de planejamento, administração e regulamentação da oferta, uso e prevenção de um bem público - a água bruta – enquanto que a agência reguladora atua no intuito de regular e fiscalizar um serviço, em forma de monopólio, concedido à iniciativa privada pelo Poder Público.

A AESA, no que se refere a gestão hídrica tem como principais linhas de articulação com a sociedade, a implantação de Comitês de Bacias Hidrográficas⁷⁶ e a criação da Associações de Usuários de Água⁷⁷, meios que sugerem, em tese, uma gestão participativa e democrática.

Em 2003, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos definiu a divisão das bacias hidrográficas do estado da Paraíba contabilizando o total de onze bacias e, nesse contexto, determinou cinco áreas de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que são: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Sul abrangendo as áreas no entorno das Bacias do Rio Gramame, e Abiaí; o Comitê do Rio Paraíba incorporando a Sub-bacia do Rio Taperuá; o Comitê do Litoral Norte, cuja sua área geográfica corresponde as Bacias dos Rios Mirirí, Mamanguape e Camaratuba; o da Sub-bacia do Rio Piancó; e, por fim, o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe.

Em 2006, a AESA elaborou o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Este documento reúne informações em três etapas: o agrupamento e sistematização das informações; a definição dos cenários e objetivos, a identificação dos programas e sistemas de gestão do PERH.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-PB) dividiu a Paraíba em quatro regiões administrativas de águas, caracterizadas como Gerências Regionais de Bacias Hidrográficas, previstas na Lei Nº 7.779/2005, que criou a AESA.

Essas regiões são:

Área I: com sede em João Pessoa, contempla as bacias de Abiaí, Gramame, Região do Baixo Curso do Paraíba, Miriri, Mamanguape, Camaratuba e Guaju.

Área II: com sede em Campina Grande, contempla as bacias da Região do Alto Paraíba, Taperoá, Região do Médio Paraíba, Seridó (setor leste), Jacu, Trairi e Curimataú.

Área III: com sede em Patos, contempla as bacias do Piancó, Espinharas e Seridó (setor oeste).

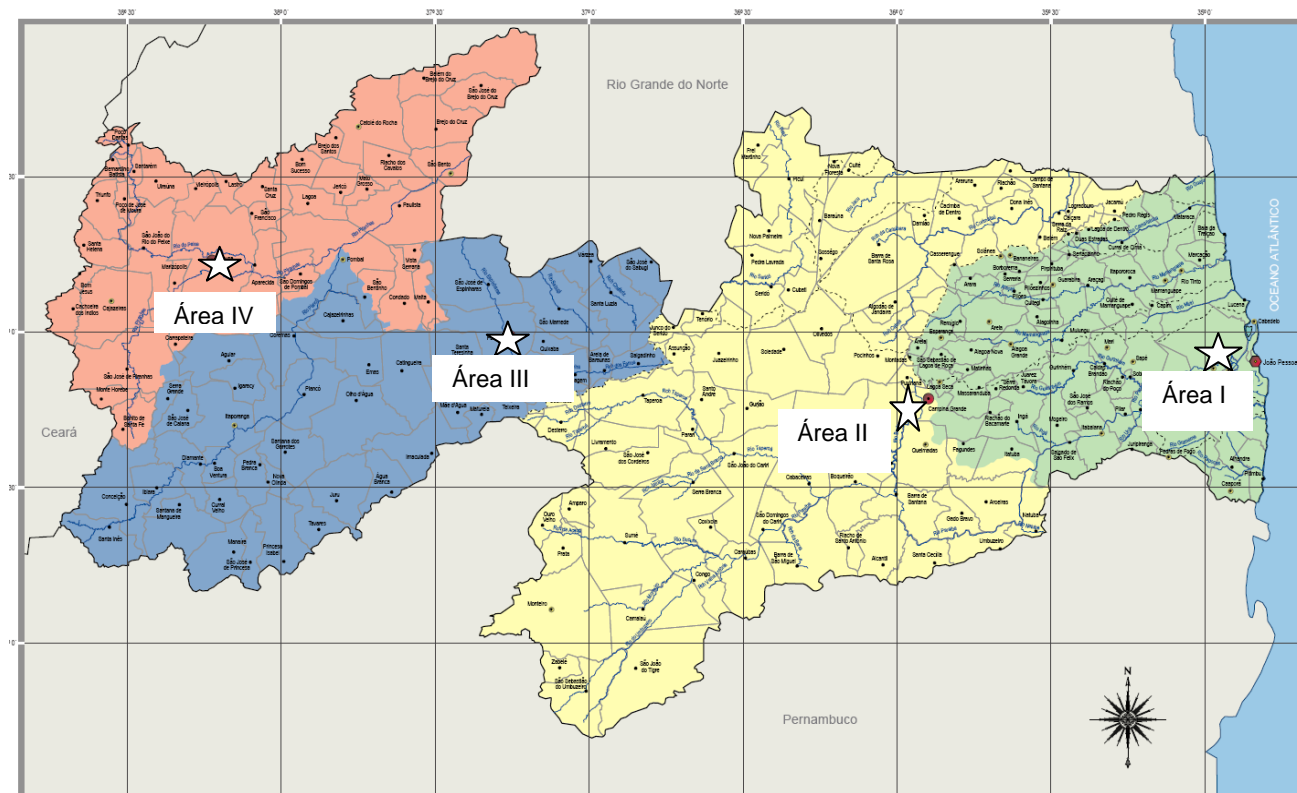
Área IV: com sede em Sousa, contempla as bacias do Peixe, Região do Alto Piranhas e Região do Médio Piranhas.

Essa divisão das regiões administrativas de água atendem muito mais a divisão política – administrativa do Estado do que propriamente a distribuição e circulação das águas no território paraibano, como é possível observar na figura 12.

⁷⁶ A Lei 6.308/1996

⁷⁷ No estudo de caso se refere à formação das Associações dos Usuários de Água do Canal da Redenção.

Área de atuação das gerências regionais de bacias hidrográficas



Área de abrangência geográfica das Gerências Regionais

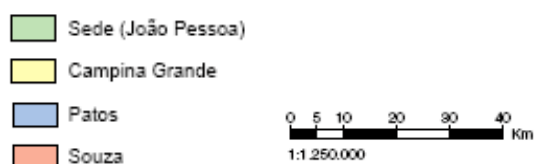


Figura 12: Mapa da área de atuação das Gerências Regionais de Bacias Hidrográficas

Fonte: Atlas do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Organização: Valéria R. P. de Lima

Ao analisar o PERH observa-se que o mesmo deixa a desejar em vários aspectos. Um deles é o de não apresentar critérios e diretrizes para concessão de outorgas e para aplicação da cobrança da água bruta. O documento apenas ressalta a importância da cobrança da água para auxiliar na gestão hídrica estadual e estabelece metas para iniciar o processo de implantação da cobrança. De imediato e com certas dificuldades, a AESA realiza atividades de implantação e manutenção do cadastro dos usuários de água no estado.

Outros fatores relevantes observados no PERH é que o mesmo não faz nenhuma alusão aos conflitos pelo uso da água no Estado. Esse é um fato preocupante, já que uma das funções da AESA é buscar resolver os conflitos hídricos

que nos últimos anos vem crescendo em quantidade considerável do litoral ao sertão paraibano⁷⁸.

A Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba - CAGEPA contabilizou no início de 2008 aproximadamente trinta conflitos em toda a Paraíba⁷⁹. Em uma tipologia dos conflitos de uso da água em território paraibano, observa-se que o uso que mais conflita com os demais é o abastecimento público (tabela 3).

Abastecimento público	Tipologia de conflitos
Abastecimento público X Irrigantes	Acontece em geral em época de escassez hídrica quando o estado proíbe o uso da água de determinado manancial por parte dos irrigantes, priorizando assim o abastecimento público.
Abastecimento público X Expansão urbana	Acontece quando o perímetro urbano cresce na direção do manancial e o manancial passa a ter problemas como lançamento de esgoto urbano.
Abastecimento público X Indústria	Acontece quando a indústria é proibida de despejar esgoto em um determinado corpo d' água devido ao mesmo corpo d' água ser utilizado para o abastecimento público.

⁷⁸ A sua omissa participação no conflito pelos usos múltiplos da água do açude Boqueirão na barragem Epitácio Pessoa, reflete um pouco da negligência sobre esse assunto, visto que foi necessária a intervenção do poder Judiciário, através do Ministério Público para regular o uso da água do açude. As águas do açude de Boqueirão são utilizadas para abastecer a cidade de Campina Grande e mais treze cidades circunvizinhas, para irrigação dos estabelecidos nas margens do açude, para o lazer, para a pesca, entre outros usos. O açude Boqueirão no ano de 1998, registrou o seu menor volume de água, diante desse fato, o Ministério Público desempenhou a função da AESA e proibiu o uso da água, buscando priorizar a derivação para consumo humano, por tanto, para o abastecimento das cidades. Este fato acarretou um conflito entre o órgão estadual responsável pela distribuição de água nas cidades, a Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba – CAGEPA e os agricultores que utilizam as águas do Boqueirão para desenvolver a irrigação comercial, sobretudo de tomate e pimentão.

⁷⁹ Os dados fornecidos pela CAGEPA não refletem a real quantidade de conflitos em todo o território paraibano, visto que a companhia procura deter-se aos problemas relacionados ao abastecimento público. Contudo, a informação é útil para compreender a problemática em questão.

Abastecimento público X Abastecimento particular	Acontece quando o número de poços particulares cresce de forma descontrolada prejudicando os poços utilizados no abastecimento público. Acontece quando uma possível fonte de captação de água está localizada em terras particulares e o proprietário das terras se nega a ceder a água sem indenização prévia. No nordeste isto acontece muito com os açudes particulares.
Abastecimento público X Turismo e Lazer	Acontece em territórios de grande fluxo turístico, mais precisamente de população de veraneio, que aumentam momentaneamente a população local, causando problemas de desabastecimento de água. Inclui estações balneárias de lazer.
Outros usos	Tipologia de Conflitos
Indústria X Pesca	Acontece quando determinada indústria despeja dejetos em local de pratica pesqueira e os pescadores prejudicados pela poluição do corpo d' água e se mobilizam contra a indústria.
Indústria X Irrigação	Quando a indústria, sob o manto ou não, do abastecimento publico ou não disputa água com a irrigação.
Reflexo da questão agrária	Tipologia de conflitos
Projetos Irrigação X Agricultores localizados no entorno corpos hídricos	Quando projetos de perímetros irrigados não prevêm o abastecimento de terras no entorno de suas margens, muitas vezes gerando expectativas que se frustram, ou mesmo gerando ocupações de agricultores interessados nas águas que passam por estas terras.
Grandes proprietários irrigantes x Agricultores familiares irrigantes	Quando diferentes irrigantes disputam a água de um mesmo manancial para irrigação. Os grandes proprietários utilizam a água na fruticultura exportadora e os agricultores familiares utilizam para subsistência e para o abastecimento do mercado interno.

Tabela 3: Tipologia dos conflitos com base nos exemplos de conflitos existentes no Estado da Paraíba.

Organizado por: Pedro C. G. Vianna.

Vários tipos de conflitos podem ocorrer em relação ao uso da água. Lanna (1997), explica que alguns deles ocorrem quando o uso da água é feito fora das determinações legais, quando a disponibilidade qualitativa não é própria para o

consumo ou por disponibilidade quantitativa insuficiente para todos os usuários, ou seja, quando um usuário impede que os outros a utilizem como é o caso, por exemplo, da competição entre irrigantes e abastecimento urbano, barragens para usinas hidrelétricas e navegação.

Outro ponto importante não encontrado no Relatório Final do PERH-PB, são os critérios e regras de alocação de água outorgas de direito de uso da águas das bacias hidrográficas no Estado e, por conseguinte, outorgas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Pelo exposto, observa-se que os princípios e objetivos estabelecidos na Lei N°9433/97, não estão sendo considerados pelo PERH-PB.

No Estado da Paraíba, a governança das águas ainda encontra-se em um estágio embrionário. Falhas na aplicação da lei estadual de águas impossibilitam uma efetiva gestão de recursos hídricos. Possivelmente estas as falhas podem ser atribuídas ao curto período de tempo de aplicabilidade efetiva da legislação.

No item subsequente será aprestando a aplicação da gestão hídrica na Paraíba referente ao estudo de caso proposto, que é a atuação do órgão gestor estadual na obra de transposição de água o Canal da Redenção.

4 – GESTÃO DA ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO: PASSADO E PRESENTE.

As razões que desencadearam a preocupação mundial em desenvolver uma gestão hídrica podem ser relacionadas a basicamente quatro questões fundamentais, os fatores de desperdício quantitativo no uso da água, como, por exemplo, os hábitos domésticos inadequados, o desperdício nos sistemas de irrigação e o vazamento nos sistemas de distribuição. Segundo Petrella (2002), os sistemas de irrigação perdem em média quarenta por cento da água que consomem; e cinquenta por cento da água potável tratada do mundo se perde devido ao vazamento de sistemas de distribuição.

Outro fator é o crescimento da poluição e contaminação da água, ou seja, a diminuição da disponibilidade de água com boa qualidade para o consumo. A deficiência nos sistemas de esgotamento sanitário e a incapacidade de tratar os resíduos industriais e domésticos colaboram para o aumento da degradação qualitativa da água.

O crescimento populacional e, conseqüentemente, o aumento da demanda, são fatores que estão fortemente vinculados aos problemas anteriormente citados de desperdício quantitativo e degradação qualitativa. Nesse item é importante lembrar que existem diferenças de consumo da água entre indivíduos (com condições econômicas favoráveis e desfavoráveis) e entre países. Para Rebouças (2002), a distribuição das águas entre os indivíduos é muito mais desigual do que entre os países.

Esses fatores sugerem a necessidade de uma gestão da água que permita o desenvolvimento de ações baseadas em diretrizes normativas que tenham como meta amenizar questões relativas ao uso desordenado da água, bem como a degradação dos corpos hídricos, buscando equacionar as demandas em decorrência da oferta em uma determinada fonte hídrica, seja ela natural, como uma bacia hidrográfica, ou artificial, como os sistemas de obras técnicas de contenção e transferência de água.

Por último, listamos os fatores de distribuição irregular da água em determinados países e regiões. No Brasil, por exemplo, as regiões do norte e do sul do Brasil possuem uma confortável situação hídrica. O oposto ocorre nas regiões semi-áridas do nordeste brasileiro, onde a água é um recurso escasso.

O nordeste semi-árido é uma região pobre em volume de escoamento de água dos rios. Essa situação pode ser explicada em razão da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, onde há predominância de solos rasos baseados sobre rochas cristalinas, e conseqüentemente, baixas

trocas de água entre o rio e o solo adjacente. O resultado é a existência de densa rede de rios temporários (CÍRILLO, 2008).

Para tentar mitigar o problema da escassez hídrica, José Almir Cirilo (2008) aponta que a ampliação e o fortalecimento da infra-estrutura hídrica, com adequada gestão, são requisitos essenciais para resolver o problema. De fato, as obras de infra-estrutura (açudes, canais de transposição, adutoras, cisternas de placa e barragens subterrâneas) podem auxiliar no abastecimento das cidades, no desenvolvimento da irrigação nas regiões semi-áridas. Porém, como bem lembra o autor citado, essas obras devam estar atreladas a uma boa gestão. Se assim não for, é certa a ocorrência de disputas e conflitos por água.

O estudo de caso dessa pesquisa é um bom exemplo. O cerceamento da oportunidade de acesso à água de um canal de transposição e a falta de um gerenciamento adequado acarretou um conflito.

Os conflitos passam a existir quando um ou mais atores sociais estão em disputa por algo ou alguns interesses. Na maioria das vezes, esta disputa ocorre a partir do momento em que o objeto disputado passou a ser escasso para o suprimento da necessidade de todos (RAFFESTIN, 1993).

As disputas hídricas, de acordo com Wolf (2005, p. 93), sempre são atribuídas às razões de qualidade, quantidade e oportunidade. Na idéia deste autor, o potencial para disputas aumenta quando a reserva de água é escassa e/ou quando existe degradação da qualidade da água. Esse fato pode gerar tensões entre os que causam a degradação e os que são afetados por ela. Com relação à oportunidade, os conflitos tendem a surgir quando não existem acordos de oferta da água entre usuários do mesmo curso d'água (barramentos de rios, canal de transposição, entre outros). Nesse contexto, o estudo de caso enquadra-se nas razões de disputa hídrica por quantidade e oportunidade, que se agregam as relações de poder exercidas pelos atores que estão disputando a água.

De acordo com Campos (2003):

A maneira como as pessoas exercem o poder tem grande influência no número de conflitos. O modo de exercício do poder também influencia na negociação dos conflitos. Conflitos iniciam quando uma pessoa ou grupo exerce(m) algum tipo de pressão para que outros mudem suas ações, com objetivos de usufruir ganhos ou tirar vantagens. As sociedades e atores sociais são fortemente influenciados pelo modo de agir dos detentores de poder político (CAMPOS, 2003, p. 229)

Quem detém o poder dita as regras, estabelece as leis (o sistema normativo). Esse é para Petrella (2002), o "senhor da água", que acusa o mais fraco de erros que

ele não cometeu. O senhor da água obtém seu poder através dos mecanismos de acesso, como explica o autor na citação abaixo.

A legitimidade de seu poder depende, na maioria das vezes, de sua capacidade de prover o acesso (por mais desigual que seja) às provisões de água para a comunidade sobre a qual ele exerce sua autoridade, por meio de sistemas de captação, bombeamento, canalização, conservação e manutenção (PETRELLA, 2002, p. 61).

A falta de solidariedade entre os usuários aumenta e torna mais freqüente a competição sobre os usos da água. Para Campos (2003), uma disputa pode ocorrer entre diferentes atores sociais usuários de água, sobre o acesso, o uso ou a forma de administrar o recurso água. Por sua vez, o conflito entre os usos das águas, como na abordagem clássica, seriam disputas pela mesma disponibilidade envolvendo diferentes setores de uso da água, como, por exemplo, a irrigação e navegação.

De acordo com Pinheiro (2003), os conflitos são quase sempre decorrentes das deficiências hídricas entre demandas e disponibilidades, e configuram-se em uma situação de não entrosamento das reivindicações e demandas da sociedade ao aproveitamento e/ou controle dos recursos hídricos.

Para solucionar ou negociar os conflitos, o melhor caminho é a escolha de uma estratégia de gerenciamento dos recursos hídricos. As normas e regulamentos de usos da água compõem um modelo de gerenciamento de águas adotado pelo estado.

A negociação do conflito entre os atores em disputa consubstanciam-se em ações que objetivem atingir metas adequadas de usos da água e visem a equidade na distribuição entre os que demandam o acesso à água.

O conflito e a negociação do conflito da água do Canal da Redenção serão apresentados em dois momentos. No primeiro momento serão apresentadas dentro de uma escala de tempo linear as principais táticas e estratégias que os atores (órgão gestor estadual da água, camponeses do assentamento Acauã, fazendeiros) utilizaram durante o conflito para garantir e/ou controlar o uso da água do Canal da Redenção. Foram identificadas as origens e a essência do conflito.

No item subsequente serão apresentadas as estratégias de negociação do conflito para a implantação da gestão da água no Canal da Redenção entre os usuários e a AESA, buscando definir qual tipo de gestão está sendo desenvolvida com a água do Canal da Redenção.

4.1 - Passado: Conflito por acesso à água do Canal da Redenção

O conflito pelo acesso à água do Canal da Redenção teve início no ano de 2001 quando, durante um período de estiagem na região, a agência responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do estado da Paraíba, representada naquele momento pela AAGISA, proibiu no assentamento Acauã qualquer tipo de uso da água do Canal da Redenção. Esse foi o início do conflito por acesso à água entre esse dois atores.

A água do canal era a principal fonte de água que as 114 famílias que formam o assentamento Acauã tinham para dessedentar os animais e moradores e também para desenvolver atividades domésticas, abastecer as mandalas e irrigar suas terras de baixios. Diante do cenário de estiagem, a principal necessidade da água no assentamento era para o abastecimento humano e dessedentação animal, usos prioritários em períodos de estiagem de acordo com a Lei das Águas 9.433 de 8 de janeiro de 1997.

Com a interdição, os camponeses do assentamento, através de uma ação coletiva, se organizaram e realizaram uma mobilização utilizando a ocupação das margens do Canal da Redenção como tática para voltar a ter acesso à água. Durante a manifestação os camponeses de Acauã protestaram e exigiram uma audiência com a presença de um representante do governo do estado, da AAGISA ou do INCRA.

“Em menos de 48 horas de ocupação do Canal da Redenção tivemos uma audiência em Aparecida com o diretor da AAGISA, então, foi permitido colocar as mangueiras e puxar água do Canal pra dentro do açude que temos no assentamento” (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006 no assentamento Acauã).

O acesso à água foi liberado para o abastecimento do açude. Todavia, ficou acordado na audiência que os usuários da água no assentamento deveriam formar uma associação. Essa associação ajudaria a agência de água a ter um controle de quem e como estaria sendo utilizada a água do canal.

“Nós fizemos uma grande mobilização e decidimos formar a associação de usuários da água do canal⁸⁰. Juntamos toda papelada e encaminhamos para João Pessoa, mas até hoje não temos a outorga da água. Segundo eles da AAGISA, com a criação desse cadastro eles podiam fornecer a outorga” (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006 no assentamento Acauã).

⁸⁰ Documentos de formação da AUACA em Aparecida em 2004 (anexo 5).

Na pesquisa documental realizada na AESA foi comprovado o envio dos documentos que sinalizavam o anseio dos camponeses em formar uma associação que pudesse resolver o impasse. Ao analisar o documento enviado pelos camponeses para o órgão gestor do assentamento Acauã, sinalizando a formação da associação e solicitando outorgas de água, percebe-se que não houve nenhuma orientação técnica por parte da agência de água, visto que a elaboração do documento foi escrito à mão com caneta esferográfica em um caderno escolar.

Nesta pesquisa documental foi observado o fornecimento de uma outorga (anexo 6) destinada para um grupo de camponeses do assentamento Acauã desenvolverem a piscicultura dentro do canal. A utilização da água do canal para desenvolver a piscicultura no assentamento foi outorgada pela antiga Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, em 2002. Esta permitia que seis grupos de dez famílias pudessem utilizar uma extensão de 100 metros lineares por grupo, totalizando 600m lineares do canal para o desenvolvimento da piscicultura. Certamente a piscicultura ajudaria economicamente os agricultores inseridos no projeto. Porém, criar peixe em um canal de transposição onde a água deve circular é um investimento arriscado. O que poderia ser viável seria a criação de peixe no açude do assentamento. Contudo, a falta de apoio financeiro e técnico impossibilitou o desenvolvimento do projeto em Acauã.

Além das dificuldades financeiras e técnicas, a SEMAHR, ao fornecer a outorga associou ao documento um termo de compromisso, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre os prejuízos que por ventura viessem a ocorrer durante o projeto de piscicultura. Assim, os que surgissem por decorrência de variação da vazão do canal, de trabalhos de recuperação e de manobras necessárias para a operação do canal ou ainda, os resultantes de fenômenos climáticos ou de ações perpetradas por terceiros estariam à revelia da Secretaria. Este fato certificou os agricultores de que teriam prejuízos se levassem adiante o projeto, pois, durante os períodos chuvosos, é necessária a manutenção do canal, já que em alguns pontos o mesmo foi construído entre vertentes que desmoronam, quebrando e assoreando o canal. As obras de manutenção e as manobras de operação prejudicariam o desenvolvimento da piscicultura, já que para realizar essa operação é necessário reduzir a vazão do canal (foto 29, 30).

Na verdade, o fornecimento desta outorga foi inútil. A secretaria de água deveria conhecer a inviabilidade de criação de peixes em canal onde a variação da quantidade e qualidade da água ocorre. No mais, a outorga foi fornecida para a atividade da piscicultura no canal e não para a derivação da água do canal para o açude.

Com relação ao fornecimento de outorgas para o consumo humano, animal e irrigação, não foi encontrado nenhum documento oficial de outorga, apenas uma lista digitada⁸¹ (anexo 7), onde constam nomes de alguns irrigantes de terras que margeiam o canal, inclusive o assentamento Acauã.



Foto 29: Placa sinalizando obra de recuperação do Canal da Redenção.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. Março de 2005.



Foto 30: Trecho do Canal da Redenção danificado e sem placas de concreto na lateral.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. Janeiro de 2009.

⁸¹ Este lista não contém carimbo nem assinatura do órgão, deixando o documento sem garantia, esta listagem representa um levantamento de alguns usuários do canal realizado em 2003.

Passados alguns meses após a audiência solicitada pelos camponeses de Acauã durante a primeira proibição de uso da água do canal, os usuários do assentamento que possuem terras nas margens do Canal da Redenção voltaram retirar a água do canal para irrigar suas lavouras, alegando que a agricultura é a principal fonte de alimentação e renda que os mesmos possuem. A produção de feijão, milho, algumas hortaliças e tubérculos, são para o consumo humano e o excedente é comercializado na feira do município de Aparecida.

Entre os anos de 2001 a 2003, técnicos da AAGISA freqüentemente realizavam fiscalizações no assentamento, ocasionando momentos de tensão e acalorando o conflito. Esse fato mostra as fraquezas no sistema normativo de gestão da água do Canal da Redenção ressalta a incapacidade de estimular a solidariedade com bem demonstra as proposição de Petrella, (2002):

“Quando um conflito assume proporções importantes ou críticas, demonstra que a política **regional, nacional ou local** não foi capaz de desenvolver e implementar uma política hídrica integrada, inspirada na supremacia do interesse de todos com relação a um produto ou bem comum (*res publica*) e cujo objetivo fosse estimular a solidariedade entre todos os membros de uma comunidade” (PETRELLA, 2002, p.63, **grifo nosso**).

Segundo relatos dos camponeses, os técnicos apreendiam todo o material utilizado para realizar a irrigação (as mangueiras), impossibilitando o desenvolvimento das lavouras que por falta de água morriam, causando grandes prejuízos financeiros.

“Como a irrigação na comunidade está sendo feita sem a autorização do Governo, os moradores sentem-se inseguros e acham que podem perder sua produção a qualquer momento. Ninguém do assentamento tem a outorga da água que usa. É como se tudo fosse provisório. Gostaríamos muito de ter mais segurança de água”. (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006, no assentamento Acauã).

A consciência dos efeitos negativos que essa interdição poderia causar a vida das pessoas que moram no assentamento, os levaram a constituição de uma identidade coletiva onde os anseios comuns só poderiam ser atendidas se unidos e organizados lutassem pela água do Canal da Redenção.

Os camponeses alegaram que existem diferenças no tratamento do órgão gestor entre os assentados e os fazendeiros proprietários de terras que ocupam as margens do canal. Eles relatam que a fiscalização foi bem mais rigorosa no assentamento, do que em outras propriedades e quando existe fiscalização nas outras terras que margeiam o canal, essa é amenizada através de subornos ou intimidações de influência política.

“O fato é que os fazendeiros estão usando essa água e a gente por sermos pobres e pequenos produtores, não temos direito nenhum nessa água. Tem terras de alguns fazendeiros inclusive a fazenda Santa Clara, aí molha a mão dos danados⁸². A verdade é essa, esses caras vão lá e pegam a água. Para nós eles não permitem não, mas como é para fazendeiro” (entrevista realizada com morador do assentamento Acauã em maio de 2006 no próprio assentamento).

Diante dessa denúncia, buscou-se o relato de um fazendeiro que possui terras nas margens do Canal da Redenção e o mesmo relatou o seguinte:

Desde o início da construção do Canal da Redenção técnicos do governo me orientaram para que eu pedisse a outorga da água. Para cada sítio de coco que eu tenho na minha fazenda mandei fazer um projeto, dei entrada solicitando a outorga com toda a documentação em João Pessoa. Naquela época era SEMARH e eu tenho documento constando tudo isso. Eu nunca fui impedido de usar a água do canal. Eu utilizo a água dos meus dois mananciais, dois açudes construídos por mim, esse e o outro ali. A água do canal é que abastece os meus dois açudes (entrevista realizada com Raimundo Abrantes em outubro de 2009 na fazenda Pintado).

O fazendeiro demonstrou ter havido uma orientação técnica para a solicitação da outorga de água e que nunca, mesmo durante o período de estiagem em 2001, foi impedido de usar a água do Canal da Redenção.

Outro momento relevante na história do conflito ocorreu em uma audiência realizada em 2003 que tinha como propósito discutir os problemas do sertão paraibano. Essa audiência foi realizada quando Cássio Cunha Lima assumiu o governo estadual. Da audiência dentre vários segmentos da sociedade civil organizada, participou a Articulação do Semi-Árido representada por Socorro Gouveia que na época era a presidente da Associação do Assentamento Acauã.

Foram levantadas várias questões, como o problema de distribuição das terras para irrigação das várzeas de Sousa e o problema de acesso à água do Canal da Redenção no assentamento Acauã.

“Diante de tantas outras promessas que Cássio fez, a única coisa que ele se comprometeu a mim que estava colocando aquela questão, e que ia resolver o problema do assentamento Acauã. Depois de um certo tempo veio ao assentamento um técnico da Secretaria de Recursos Hídricos e teve uma conversa com a gente. Depois vieram outras pessoas ligadas à secretaria e disseram que tava trabalhando para formação do cadastro dos usuários nos municípios e aí provocou a organização dos usuários de água no assentamento novamente, mais isso não evoluiu para o fornecimento da outorga da água” (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006, no assentamento Acauã).

⁸² Quando o agricultor usa a expressão “danado”, o mesmo se refere aos fiscais técnicos da agência de águas da Paraíba.

A formação do cadastro de usuários de água é uma ação da AESA para ordenar quem e quais são os usuários e os usos da água, especialmente em áreas de conflito hídrico na Paraíba. Esse cadastro tem como propósito a tentativa de gerenciar o uso da água, amenizando os conflitos entre os usuários na disputa por seu quinhão de água.

Os conflitos mais freqüentes nos dias de hoje envolvem a competição sobre usos das águas, sendo mais acentuados quando a escassez quantitativa e qualitativa se faz presente. A escassez da água faz com que se procurem formas de administrá-la criando órgãos administrativos como os comitês de bacias hidrográficas ou a associação de usuários que tentam “organizar” a captação, a distribuição e o uso da água.

Em 2004 houve uma anormalidade no regime de chuvas em todo o estado da Paraíba. O excesso no volume de chuvas deixou o estado com uma “confortável” situação de água acumulada nos açudes. Apesar desse fato, as chuvas acarretaram, por falta de uma boa gestão e planejamento das obras de infra-estrutura, estragos estruturais como rodovias rompidas, pequenas barragens estouradas e danificação na estrutura do Canal da Redenção.

A danificação do Canal deixou-o seco por mais de dois meses, trazendo dificuldades para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas no assentamento Acauã. Diante da situação que para os camponeses era de abandono total, mais uma vez houve mobilização e protesto.

“Pegamos um caminhão enchemos de gente e fomos até a barragem de Coremas pressionar o governo. Chegamos lá, ameaçamos quebrar tudo. Claro que a gente não ia fazer isso, mas foi uma zuada danada, veio a polícia e os funcionários do DNOCS e conseguimos falar no telefone com Sergio Góis⁸³, que se comprometeu de recuperar o canal em quarenta dias. Depois de cinquenta dias a gente tava com o canal funcionando com a água, salvando a situação dos que mora na zona rural semi-árida” (entrevista com socorro Gouveia realizada em maio de 2006 no Assentamento Acauã).

Questionados sobre quais as razões que levaram o governo do estado a determinar a interdição do uso da água do Canal da Redenção no assentamento, com uma fiscalização intensa e quais os motivos para não resolução do conflito, através da outorga de água, relatou-se que:

⁸³ Antigo diretor presidente da atual AESA.

“Acreditamos que um dos motivos do estado não querer resolver nosso problema é que eles acham que nós estamos prejudicando o processo estabelecido pelo governo para implantação dos projetos das várzeas de Sousa. Em relação à outorga, o estado alega que é a forma como nós captamos a água, ele diz que não é permitido levar a água para o açude, a água teria que ser canalizada do canal direto para uma caixa d’água. Construímos a caixa de água com a ajuda de um projeto do INCRA em torno de R\$ 200 mil, vamos ver se é isso mesmo” (entrevista realizada Socorro Gouveia em maio de 2006 no assentamento Acauã).

Durante os anos de conflito, a falta de dialogo claro e efetivo dos camponeses com o poder estatal dificultou a negociação do conflito e a implantação das políticas públicas relacionadas à gestão hídrica.

De acordo com Petrella (2002), uma das conseqüências do número crescente de conflito é a fraqueza do sistema normativo evidenciando uma fragmentação das relações entre os grupos sociais e os interesses constituídos. Segundo o autor, “quanto mais uma sociedade permite que os interesses corporativistas de indivíduos e grupos se tornem a base de sua própria organização e o princípio que inspira seu funcionamento, tanto mais poderemos esperar que haja uma multiplicação e intensificação de conflitos” (PETRELLA, 2002, p. 64).

No aparelho do estado prevaleceu certa “má vontade política”, que se refletiu na forma tecnicista e burocrática em abordar a questão legal do conflito com os camponeses do assentamento Acauã. As razões de controvérsias relacionadas ao acesso à água do canal são inúmeras. Uma delas é a disputa por interesses desenvolvimentistas e competitivos entre usuários e usos da água do Canal da Redenção.

“A revolta é que 11 Km de Canal da Redenção passam dentro das nossas terras e não temos direito de usar a água. Enquanto fazendeiros aqui, tanto pro lado de Coremas como após nossos vizinhos aqui Raimundo Abrantes tem todo esse direito. Inclusive planta sítio de coqueiro, que coqueiro é uma cultura que necessita de muita água, e bananeira e os outros camaradas fazendeiros também tendo o direito exclusivo” (entrevista realizada em maio de 2006 no assentamento Acauã)

O Canal da Redenção foi construído dentro da propriedade do mencionado agricultor Raimundo Abrantes dono da fazenda Pintado. Na entrada de sua propriedade a água do canal deságua em um açude, onde a água é utilizada para irrigar coqueiros e outras fruteiras. Ao lado de sua propriedade, o canal segue seu curso até a estação elevatória que distribui água para o Projeto das Várzeas de Sousa.

O fazendeiro Raimundo Abrantes é dono dessa propriedade com aproximadamente 1.600 hectares de terra há mais de vinte e cinco anos. Antes da construção do Canal da Redenção o fazendeiro apenas criava gados e caprinos. Após a construção do canal, Raimundo passou a produzir e irrigar coco, goiaba, graviola e a criar ovelhas (fotos 31, 32, 33, 34).

No início eu criava aqui gado e muito caprino. Devido a escassez da água quando batia assim o mês de outubro para frente os açude secavam. Depois que chegou o Canal da Redenção comecei a plantar fruteiras. Eu fui um dos primeiros a plantar o côco. Com água permanente eu realmente consegui produzir tudo isso, o côco e a goiaba principalmente (entrevista realizada com Raimundo Abrantes em outubro de 2009 na fazenda Pintado).



Foto 31: Derivação do canal dentro do fazenda Pintado, ao fundo são irrigados coqueiros.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. Março de 2005.



Foto 32: Lago ao lado da propriedade de Raimundo Abrantes, bomba de captação de água para irrigação de fruteiras.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. outubro de 2008.



Foto 33: visão aberta do cultivo de coqueiros no fazenda Pintado.
Fonte: Valéria R. P. de Lima. outubro de 2008.



Foto 34: local onde o canal segue para a estação elevatória. Ao lado, propriedade do agricultor.
Fonte: Jorge Flávio Cazé. Março de 2005.

Constam na AESA dois pedidos de outorga de água do agricultor com números de processos 0961/01 e 0962/01, um para irrigar por microaspersão e gotejamento côco anão, a graviola, a pinha, a goiaba e a manga e o outro para irrigar apenas côco anão

Os pedidos de outorga foram realizados em setembro de 2001, possuem limites de vazão diferentes e data de vencimento em setembro de 2002. Contudo, o fazendeiro continuava realizando a irrigação em sua propriedade sem o fornecimento de uma nova outorga e sem fiscalizações até os dias atuais, ou seja, início de 2009. (anexos 8 e 9).

No levantamento dos usuários de água do Canal da Redenção, realizado pela AESA em julho de 2003⁸⁴, não foi observado o nome da propriedade do referido agricultor na lista.

O estado forneceu outorgas com vazões médias de 25m³/h para que o fazendeiro Raimundo Abrantes realizasse a irrigação de fruteiras que são grandes consumidoras de água, enquanto dificultou o acesso à água no assentamento alegando irregularidade na forma de captação da água que abastece 114 famílias.

Dessa forma, conclui-se que o estado realizou uma distribuição desigual da água do Canal. Desigualdade que impõe enormes restrições para a sobrevivência das famílias assentadas em Acauã e que sobrevivem essencialmente da agricultura familiar. A gestão da antiga SEMARH nesse território pode ser caracterizada como conservadora e excludente, por priorizar o acesso à água para alguns usuários instalados ao longo do sistema de transposição e negar o acesso para outros.

Durante o ano de 2006, o conflito foi apaziguado, pois não houve fiscalizações. Atribuiu-se a falta de fiscalização ao período político, pois 2006 foi um ano de política no Brasil (eleições para governo do estado e para presidente da república) e a proibição do uso da água só prejudicaria o governo no tocante à votação.

“Nesses últimos anos a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e a Secretaria de Irrigação têm deixado a gente muito à vontade no que se refere à retirada da água, nem normaliza nossa situação com a outorga, mas também não tem nos procurado. Já tentamos tanto. Falamos com a Secretaria de Recursos Hídricos tantas vezes, mais nada é feito. Quando a gente se pronuncia contra a transposição do São Francisco é com base na nossa experiência com o Canal da Redenção. Ele está pronto mais não funciona” (entrevista realizada com Socorro Gouveia em maio de 2006 no assentamento Acauã).

⁸⁴ Este levantamento é o mesmo mencionado anteriormente e inserido no anexo 7.

A difícil tarefa de realizar uma gestão igualitária com a participação dos usuários de água do canal parece ter iniciado no final de 2007, quando o PIVAS passou a funcionar. Na proporção que as demandas são geradas para um suprimento limitado de água surge a necessidade de um gerenciamento hídrico mais eficiente para que o conflito não tome dimensões mais críticas.

A gestão da demanda do Canal da Redenção há de ser compreendida sob dois prismas, um individual que leve em conta a necessidade de um consumidor, que neste caso é o Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, e outro coletivo, que leve em consideração os interesses de todos os usuários localizados ao longo do sistema de transposição.

Em sentido amplo, espera-se que a aplicação da gestão da água do Canal da Redenção atenda aos princípios de justiça social, dimensionando a água como recurso essencial à sobrevivência humana.

4.2 – Presente: Estratégias para negociação do conflito e a nova gestão da água do Canal da Redenção

A negociação de um conflito de água geralmente esta associada à realização de uma gestão participativa que envolva um conjunto de preceitos políticos que busquem desenvolver um manejo hídrico adequado e uma governança aberta, comunicativa, equitativa, coerente, viável economicamente, integradora e ética. O não aproveitamento efetivo desses princípios e a apropriação e aplicação deturpada deles, podem gerar uma pretensa legitimidade do poder político e ao mito de uma participação no processo de gestão dos recursos hídricos.

O mito da participação é uma questão levantada por Santos & Saito (2006), visto que a ampla divulgação e exaltação da defesa do princípio participativo da atual Política Nacional de Recursos Hídricos parece, de forma mitificada, ser suficiente para que houvesse uma real participação. Os autores continuam suas reflexões relatando alguns aspectos que caracterizam a mitificação na participação da gestão dos recursos hídricos. O primeiro aspecto diz respeito à origem da participação que tem sido posta ora como “dádiva”, ora como forma de amenizar conflitos decorrentes da gestão de uma determinada política pública. Em ambos os casos, a participação tem origem nos setores dominantes que buscam configurar uma ação de concessão, que passa a desfigurar a participação como uma conquista histórica dos setores populares. Nesse sentido:

O espaço de participação passa a ser regulado pela forma de concessão, e o terreno para o diálogo é previamente preparado para favorecer os interesses dos setores que definiram a concessão (SANTOS; SAITO, 2006, p. 10).

O segundo ponto que mitifica a participação é a idéia de que todos os segmentos participantes do processo (poder político, usuários e comunidades) possuem formas iguais de participação. Nesse contexto, Santos & Saito (2006), afirmam que nessa participação igualitária é ignorar a assimetria de poder econômico, de conhecimento técnico – científico, de eloquência na fala e no poder de argumentação existentes entre os diversos segmentos sociais envolvidos. O terceiro ponto é a maneira de apresentar o produto obtido durante os processos participativos.

Esses pontos necessitam ser avaliados durante a análise da gestão da água do Canal da Redenção. Iniciaremos essa análise caracterizando quando e como teve início o processo de negociação do conflito e de gestão da água do Canal da Redenção.

Em meados de 2007, o governo do estado resolveu iniciar o desenvolvimento da fruticultura irrigada no PIVAS. Deste modo, solicitou a AESA a vazão de aproximadamente 4 m³/s para fazer funcionar o perímetro irrigado. Diante dessa nova realidade a AESA utilizou como tática para alcançar o seu objetivo que é o de fornecer a vazão outorgada pelo governo do estado, a realização de uma “gestão participativa” da água do Canal da Redenção, regulando o uso da água do canal entre todos os usuários existentes ao longo do sistema de transposição. A proibição do uso da água do Canal da Redenção não seria a tática mais adequada, visto que essa ação acirraría ainda mais o conflito já existente e causaria outros.

Nesse sentido, a primeira ação da AESA se constituiu na realização de uma reunião com as associações de usuários de água do Canal da Redenção. As associações são mecanismos que permitem a AESA o acompanhamento e o controle das ações dos atores usuários de água do sistema de transposição.

A associação localizada no município de Coremas foi formada em 2004⁸⁵ por orientação da AAGISA - Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba. A associação contava inicialmente com 69 sócios e atualmente conta com 108 associados, em sua maioria donos de terra localizados ao longo do Canal da Redenção.

A Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção localizada no município de Aparecida cuja sede encontra-se no assentamento Acauã, também foi formada em 2004 e atualmente possui aproximadamente 150 associados. Entre os sócios estão os camponeses do assentamento que utilizam a água do canal para irrigar os lotes próximos do Canal da Redenção (número aproximado de 15 lotes), moradores da agrovila que não utilizam a água do canal para irrigar, mas utilizam a água para o consumo humano e consideram importante participar da associação. Além de alguns outros agricultores da localidade de Poço dos Cavalos até a estação elevatória do sistema de transposição⁸⁶.

Nas entrevistas realizadas com os presidentes das associações foram feitos questionamentos sobre o teor dos assuntos tratados nas reuniões. A este respeito, as informações coletadas foram as seguintes:

A AESA esteve aqui em Coremas fez uma reunião com a gente para fazer um cadastro de usuário, então foi dito em reunião que seria feito com esse cadastro uma outorga para cada pessoa e alguns proprietários pagaram a outorga. Seria também feito um acordo com

⁸⁵ No anexo 10 segue os documentos de formação da associação em Coremas.

⁸⁶ Durante a entrevista realizada com Raimundo Abrantes, dono da fazenda Pintado, fui informada por ele que mesmo sendo usuário da água do Canal da Redenção este não participa da associação e também nunca foi convidado a participar.

a AESA para que no prazo até o mês de maio, limite máximo até novembro de 2007, todos teriam que entregar um projeto para que agente alterasse os sistemas de irrigação, mas até hoje não foi feito ainda nenhum projeto. A AESA não apresentou nenhum projeto (entrevista realizada com Marcos Vinicius Ramalho Nogueira presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção na cidade de Coremas, em outubro de 2009).

O mesmo assunto foi tratado durante as reuniões realizadas com os participantes da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção no Assentamento Acauã. O presidente da associação informou que a AESA, em 2007, realizou duas grandes reuniões. Em uma dessas reuniões os técnicos estipularam um prazo, março de 2008⁸⁷, para que os sistemas de irrigação, que no assentamento Acauã é realizado em sua maioria por gravidade/inundação, fossem alterados para outra forma mais eficiente de irrigação. A sugestão foi para que os irrigantes utilizassem o sistema de gotejamento ou micro aspersão. Outro ponto importante destacado durante a entrevista foi a aproximação entre órgão gestor, AESA, e os usuários de água. Os relatos demonstram que houve uma “outorga verbal temporária” concedida pela AESA para que a água do Canal da Redenção pudesse abastecer o açude dentro do assentamento. Esse fato “afogou do conflito” existente e para o presidente da associação se tornou o início de uma gestão mais democrática.

O governo, através da AESA, está conversando mais com a gente. Existe um escritório em Sousa. Sempre vamos conversar com o funcionário responsável ou ele vem aqui, então a gente tá tendo um diálogo mais aproximado com o estado e isso tá favorecendo o uso da água de forma mais tranqüilo. Com relação ao abastecimento humano, essa foi uma das maiores lutas da gente. Agora nos temos a água, vamos receber as outorgas⁸⁸ da água daqui a oito dias em uma reunião aqui no assentamento com um representante da AESA (foto 35) (entrevista realizada com Cícero Fábio de Sousa Alvarena, presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção em Aparecida, em janeiro de 2008).

As promessas de acesso à água sem fiscalização, aqui denominada de “outorga verbal temporária,” geraram certa pacificação no conflito por parte dos atores que solicitam o uso legal da água do Canal da Redenção em Aparecida. Com relação ao órgão gestor, falta seriedade por parte de seus colaboradores em realizar a gestão do uso da água do Canal da Redenção com base em critérios e regras claras e rigorosas. Essa forma “camarada” de realizar a gestão da água, no futuro pode gerar problemas

⁸⁷ Nada foi modificado, os principais motivos foram a chegada das chuvas na região e também o investimento financeiro para a compra dos equipamentos. Alguns camponeses alegam não ter dinheiro para investir, outros dizem já ter comprado mangueiras para desenvolver a forma antiga de irrigação gravidade/inundação e no momento não tem como trocar.

⁸⁸ Participei da reunião mencionada pelo entrevistado e as outorgas não foram entregues.

no que diz respeito à obediência das regras nas formas captação e da quantidade de água que pode ser retirada do canal.

Durante a reunião citada pelo entrevistado, as outorgas de água não foram entregues. O funcionário da AESA alegou que durante o cadastramento dos usuários de água alguns boletos para o pagamento da outorga não foram emitidos e, por isso, as outorgas que já foram pagas só serão entregues quando as demais forem emitidas.

Teve a visita de técnicos da AESA para falar das normas de uso da água do Canal da Redenção e fazer o cadastro. Os boletos para os que estavam em situação regular já foram emitidos para pagar na hora, sem precisar ir à agência. Na reunião era para ser feito isso na hora com todos, só que quando o técnico estava fazendo o cadastro alguns tinham alguma coisa errada, nesses no cadastro era colocada uma observação. Tiveram muitas pessoas que receberam o boleto e já pagaram porque os dados estavam batendo, e outras pessoas não. E o que vai ser feito? Esses que não batem com o cadastro, um técnico da AESA vai fazer a verificação e fazer um novo cadastro. Vamos fazer uma nova reunião para emitir as outorgas para todo mundo que falta, inclusive quando eu liguei para João Pessoa e esta se combinando para que o presidente da AESA venha para entregar todas as outorgas em mãos (entrevista realizada com Lamarck ex- funcionário⁸⁹ da regional AESA em Sousa, em janeiro de 2008).



Foto 35: Reunião mencionada na entrevista no dia 25 de janeiro de 2008
Foto: Jorge Flávio Cazé.

As reuniões tiveram o caráter consultivo e informativo. As informações mais relevantes dizem respeito à divisão da água do Canal da Redenção entre os usuários e as formas de captação que deveriam ser adotadas. A estratégia de aproximação

⁸⁹ No trabalho de campo realizado em outubro de 2008 fui informada que o funcionário havia abandonado seu cargo. Essa informação foi fornecida por Judivam Nunes Pereira que mora no Assentamento Acauã e é estagiário da regional AESA em Sousa. A AESA não possui funcionários efetivamente contratados, todos são funcionários desse órgão são prestadores de serviço e cargos comissionados. Esse fato dificulta a continuação concreta dos trabalhos que já formam iniciados.

com as associações de usuários de água ajudou a construir o espírito de cooperação e o comedimento das partes nesse momento do processo de gestão.

A AESA,⁹⁰ segundo informações do presidente da AUACRA, forneceu uma de vazão 300 litros/s⁹¹ de água para serem distribuídos com todos os usuários inseridos ao longo do sistema de transposição.

Essa quantidade de água que temos por direito, que nós brigamos e graças a Deus conseguimos. Agora a gente tem que fazer com que essa quantidade pequena de água seja suficiente para atender essa grande quantidade de agricultores que tá nas margens do canal. Temos que nos adequar para conseguir que essa água seja utilizada por todos, vamos fazer com a ajuda da AESA que já tem um levantamento de quantas pessoas já são usuárias do canal e quanto de vazão elas estão usando. Dessa forma, vamos negociar com todos os usuários para dividir a água. A gente vai enfrentar um problema, temos que conversar com outros donos de terra maiores, porque pegando alí na região de Poço dos Cavalos tem agricultor que tem mais de 10 hectares irrigando banana, então vamos conversar para ele usar esse limite de água dele da melhor forma possível (entrevista realizada com Cícero Fábio de Sousa Alvarena, presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção, em janeiro de 2008 na cidade de Aparecida).

A tática utilizada pela AESA nesse momento foi a de firmar um compromisso entre os usuários de que eles (todos os usuários que estão ao longo do canal) não devem ultrapassar a quantidade estipulada pelo órgão gestor. O resultado da negociação é *ganhar alguma coisa/ perder alguma coisa*. Essa tática, segundo Campos (2002), deve ser utilizada para achar solução provisória que evite fortes disputas ou quando há premência de tempo para se chegar a alguma solução.

Indagado sobre como ocorrerá o processo de negociação a possibilidade da quantidade de água do Canal da Redenção não ser suficiente para atender toda demanda, o presidente da associação em Aparecida informou o seguinte:

Não podemos esquecer que no passado houve muita luta, muito sofrimento, houve a negação dessa água mesmo, para você ter idéia que não existia nada, nada, nada de irrigação das Várzeas de Sousa e essa briga já existia. E agora, quando a gente começou a se organizar com a nossa associação, mesmo com o pessoal irrigando lá nas Várzeas, já tem uma quantidade de água reservada para

⁹⁰ Em 24 de agosto de 2007 a diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas (ANA) emitiu a resolução 347/20/08/2007 que outorga a vazão de 4.000 l/s d'água para a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs), necessária para a operacionalização do Canal da Redenção para atendimento de programas de irrigação, especialmente no perímetro irrigado das várzeas de Souza. Informações: www.aesa.pb.br. A outorga foi fornecida pela ANA, visto que as água do Canal da Redenção são provenientes do sistema Coremas-Mãe D'água – PB que, entre outros atributos, fornece água para do rio Piranhas-Açu que nasce no estado da Paraíba e adentra o Rio Grande do Norte.

⁹¹ Esse dado foi fornecido verbalmente para o presidente da associação por Lamarck ex-funcionário da AESA regional Sousa

gente. Então é necessário se organizar. Os moradores têm que saber que é precisamos ter a outorga, precisa melhorar o método de irrigação mais eficiente mais eficaz. Mas se não for suficiente pode ter certeza que a gente parte para luta (entrevista realizada com Cícero Fábio de Sousa Alvarena, presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção em janeiro de 2008 na cidade de Aparecida).

O PIVAS é o último⁹² usuário a receber a água do Canal da Redenção. O órgão gestor da água deve negociar e estabelecer regras de uso com usuários à montante para que sobre água suficiente para irrigar os lotes empresariais do projeto. A necessidade de regular o uso da água do Canal da Redenção esta totalmente relacionada ao Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, como pode ser observada nas entrevistas realizadas com o presidente da regional da AESA, em Patos e com Judivam Nunes Pereira, estagiário da regional AESA em Sousa.

A prioridade é fornecer 1.875l/s para as Várzeas de Sousa. A demanda é maior que a disponibilidade. Essa é uma realidade em vários mananciais aqui na Paraíba. Como resolver esse problema? A AESA tenta fazer um processo de negociação levando em consideração aspectos sociais, econômicos, ambientais, conversando com todos os usuários e tentando ajustar os usos e o tamanho da área irrigada (sistema de irrigação eficiente e que esteja cultivando uma cultura rentável). Já fizemos uma reunião com as duas associações explicando como vai ser feito o uso, então será um trabalho de conversação (entrevista realizada com Guttemberg da Silva Silvino, presidente regional da AESA na cidade de Patos, em outubro de 2008).

Ainda sobre esse assunto:

Segundo a AESA, a água é suficiente para todos que estão querendo usá-la desde que seja realizada uma irrigação controlada, por micro aspersão que até então não está sendo usada. Ainda não tem nenhuma fiscalização, mas a partir do momento que o PIVAS começar a funcionar cem por cento, isso ai vai ter que mudar, vai ter que ser tudo de acordo com as regras da AESA. A partir do momento que for pra entrar nos padrões de retirada de água do canal, com certeza vai haver conflitos. Porque todos estão acostumados a ter água "por conta do rolamento", quando for pra entrar nas normas, com certeza vamos ter dificuldades (entrevista realizada com Judivam Nunes Pereira, na cidade de Aparecida em outubro de 2008).

Observa-se nas entrevistas com os funcionários da AESA certa divergência de opinião com relação ao volume de água ser suficiente para atender a todos os usuários ao longo do sistema de transposição.

⁹² O ultimo a jusante do Canal da Redenção. O PIVAS foi o motivo para construção do canal, mas a água só chega no perímetro após passar por todos os outros "novos" usuários.

Em 2004 os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte assinaram um Marco Regulatório⁹³ que definiu a divisão de suas águas da bacia Piranhas – Açú. Para elaboração desse documento foi adotado o eixo perenizado da rede de drenagem, compreendido pelo trecho do rio que vai do lago do açude Curema/Mãe d'Água até sua foz no oceano Atlântico. O Sistema Curema-Açú foi dividido em seis trechos, sendo três trechos para a Paraíba e três trechos para o Rio Grande do Norte.

Segundo o funcionário da AESA,⁹⁴ o sistema Coremas / Mãe d'água possui uma vazão de 7.900 l/s, no qual 1.500l/s devem ser fornecidos para a bacia Açú no Rio Grande do Norte, ficando para a Paraíba 6.900 l/s⁹⁵ ou 6.400 l/s. Para o trecho um que corresponde ao lago do reservatório Curema-Mãe D'Água, onde se insere o Canal da Redenção, são fornecidos 2.090l/s. Desse volume 1.800l/s esta outorgado para o Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa, restando apenas 300 l/s para irrigação difusa ao longo do Canal da Redenção. Para trecho dois que compreendido entre o reservatório Curema-Mãe D'Água e a confluência dos rios Piancó e Piranhas estão reservados 2.070l/s, para usos na bacia. Para o trecho três que corresponde a confluência dos rios Piancó e Piranhas até a divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte restam 2.240l/s.

Divisão do volume de água do sistema Coremas – Mãe d'água	
Vazão total do sistema	7. 900l/s
Vazão para o Rio Grande do Norte	1.500l/s
Vazão para Paraíba	6.400l/s
Trecho 1 - Lago do Reservatório Curema-Mãe D'Água	2.090 l/s
Perímetro irrigado de Sousa - PIVAS	1.800 l/s
Uso difuso ao longo do Canal da Redenção	300 l/s
Trecho 2 - Reservatório Curema-Mãe D'Água e a confluência dos rios Piancó e Piranhas.	2.070 l/s
Trecho 3 - Confluência dos rios Piancó e Piranhas até a divisa PB/RN.	2.240 l/s

Tabela 5: Divisão do volume de água do sistema Coremas – Mãe d'água.

Fonte: AESA.

Organização: Valéria R. P. de Lima, março 2009.

⁹³ Segundo Guttemberg o Marco Regulatório foi criado porque o somatório das solicitações de outorgas de direito de uso da água no rio Piranhas-Açú à jusante da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves-RN, encaminhadas à ANA superava disponibilidade hídrica regularizada pela barragem, demandando o ordenamento dos usos dos recursos hídricos. RESOLUÇÃO Nº 04 de 02 de Março de 2005 (Publicada D.O.E. de 11/03/2003).

⁹⁴ Guttemberg da Silva Silvino.

⁹⁵ Nos dados fornecidos pelo funcionário houve um equívoco na informação fornecida. Esse equívoco, consiste no acréscimo de 500l/s, no volume total de 7,900l/s, visto que observando a divisão realizada desse volume total sobra para Paraíba 6.400l/s.

Os 300 l/s serão subdivididos entre os mais de 200 usuários de água já cadastrados pela AESA. No trabalho de campo realizado em janeiro de 2009, foram percorridos os 37km do Canal da Redenção de Coremas à Sousa observou-se que os pequenos e grandes irrigantes continuam realizando a captação da água do Canal da Redenção por gravidade sem controle da quantidade de água retirada.

Durante o percurso foram mapeados mais de 52 pontos de captação. Algumas áreas irrigadas estavam escondidas por trás de vegetação de caatinga que acompanhava quase toda a margem do Canal da Redenção. Na maior parte das terras irrigadas, sobretudo nas maiores áreas de irrigação, os proprietários não se encontravam nas fazendas. Em algumas delas a produção estava sendo realizada por trabalhadores contratados pelos fazendeiros. Destacam-se os seguintes os seguintes pontos de captação de água.

- a) ponto de captação para a irrigação de banana e desedentação animal localizada próximo ao Kh 18 do Canal da Redenção no sentido Coremas – aparecida. No momento do trabalho de campo não encontramos o dono e os funcionários da propriedade.



Foto 36: Captação a - primeira grande captação de água para irrigação de banana e desedentação animal;

- b) Captação da água do Canal da Redenção para irrigação de banana. Ao observar o posicionamento do cano de captação da água do canal, tudo indica que essa propriedade faz uso de moto-bomba para derivar água e desenvolver a irrigação. Essa informação não pode ser confirmada porque no momento da pesquisa de campo a residência encontrava-se vazia, morador e funcionários não se encontrava na propriedade.



Foto 37: Captação b - captação de água para irrigação de banana, a propriedade encontrava-se fechada.

- c) Nessa propriedade havia um trabalhador temporário. Ele nos informou que a terra possui um tamanho de 10 hectares e seu patrão chama-se Tadeu Cartaxo, além dessas informações o mesmo relatou que referente ao tempo em que trabalha na propriedade nunca houve impedimento de retirada da água do Canal da Redenção por parte do governo do estado.



Foto 38: Captação c - irrigação de banana.

- d) Fazenda na localidade de São Domingos próximo ao município de Coremas. Na fazenda encontramos aproximadamente cinco trabalhadores, os mesmos não quiseram falar quem é o dono da fazenda e quantos hectares são irrigados. Na propriedade observamos duas captações de água do canal com moto-bomba e mais duas captações por gravidade. As derivações de água são para irrigação de côco.



Foto 39: Captação d – irrigação de coqueiros.

e) A captação de água nessa propriedade é para realizar irrigação de capim. Na propriedade foi possível observar gados no pasto. Não encontramos proprietários e funcionários na fazenda.



Foto 40: Captação e - irrigação de capim.

f) Propriedade o Sr. José Soares da Silva no município de Aparecida. A captação da água do Canal da Redenção é realizada por gravidade para irrigar cinco hectares de alguns fruteiras e legumes. O que produz é para próprio consumo.



Foto 41: captação f – para irrigação de uma propriedade com 5 hectares.

g) Lote de Maria Jose no assentamento Acauã. Dona M^a José com o marido trabalhavam no lote durante a realização do trabalho de campo. A água do Canal da Redenção é utilizada para irrigação de alface, macaxeira, cenoura, entre outras leguminosas. Produz para consumo de sua família e o excedente é comercializado na feira no município de Aparecida – PB.



Foto 42: captação g – captação de água do assentamento Acauã.

h) Ponto de captação no assentamento Acauã para abastecimento do Açude. No assentamento segundo informações do presidente da associação serão realizadas dois tipos de outorga, uma individual solicitada por cada agricultor que captar água do canal para irrigar o lote, e outra outorga coletiva para a captação de água para o abastecimento do assentamento. As outorgas individuais custarão em torno de R\$ 46 a 48 por hectare irrigado e por cultura irrigada. Esse valor será pago anualmente.



Foto 43: Captação h – açude abastecido pelo Canal da Redenção no assentamento Acauã.

i) Captação de água na fazenda pintado, propriedade de Raimundo Abrantes. O mesmo seguindo a seqüência de usuários é o penúltimo a realizar a captação da água do Canal da Redenção. Derivação de água para plantação de capim e côco.



Foto 44: Captação i – fazenda Pintado captação para irrigação de capim e côco.

j) Última captação da água do Canal da Redenção. Estação elevatória. A partir deste ponto a água é distribuída para os lotes das Várzeas de Sousa.



Foto 45: Captação j – estação elevatória.

Regular todas as formas de uso da água do Canal da Redenção será um desafio futuro que o órgão gestor estadual da água irá enfrentar. Para tanto necessita do apoio dos usuários que estão ao longo da rede de transposição de água. Se no futuro houver um esforço cooperativo entre o poder público e os usuários para a realização de um uso da água racional e democrático, perceberemos um avanço no processo de gestão da água no estado da Paraíba. Contudo, se faz necessário por parte dos atores usuários de água, pressionar o poder público a fim de fazer valer seus direitos e a concretização de uma gestão participativa. Nesse sentido, Magalhães Júnior (2007) considera que o poder de participação resulta de uma conquista a partir de uma relação de forças construída com as autoridades (pressão) ou como resposta a uma proposição por iniciativa destas. O processo pode ocorrer sob variadas formas, incluindo o poder de criação e difusão de informação, o de opinião, o de concentração e o de decisão, este último sendo o grau mais elaborado de co-gestão.

No atual momento de gestão da água do Canal da Redenção não há uma troca concreta e freqüente de diálogo entre a AESA e as associações de água. Na prática houve uma deturpação no que poderia ser considerada uma gestão hídrica, para se obter uma pretensa legitimidade social sobre as decisões tomadas pelo órgão gestor.

Com base nos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas verificamos que, o processo de gestão da água do Canal da Redenção estagnou, visto que não houve novas reuniões após àquelas mencionadas anteriormente.

O ano passado, em 2007, a gente teve mais um estreitamento de relação com a AESA, só que no decorrer desse ano nós não tivemos visitas deles. Antigamente não tínhamos relação de jeito nenhum. O ano passado aconteceu mais uma aproximação entre a associação e o pessoal da AESA, inclusive a gente encaminhou alguns trabalhos junto, o pessoal pagou algumas taxa de outorga de água e eles nem vieram aqui, nem deram satisfação, então esse ano deixaram a gente mais uma vez sozinhos. Estamos com nossa própria organização, conversando, porque os lotes das Várzeas de Sousa vão funcionar definitivamente, então temos que nos reunir constantemente pra garantir o acesso da água para o assentamento principalmente (entrevista realizada com Cícero Fábio de Sousa Alvarena, presidente da Associação dos Usuários de Água do Canal da Redenção em Aparecida, em outubro de 2008).

Apesar da água do Canal da Redenção não estar efetivamente consolidada a gestão, devemos considerar, apesar dos interesses ocultos, que foi um avanço a aproximação do governo com as associações usuárias de água do canal, quando comparadas com a fiscalização seletiva e injusta do passado.

Não se pode desconsiderar a luta dos usuários de água, sobretudo do assentamento Acauã, para a criação desse canal de diálogo com o poder público. A associação pode ser considerada como um instrumento que os usuários conquistaram para realizar as reivindicações dos seus direitos por ter acesso à água do Canal da Redenção para os mais diversos usos.

No quadro atual da gestão da água do Canal da Redenção, observa-se a existência de acordos verbais sinalizando a carência de documentos oficiais de regulação das formas de uso da água. Além desse fato, existem divergências e inconsistências de opiniões e dados fornecidos entre os funcionários do órgão. Certamente, a não certificação dos dados e opiniões sobre a gestão de água do Canal da Redenção ocorra pela descontinuidade do quadro funcional e ausência de gestores. Essa situação é agravada pela instabilidade do quadro político⁹⁶ geral na Paraíba.

O monopólio secular da água no nordeste brasileiro deve dar lugar a uma democratização hídrica. No entanto, esse é um logo caminho a ser percorrido e esta pesquisa pretende trilhar no sentido a anunciar a luta de alguns para chegar até a democratização de forma a permitir o igualitário acesso à água para todos.

O acesso a água é um direito e devemos reconhecer que é de responsabilidade coletiva assegurar as condições necessárias e indispensáveis para garanti-lo.

⁹⁶ Durante o tempo em que o processo de cassação do ex-governador Cássio da Cunha Lima esteve em vigor, o estado da Paraíba permaneceu em situação de instabilidade total das instituições no encaminhamento e desenvolvimentos de projetos, entre eles, a gestão da água do Canal da Redenção e das Várzeas de Sousa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este item, fica a impressão de que muitos das contribuições que normalmente poderiam estar presentes aqui estão diluídas ao longo do texto da dissertação.

Levando em consideração a dinâmica nas ações dos atores envolvidos com o uso e a gestão da água do Canal da Redenção. Seria um equívoco realizar uma conclusão acabada sobre o assunto seria um equívoco. Considerando os dados e informações levantadas e analisadas, conclui-se que, no semi-árido brasileiro, a realização de políticas públicas relacionados ao desenvolvimento de infra-estruturas hídricas não foram capazes de amenizar os problemas inerentes à semi-aridez. Para o agravamento da situação, tais políticas públicas carregam um histórico de inoperância, corrupção e favorecimento de uns (oligarquias nordestinas) em detrimento de outros.

Em outro momento temos a reincorporação do nordeste semi-árido ao processo de produção capitalista, relacionados aos projetos de irrigação largamente realizada ao longo da década de 1990 do Século XX. Este evento foi um dos responsáveis pelo surgimento de novos conflitos e resistências contra o monopólio da terra e da água. Na década de 1990, o estado também foi o responsável pela implantação da Lei da Águas Nº 9.433/97 que institui a política nacional de gerenciamento dos recursos hídricos. Muito embora a lei seja considerada um avanço na gestão dos recursos hídricos no Brasil, seus princípios, em alguns casos específicos, não estão efetivamente aplicados.

Essas questões permeiam o objeto da presente pesquisa e estruturaram o território analisado. Refletir sobre formas de apropriação e gestão da água implica pensar que as ações dos atores que possuem diversos interesses de desenvolvimento econômico, político e social, e que todas essas questões estão envolvidas pelas relações de poder.

O Canal da Redenção é uma obra de infra-estrutura hídrica que alterou e fez surgir territórios da água, o perímetro irrigado de Sousa, acampamentos de luta pela terra e projetos de reforma agrária.

Apesar da escassez hídrica presente nesse território a falta de gestão adequada e eficiente das águas do Canal da Redenção foi à tônica do conflito para ter acesso a sua água. No conflito pela água do Canal da Redenção, os atores que, através de uma ação coletiva lutaram para ter acesso à água, demonstraram que quanto mais

organizados são os atores, maior a possibilidade de conquistar seus anseios para atender as demandas de uso da água, nesse caso, no assentamento Acauã.

Foi possível perceber que o órgão gestor estadual da água possui poder suficiente para gerenciar os recursos hídricos da água do Canal da Redenção, utilizando como estratégia uma sutil ação de controle social.

Diante de todos os indícios, o que motivou o conflito não foi a falta de água, mas a perpetuação de um determinado padrão cultural no nordeste brasileiro que atenda prioritariamente os interesses das oligarquias locais. Nesse sentido, é necessária ética e democrática na gestão buscando uma melhor eficiência de desenvolvimento das políticas de gerenciamento dos recursos hídricos cuja finalidade deve ser atender todas as demandas de usos e todos os usuários. Os poderes público federal e estadual devem realizar os investimentos necessários para um eficiente gerenciamento, controle e fiscalização das condições de uso e proteção da água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SABER, Aziz Nacib, O Domínio dos Sertões Secos. In: AB' SABER, A. N. **Os Domínios de natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Editorial Ateliê, 2003. p. 83-101.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.), A Questão regional: O Caso do Nordeste. In: **Capítulos de Geografia do Nordeste**, Recife: União Geografia Internacional, Comissão nacional do Brasil, 1982. p. 59-69.

ANDRADE, Manuel Correia de. Conceito de Nordeste. In: **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986. p.63- 65.

ANDRADE, Manuel Correia. O Processo de Ocupação do Espaço Geográfico Paraibano. In: **O Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Masangana. 1984. p. 108- 125.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. **Revista Reforma Agrária**, (Campinas), v. 15, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 5a ed., São Paulo: Cortez, 1998.

ASA. Articulação do semi-árido. Disponível em <<http://www.asa.org.br>>. Acesso em 25 de novembro de 2008.

BARTH, F. T. **Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DAEE/FCTH**, 1992. 45 p.

BARTH, Flávio Terra. Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: **Águas Doces do Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo: Escrituras, 2002. p. 563 - 597.

BRASIL, BRASILIA. Lei 9.433, de 08 de Janeiro de 1997. **Secretaria de Recursos Hídricos: conjunto de Normas e Leis**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 3º edição. p.23 - 40.

BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **As batalhas da água: por um bem comum da humanidade**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2004.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes/CNPQ. 1984.

BRITO, F. B. **Conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa-PB**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, vol. 1, 1999.

CASADEI, W. S. A Capacitação dos Municípios para a Gestão dos Recursos Hídricos. In: THAME, A. C. M. (org) **Comitês de Bacias Hidrográficas – uma revolução conceitual**. São Paulo. Ed. Iqual. 2002. p. 227-236.

CAMPOS, Nilson; STUDART, Ticiania. Política das Águas. In: **Gestão de Águas: princípios de práticas**. Porto Alegre. Ed. ABRH, 2ª Edição, 2003. p. 27-42.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4ª Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2008. 470 p.

CARVALHO, C. R. **Gestão dos recursos hídricos: conflitos e negociações na questão das águas transpostas da bacia do Paraíba do sul**. 2005. 226f. Tese (Doutorado de Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

CÍRILO, José Almir. **Políticas Públicas de Recursos Hídricos para o Semi-árido**. Estudos Avançados V. 22. Nº63 São Paulo 2008. Dossiê Água. Disponível em: <<http://www.scielo.br/sielo>>. Acesso em 12 de janeiro de 2008.

CHISTOFODIS, Demetrios. **Irrigação, a fronteira hídrica na produção de alimentos**. (Irrigação & Tecnologia Moderna), nº 54, abr/jun. 2002. Disponível em: <<http://www.valmont.com.br/vallet/mestre/ITEM46.htm>>. Acesso em: 22 out.2007.

CORTEZ, Henrique. **O século do hidronegócio**. 2005. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticias/270705_hidronegocio.htm>. Acesso em: 14 out, 2007.

DINIZ, Paulo César Oliveira. **Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano**. Campina Grande: UFPB, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, março de 2002, 121 p. e anexos. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.

DOLFUS, Oliveira. **A Análise geográfica**. São Paulo: Difusões Europeias do Livro. 1973.

DUQUE, J. G. **Alguns aspectos da ecologia do Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1996. (Coleção Mossoroense. Série B, n. 1352).

ENGELS, Fridrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1985. 10ª edição. Ed. Civilização brasileira

ELIAS, D; Pequeno R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza – CE. Banco do Nordeste, 2006.

FERNANDES, Bernardo. M. **Agronegócio e Reforma Agrária. São Paulo**. Fonte: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>> Acessado em: 15 de mar 2008.

FERNANDES, Bernardo. M. **MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Formação Territorial em São Paulo**. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996.

GARJULLI, Rosana. Instrumentos Institucionais para a Gestão de Recursos Hídricos no Semi-Árido. In: **Água e desenvolvimento sustentável no Semi-Árido**, HERMANS K. (Coord). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates nº 24, 2002. p. 87-102.

GERMANI, G. I. 2003. **Expropriados Terra e Água. O conflito de Itaipu.** Salvador: EDUFBA: ULBRA.

GOHN, M. G. 1997. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo. Ed. Loyola.

GÓMEZ, F. G. El precio Del água em las ciudades: reflexiones y recomendaciones a partir de la directiva 2000/60 CE. **Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales.** Vivienda, Vol. XXXVII terceira época Nº 144, 305 – 320. verano, 2005.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: brasiliense, 1982.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **O Mito da Desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; **Os impactos regionais da reforma agrária : um estudo sobre áreas selecionadas,** Rio de Janeiro, CPDA – UFRJ/Nuap – PPGAS – UFRJ, 2001. p. 479.

IANNI, Octavio (org.). **Marx: Sociología.** SP, Ática, 1982, 3ª ed, Col. "Grandes Cientistas Sociais".

JUSTINIANO, Eduardo. Félix, Registro Fotográfico. In: **Praticando a Geografia: Técnicas de Campo e Laboratório em Geografia e Análise Ambiental.** VERTURI, Luiz Antônio Bitta (Org.) São Paulo: Oficina do Texto. 2005. p. 178- 190.

KUNH. T. **A estrutura das revoluções científicas.** Ed. Perspectivas. 1997. 223p.

LANNA, Eduardo Antônio. **Instrumentos de gestão ambiental: métodos de gerenciamento de bacia hidrográfica.** Brasília: IBAMA. 1994, p.141.

LANNA, A. E. L.; PORTO, R. L. L. (org.); JÚNIOR, B. P. F. B. et al. In: **Técnicas Quantitativas para o Gerenciamento de Recursos Hídricos.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – ABRH, 1997.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo. Ed. Cortez. 4ª edição. 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas – SP: Ed. da UNICAMP, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio Y Política. El Derecho e La Ciudad,** II. Barcelona, Ed. Anthopos, 1976.

LUKÁCS, GYÖRGY. **História de Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2003.

MARX. Karl. **O Capital.** Vol. I. São Paulo. Ed. Cultural, 1983.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007. Ed. Pensar Brasil. 140p

MAGALHÃES JUNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2007. 688p.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de Chão,** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997. 891p.

MOREIRA, E. e TARGINO, I. De território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **Revista do NERA** Nº. 10, Presidente Prudente, janeiro – julho de 2007.

MOREIRA, Emília. **Evolução do Processo de produção do Espaço Paraibano.** João Pessoa, Cadernos do NDIHR, nº 23. 1990.

MOREIRA, Emília; TRAGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba,** João Pessoa: Editora Universitária, 1997. 332 p.

MORAIS, Antonio, C. R. **Ratzel, Geografia.** Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1990. 192p.

MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica.** V.2, ano VIII, nº22, maio/agosto, 2002. AGB - Bauru. São Paulo.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Questão Agrária, Questão Jurídica!** Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.2, p. 4-23, João Pessoa, PB, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acessado em: mar. 2008.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia pra uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. 132 p.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** 1984. Rio de Janeiro. Ed. Tempo brasileiro.

PARAÍBA, **Relatório Final Consolidado do PERH-PB.** AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. 2006. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/aesa>. Acesso em: 22 out.2007.

PARAÍBA. **Relatório das Várzeas de Sousa.** Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA, Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais – SEMARH, 1998.

PARAÍBA, Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH – **Plano das Águas: Estado d’arte,** 2002.

PARAÍBA, Governo do Estado - Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais. **Memorial Descritivo do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa.** 1998.

PETRELLA, Ricardo, **O manifesto da Água: argumentos para um contrato mundial,** Petrópolis: Vozes, 2002, v. 2.

PEREIRA, A. da C. Obras de infra-estrutura: necessidade imperiosa para o desenvolvimento no semi-árido potiguar. In: **Potencialidades e (in)sustentabilidade**

no semi-árido potiguar. SOUZA. F. C. S. (org). Natal- RN. Ed. CEFET – RN. 2005.p.86-107.

QUEIROZ, Renato da Silva. Caminhos que andam: os rios e a cultura Brasileira. In: **Águas Doces do Brasil: Capital ecológico, uso e conservação.** REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo. Ed. Escrituras. 2002. p. 669 – 686.

RAFFESTIN, Claud. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo: Ática, 1993. 266p.

REBOUÇAS, Aldo C. Água na Região Nordeste: desperdício e escassez. **Rev. Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, Vol. II, nº 29, p. 127-154.jan/abril 1997.

REBOUÇAS, Aldo C. Águas doces no Mundo e no Brasil. In: **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação.** REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo. Ed. Escrituras. 2002.p. 01-37.

REBOUÇAS, Aldo C. Aspectos Relevantes do Problema da Águas. In: **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação.** REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo. Ed. Escrituras. 2002.p. 687-703

REINHOLDLINK, Volker. **A História do uso da água no Brasil do descobrimento ao Século XX.** Coordenação editorial Agência Nacional de Águas – ANA, 2007.

RIOB – Rede Internacional dos Organismos de Bacia. **Gestion dès Ressources en eaux et planification sur Le Bassin Adour-Garonne.** Disponível em: <<http://www.oieau.fr>>. Acessado em: 20 mar. 2008.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **O Abastecimento de água na cidade da Parahyba – da sua fundação ao ano de 1930.** Monografia de conclusão de curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba. 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo – razão e emoção.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, I. A.; SAITO, C. H. **A mitificação da participação social na política nacional de recurso hídrico- gênese, motivação e inclusão social.** Revista Geosul/ revista do departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. V1, n1 (1º semestre 1986) Florianópolis: editora da UFSC, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo. Ed. Loyola. 1993.

SILVA, Jairo Bezerra. **As Transformações do Estado e suas implicações sobre as políticas no Brasil: O caso dos recursos hídricos.** João Pessoa: Idéia, 2005. 97p

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática.** Revista Econômica do Nordeste. Documentos técnicos – científicos. Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007. p. 146 -148.

SILANS, Alain Passerat. Alternativas Científicas e Tecnológicas para o Abastecimento de Águas no Semi- Árido. In: **Água e desenvolvimento sustentável no Semi-Árido**. HERMANS K. (Coord). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n^o 24, 2002. p.133- 160.

SIQUEIRA, Rubem. **Transposição: a velha indústria da seca reeditada**. Revista Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Terra janeiro a março de 2007. Ano 32 – N^o 186.

SOUZA, M. J. L. O Território: saber espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E (Org). 10^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.77- 116.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2003. 206p.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. Revista do Depto de Geografia da UFF. ANO IV - N^o 7 - JAN-JUN 2002.

STUDART, Ticianá. A outorga do Direito de Uso da Água em um Cenário de Incertezas: O Caso do Nordeste Brasileiro. In: **Água e desenvolvimento sustentável no Semi-Árido**, HERMANS K. (Coord). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n^o 24, 2002. p. 161- 169.

TELLES. Dirceu D'Alkmin. Água na Agricultura e Pecuária. . In: **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação**. REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo. Ed. Escrituras. 2002.p. 305-337.

TEIXEIRA, Francisco José Coelho, **Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos: Análise e Proposta de Aperfeiçoamento do Sistema do Ceará**. Brasília: Banco Mundial e Ministério da Integração Nacional. 2004. 84p.

THOMPSON, Edward. Introdução **Costume e Cultura & Cap. 2 Patrícios e Plebeus In: Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Londres, Addison-Wesley Publishing. 1978.

TORRES, Avani T. Gonçalves; SILVA, Araci Farias; LIMA, Valéria R. Porto. Uma nova Nuance de luta de Classe: A luta pela água no Perímetro Irrigado de Sousa e no Assentamento Acauã – Aparecida – PB. In: Seminário Luso- Brasileiro- Caboverdiano, 2006, João Pessoa. **Anais do Seminário Luso- Brasileiro- Caboverdiano**. João Pessoa, Brasil, 2006.

TORRES, Avani T. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água): os instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

TUNDISI, José. Galizia. **Água no Século XXI: Enfrentando a Escassez**, São Carlos: RiMa, 2003. 248p.

THUAL, François. **Methodes de la géopolitique**. Paris: Editora Ellipses, 1996,127p.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil.** In: Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua. (Org.). Justiça Ambiental e Cidadania. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, v. 1.

VEIGA, C. M. Barragem Castanhão: contribuições para o desenvolvimento sustentável de sua área de abrangência. In: **Simpósio Brasileiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.** 2000, Mossoró. Anais. Mossoró: UERN, 2000, p. 71-88.

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. **Águas Públicas/ Riquezas Privadas. A política de irrigação para o vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho.** Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba. 1991.

VIEIRA, Vicente, P. P. B. Águas Doces no Semi-Árido. In: **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação.** REBOUÇAS. A. C.; BRAGA. B. & TUNDISI. G. (Org.) São Paulo. Ed. Escrituras. 2002. p. 507 – 530.

VIANNA. P. C. G. A água vai acabar? In: **Que país é esse?.** ALBUQUERQUE, Edu. Silvestre. (Org.) São Paulo: Globo, 2005. p.341-368.

VIANNA. P. C. G. **O Sistema aquífero Guarani (SAG) no Mercosul.** 2002. 113 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIANNA, Pedro Costa Guedes; LAURENT, François. **A Gestão dos Recursos Hídricos no estado da Paraíba, perspectivas, conflitos e problemas de governança.** Paris, 2008. (no prelo)

WOLF, A. T., KRAMER, A., CARIUS, A. e DABELKO. D. G. Gerindo Cooperação e Disputas Hídricas. In: **Estado do Mundo, estado do consumo e o consumo sustentável.** Worldwatch Institute; apresentação Carlos Lopes; tradução Henry Mallett e Célia Mallett. - Salvador, BA. Ed: Uma. 2005, 326 p.

9- ANEXOS

Anexo 1 – Roteiros das entrevistas estruturadas.

Ficha Técnica

Entrevistador(a): Valéria Raquel Porto de Lima

Elaboração do roteiro: Emilia de R. F. Moreira; Valéria Raquel P. de Lima; Pedro Costa Guedes Vianna

Data:

Município:

Nome do entrevistado:

Idade:

I- ANTECEDENTES DO ACAMPAMENTO

Origem

1. Onde o Sr. morava antes de vir para o acampamento?

2. E as demais famílias onde moravam?

Condições de trabalho anterior

3. Em que o Sr. trabalhava? Fazendo o que?

4. Se trabalhava na agricultura qual era a sua condição (parceiro, arrendatário, posseiro, morador de condição).

Causa da ocupação

5. Por que resolveram lutar pela terra?

6. A luta pela terra foi numa área onde as famílias já viviam e trabalhavam ou foi uma luta de ocupação?

7. Se a luta foi de ocupação, como surgiu a idéia da ocupação?

8. Como se deu a escolha da propriedade que foi ocupada e porque a escolheram?

9. Quem apoiou e ajudou na organização dos trabalhadores (movimento e/ou pessoas)?

10. A CPT ajudou? Se sim como foi feito o contato e como foi a ajuda?

11. Quando começou a luta (ano/mês)?

11. Como vocês planejaram e organizaram a primeira ocupação?

12. Como fizeram?

13. Quantas famílias participaram da ocupação?

14. Qual foi a primeira ação concreta que realizaram após a ocupação?

15. Montaram acampamento com ajuda de quem?

15. Prepararam roçado? Coletivo ou individual?

16. Houve despejo? Se houve quantos foram, quando foi como foi feito, para onde foram e quem ajudou a sair da terra?

17. Houve violência? Se sim, por parte de quem? Como?

18. Há quanto tempo estão acampados aqui?

Sobre a propriedade ocupada

19. Como é o nome do proprietário da propriedade ocupada?

20. Como é o nome do proprietário da propriedade que ocuparam?

21. Qual é o tamanho da propriedade?

22. O que se produzia na propriedade?

23. Tinha trabalhador morando na propriedade? Se tinha, como era a condição de trabalho deles? Algum deles aderiu a luta de vocês?

II - AÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS, DO ESTADO E DOS MEDIADORES

24. Como reagiu o proprietário quando foi feita a ocupação?
25. Como reagiu a polícia e a justiça (juiz da comarca)?
26. Como agiu o INCRA?
27. Como atuou a CPT?
28. Outras entidades apoiaram a luta? Quais?
29. Como agiram a Prefeituras de Aparecida e Sousa?

III - O ACAMPAMENTO

30. Quando vieram para este acampamento?
31. Porque escolheram esse lugar?
32. Como a população de Aparecida/Sousa reagiu ao acampamento no início e como reage hoje?
33. Quantas famílias estão hoje no acampamento?
34. Do total de famílias que participaram da 1ª ocupação quantas saíram e quantas permanecem até hoje acampadas?
35. Como vocês se organizam no acampamento? Existem grupos com funções e tarefas específicas?
36. Como adquirem alimentos, remédios, entre outros bens de primeira necessidade?
37. Quem ajuda? Como ajuda?
38. O Incra o que tem feito depois que estão acampados?
39. E a CPT?
40. E o MST?
41. E a prefeitura de Aparecida/Sousa?
42. E o Estado?

IV- O ACESSO À ÁGUA

- 39- De onde vem a água que vocês consomem? Vocês pagam para ter acesso e ela?
- 40- Como é feita a captação da água para o consumo humano? Ela aparentemente é de boa qualidade?
- 41- A água de beber é a mesma usada na irrigação?
- 42- Se não, de onde vem a água usada para irrigar?

V - O CANAL DA REDENÇÃO E O PIVAS

- 43 – Quando vocês decidiram ocupar essa área já sabiam que essa área seria destinada ao Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa - PIVAS?
- 44 – Quem informou que essa área seria destinada ao PIVAS?
- 46 – Quais as estratégias que vocês utilizaram para permanecer dentro do projeto.
- 47 – Qual a sua opinião sobre a ação do Estado para a instalação do PIVAS?
- 48 – Têm alguém do acampamento trabalhando em lotes empresariais no PIVAS? Se sim, quantas pessoas? Em que atividade elas trabalham?
- 49 – Qual é a relação de trabalho deles no Pivas? São trabalhadores contratados temporariamente ou não e qual empresa? Como é a forma de pagamento?
- 50 - Essa participação é discutida coletivamente no acampamento?
- 51- Como é a relação de vocês com os grandes empresários do PIVAS?
- 52 – Vocês tiveram conhecimento do conflito pela água do Canal da Redenção entre os Camponeses de Acauã e o governo do Estado?
- 53 – Apoiaram a luta deles pela água? Se sim, de que forma ocorreu esse apoio? Se não, porque não deram apoio?

VI - PERSPECTIVAS DE FUTURO

- 54- Qual é a esperança que alimenta vocês a permanecerem na luta pela terra e água?
- 55- O que diz o INCRA hoje da situação de vocês e qual é a perspectiva de futuro apresentada pelo INCRA?
- 56. E o Governo do Estado como se coloca frente ao conflito? (Interpa, Agência de Gestão da água, Secretaria de Agricultura)
- 57- E governo municipal de Sousa e Aparecida?
- 58 - E a CPT?

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local da Entrevista

- 1- Relate um pouco sua historia na CPT.
- 2- A CPT tem um longo processo histórico de luta pela terra (1975). Em 1999 à água passa a ser um dos eixos de ação da CPT. Como a CPT vem trabalhando essa bandeira de luta na Paraíba?
- 3- Em que momento e porque a CPT passa a apoiar a ocupação das terras associadas à luta pela água no Sertão da Paraíba?
- 4- De que forma a CPT na Paraíba passa a realizar ações de apoio a luta pela água?
- 5- Quando e qual o primeiro acampamento apoiada pela CPT – Sertão ganha a orientação de lutar pela água?
- 6- A CPT apóia a luta dos camponeses que estão no processo de luta pela terra dentro das Várzeas de Sousa. De que forma ocorre esse apoio?
- 7- No caso do Assentamento Acauã a CPT apoiou a luta por saber da construção do Canal da Redenção?

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CANAL DA REDENÇÃO NO MUNICÍPIO DE COREMAS – PB.

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

- 1- Em que ano a associação dos usuários de água do Canal da Redenção no Município de Coremas foi formada?
- 2- O que motivou a criação da associação dos usuários de água do Canal da Redenção em Coremas?
- 3- De quem foi à iniciativa de formar a associação?
- 4- Existem atualmente quantos associados?
- 5- Como são feitas as reuniões?
- 6- De que forma ocorre essa participação?
- 7- Como ocorre a relação entre Associação e AESA?
- 8- No município de Coremas temos pelo cadastro feito pela AESA aproximadamente 108 usuários da água do Canal da Redenção. Você tem conhecimento de algum usuário que foi impedido de usar a água do Canal da Redenção desde o ano da sua inauguração?
- 9- A associação intermediou os pedidos de outorgas dos usuários junto a AESA?
- 10- Como será o pagamento do uso da água do Canal da Redenção?
- 11- Qual a principal reivindicação da associação?
- 12- Quais são os principais problemas hoje enfrentados pela associação?

- 13- A associação dos usuários de água do Canal da Redenção participa ou tem conhecimento do comitê Piranhas- Açú?
- 14- A associação possui representação formal no comitê?

PROPRIETÁRIO DE TERRA AS MARGENS DO CANAL DA REDENÇÃO.

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

- 1- Como foi que o senhor adquiriu sua propriedade?
- 2- A quanto tempo o senhor possui essa propriedade?
- 3- Qual tamanho dela?
- 4- O que é produzido nela?
- 5- Sempre produziu esses produtos?
- 6- O Senhor tem empregados, trabalha só ou tem ajuda de familiares?
- 7- Quando e como o senhor foi informado da construção do Canal da Redenção?
- 8- Qual o atitude do senhor quando foi informação dessa obra?
- 9- O senhor foi indenizado? Quanto foi pago?
- 10- Quantos proprietários foram indenizados?
- 11- Antes de irrigar com a água do Canal da Redenção o senhor irrigava com que água?
- 12- Qual tipo de irrigação que o senhor utiliza? Para irrigar quantos hectares?
- 13- Como e quem informou que o senhor deveria ter a outorga da água do Canal da Redenção?
- 14- Como o senhor solicitou a outorga?
- 15- Alguma vez o senhor foi impedido de utilizar a água do Canal da Redenção pela agência de água?
- 16- Se sim, como o senhor resolveu o problema?
- 17- A produção do senhor aumentou depois da construção do canal?
- 18- O senhor participa da associação dos usuários da água do Canal da Redenção? Se sim já foi para alguma reunião?
- 19- O senhor já foi informado da taxa de pagamento de uso da água do Canal da Redenção? Se sim, quando o senhor vai pagar?
- 20- A quem o senhor vende seus produtos?
- 21- Qual a opinião do senhor com relação à obra do Canal da Redenção e das Várzeas de Sousa – PB.
- 22- O senhor recebe incentivos financeiros do Estado para desenvolver sua produção?

AESA REGIONAL – PATOS/SOUSA – PB.

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

- 1- A quanto tempo essa regional foi criada?
- 2- Atualmente ao longo do Canal da Redenção estão cadastrados aproximadamente 300 usuários. A vazão destinada para esses usuários é suficiente para atender a todas as demandas de uso dos usuários?
- 3- Como será feita a distribuição de água para todos os usuários?
- 4- Se não for suficiente a AESA possui alguma estratégia de ação para evitar conflitos?
- 5- Como será feita a fiscalização de uso da água do Canal da Redenção?

- 6- Foi da AESA a iniciativa de criar as associações de usuários de água do Canal da Redenção? Por quê?
- 7- A AESA tem conhecimento se existem conflitos entre usuários a montante para a jusante do Canal da Redenção? Se sim, qual sua ação para resolução desses conflitos?
- 8- Qual a proposta da AESA para que todos os usuários do Canal da Redenção possam ter acesso à água?
- 9- No passado, antes do funcionamento do PIVAS, a AESA impediu o uso do Canal da Redenção para alguns usuários. Quais os motivos que levou a AESA a realizar esse impedimento?
- 10- Como você define esse momento da gestão estadual da água realizado pela AESA? Quais as dificuldades, os desafios, as perspectivas, os avanços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA – PB

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

- 1- A prefeitura municipal de aparecida utiliza a água do Canal da Redenção para quais usos?
- 2- Ela é a principal fonte de água do município?
- 3- Quanto de água em termos de litros/segundo a prefeitura de Aparecida demanda para a AESA.
- 4- A prefeitura possui a outorga da água do canal da Redenção?
- 5- A prefeitura paga para o Estado alguma taxa de uso da água do Canal da Redenção?
- 6- Essa água possui tratamento?
- 7- Em períodos passados de escassez hídrica na região o Canal da Redenção parou de fornecer água. Como o município supriu essa carência hídrica?
- 8- Também concomitante a essa situação alguns usuários foram impedidos de usar a água do Canal da Redenção. Qual foi o posicionamento da prefeitura com relação a essa situação?
- 9- Qual análise essa gestão faz da construção do Canal da Redenção e do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa- PB?
- 10- A prefeitura de Aparecida já participou de alguma reunião para discussão de propostas de usos da água do Canal da Redenção?
- 11- Existe algum programa efetivo desenvolvido pela prefeitura voltado para conscientização da população da necessidade de economizar a água para evitar crises de abastecimento em períodos de estiagem?
- 12- Qual a posicionamento da prefeitura de Aparecida com relação aos processos de luta dos agricultores que estão reivindicando as terras do PIVAS?

CORREIO DA PARAIBA Política Paraíba • Quarta-feira, 14 de novembro de 2007 A3

Deputado quer CPI para Várzeas de Sousa

Movimento denuncia que ex-proprietários e empresários usam “laranjas” para ocupar lotes do projeto

ADELSON BARBOSA DOS SANTOS **IMAGENS DO ABANDONO E DOS CONTRASTES**

O deputado estadual Jeová Vieira (PT) vai propor a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades e falcatruas das mais variadas no projeto de irrigação das várzeas de Sousa.

O projeto já recebeu investimentos de quase R\$ 200 milhões (a maior parte de recursos federais) e não corresponde ao objeto inicial, determinado no Governo de José Maranhão, quando a obra foi executada, incluindo a construção do Canal da Redenção, que leva água do complexo Coremas/Mãe D'água para irrigar terras férteis nos municípios de Aparecida e Sousa.

Ontem, Jeová se reuniu com a bancada da oposição, no auditório João Eudes, da assembleia Legislativa, para discutir encaminhamentos sobre as investigações da irregularidades. A reunião teve a participação do pesquisador Fernando Perissé, integrante da ONG Via Sertaneja, que discute o desenvolvimento sustentável do Sertão da Paraíba e acompanha o processo de implantação do projeto Várzeas de Sousa.

Perissé e Jeová fizeram graves denúncias contra o atual Governo. Segundo Perissé, o Governo selecionou 178 pessoas que foram contempladas com lotes no Projeto Várzeas de Sousa. O mais curioso é que, dentre os contemplados, muitos não foram contemplados.



Agrovila na área das Várzeas de Sousa está abandonada e sem infra-estrutura



Outros lotes são dotados de grandes casas **Criação de gado ocupa área de irrigação**



Casas destinadas aos pequenos produtores estão inacabadas e sem energia elétrica

Helder Moura
heldermoura@correiodaparaiba.com.br

Bondade vespertina

Os servidores estaduais estão adorando o governador Cássio estar no paredão, por conta das ações que pedem a sua cassação. A iminência de novo revés na Justiça Eleitoral, com o Caso A União (no TRE) e o Caso Fac (no TSE) tem conseguido, milagrosamente, abrandar o seu coração.

Aliás, não apenas os servidores andam muito agradecidos com o afunilamento dos processos. Alguns fornecedores também têm comemorado o momento. Apesar de pequenas agruras que precisam enfrentar, dá pra perceber uma disposição do Governo de quitar algumas de suas dívidas.

O governador tem despendido também um comedido esforço para passar a impressão de tranquilidade em sua administração. A ideia de sua assessoria é estabelecer uma agenda positiva, fazendo das tripas, coração, para criar um clima de governabilidade, desde a cassação pelo Caso Fac.

Para hoje, por exemplo, há perspectiva de o governador Cássio anunciar, pela primeira vez, o pagamento do décimo do funcionalismo sem precisar impor o tal empréstimo consignado, que tanto inelicitou aos servidores estaduais. Afinal, o que teria feito o governador mudar, da noite pro dia?

Há quem atribua tamanha generosidade ao risco que o governador vem enfrentando de perder o mandato, com as ações que tramitam na Justiça Eleitoral. Quem sabe se uma nova condenação não consegue até levar o governador a promover um surto de crescimento que o Estado tanto precisa neste momento.

Pro Conselho de Ética

Entidades municipais estão se mobilizando para acionar o Conselho de Ética do Senado com pacote de denúncias contra o senador Cicero Lucena. Trata da Operação Confraria e de determinação da Justiça Federal para que ele devolva R\$ 41 milhões aos cofres públicos por irregularidades em obras. Tai no que deu a moda inventada pelo líder Ricardo Barbosa.

Frente a frente **Só depois**

A final do Futsal Pelo que circula, nos feminino, ontem, marcou meios jurídicos, o governo...

Anexo 3 –Denúncia de irregularidades no PIVAS.



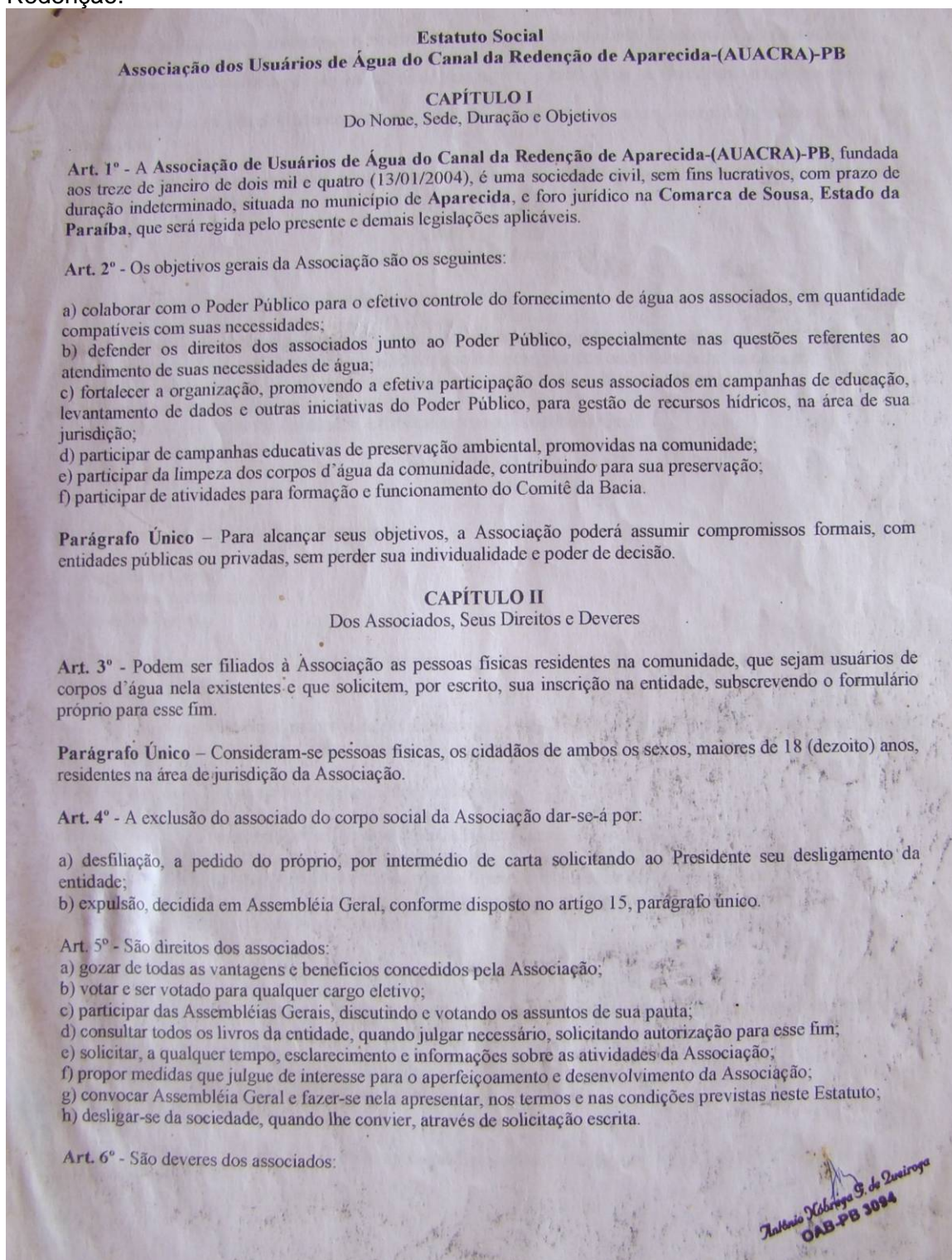
Anexo 4 - Letra da música "A força que nunca seca".

A FORÇA QUE NUNCA SECA

Composição: Chico César/ Vanessa da Mata

Já se pode ver ao longe
A senhora com a lata na cabeça
Equilibrando a lata vesga
Mais do que o corpo dita
O que faz e equilíbrio cego
A lata não mostra
O corpo que entorta
Pra lata ficar reta
Pra cada braço uma força
De força não geme uma nota
A lata só cerca, não leva
A água na estrada morta
E a força nunca seca
Pra água que é tão pouca

Anexo 5 – Documento de formação da Associação dos usuários da água do Canal da Redenção.



Assim ficou constituída à **Diretoria Executiva da Associação de Usuários de Água do Canal da Redenção de Aparecida-(AUACRA)-PB:**

PRESIDENTE: Jose Jamilton Neves Neto
JOSE JAMILTON NEVES NETO

VICE-PRESIDENTE: Antonio Goncalves de Oliveira
ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIOS:
1º Luis Fernandes
LUIS FERNANDES

2º Jose Jairo Neves Neto
JOSE JAIRO NEVES NETO

TESOUREIRAS:
1º Marilene Lucia das Neves
MARILENE LUCIA DAS NEVES

2º Maria do Carmo da Silva Gomes
MARIA DO CARMO DA SILVA GOMES

CONSELHO FISCAL:
1º Helio Roque de Assis
HÉLIO ROQUE DE ASSIS

2º Francisco de Assis Lúcio
FRANCISCO DE ASSIS LÚCIO

3º Marcos Aurélio Rocha Garrido
MARCOS AURÉLIO ROCHA GARRIDO

SUPLENTE:
1º Severino Fernandes da Silva
SEVERINO FERNANDES DA SILVA

2º Filisberto Pordeus Garrido
FILISBERTO PORDEUS GARRIDO

3º Francisco de Assis Andrade
FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE

REGISTRO

Registro no livro, A13, Folhas 81V sob nº. 642

Sousa, 16 de Março de 2004

Mauro Avelino do Conceição

Oficial do Registro

Aparecida-PB, 13 de janeiro de 2004.

Reconheço a(s) Firma(s) Luiz
de Jose Jamilton Neves Neto
de Jose Jairo Neves Neto
Sousa (PB) 16 de Março de 2004
Em Teste Luiz da Verdado.
Luiz

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Registro Geral - Imóveis, Móveis, Escravas, Registro Títulos Locacionais e de Pessoas Jurídicas
Cerezinha de Lelis e Carlélia Alventes - TITULAR
Maurício S. Soares - SUBSTITUTO
Pra. Cap. Manoel Gonçalves, 14 - Sousa - PB - Fone/Fax: (083) 5211211

Antônio H. de S. de Souza
OAB-PB 3094

Anexo 6 - Documento de outorga para o Assentamento Acauã.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH

OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO PISCICULTURA - Nº 009/2002

OK

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 1479/01 – SEMARH e a Portaria N.º 10/2001, de 02/07/2001, publicada no D.O.E. de 07/07/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:					
Nome: Associação dos Agricultores do Assentamento Acauã					
CGC/CPF: 01877.069/0001-06	Telefone: -	Fax: -			
Endereço: Assentamento Acauã					
Cidade/Município: Aparecida	Estado: Paraíba	CEP: -			
2 – Caracterização do Empreendimento:					
Município: Aparecida	Localidade: Acauã	Uso da Água: Piscicultura			
Vazão do Canal: 2,00 m³/s	Horas/ano/funcionamento : -	Vazão: 63.072.000 m³/ano			
Fonte Hídrica: Sistema Coremas/Mãe-D'água/Canal da Redenção		Coord:			
Bacia Hidrográfica: Piancó					
3 – Especificações Técnicas:					
<p>- A presente outorga refere-se a um projeto para exploração da piscicultura intensiva no Canal da Redenção (tanque-canal), por 06 (seis) grupos de 10 (dez) famílias/cada, em uma extensão de 100 m (cem metros) lineares por grupo, totalizando 600 m (seiscentos metros) lineares de canal.</p> <p>- Esta outorga somente terá validade se apresentada juntamente com o Termo de Responsabilidade firmado pelo requerente e pelo representante da SEMARH e com o quadro contendo os nomes dos coordenadores de grupos.</p>					
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 26 /02/2003					
<p>- A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade.</p> <p>- A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista.</p> <p>- As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica.</p>					
João Pessoa, 26 de fevereiro de 2002					
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="text-align: center;">R E C E B I D O</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">EM, 01 de março de 2002</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><i>[Assinatura]</i></td> </tr> </table>		R E C E B I D O	EM, 01 de março de 2002	<i>[Assinatura]</i>	<p><i>[Assinatura]</i> Daniel Osterne Carneiro Assessor de Gabinete</p>
R E C E B I D O					
EM, 01 de março de 2002					
<i>[Assinatura]</i>					

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH**


**OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO PISCICULTURA - Nº 009/2002**

TERMO DE COMPROMISSO

A **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ACAUÃ**, CGC 01.877.069/001-06, representando 60 (sessenta) famílias, detentora da **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)/USO PISCICULTURA - Nº 009/2002**, declara, na melhor forma do direito, assumir perante a **Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba – SEMARH**, o compromisso de cumprir o estabelecido nos itens seguintes, durante o período de vigência da outorga acima referida:

- Manter em bom estado de conservação e limpeza as cercas laterais, a faixa de domínio e o trecho de canal objeto da presente outorga;
- Não retirar nem permitir a retirada de água do canal por terceiros sem a devida autorização da SEMARH;
- Manter limpas as telas que limitam os tanques-canal, evitando represamentos e garantindo o fluxo normal da água no canal;
- Permitir a fiscalização de suas atividades por representantes da SEMARH e prestar-lhes as informações que forem solicitadas;
- Acatar a cobrança de tarifa pelo uso da água que no futuro venha a ser estabelecida pela SEMARH;
- Isentar a SEMARH de quaisquer responsabilidades em prejuízos que porventura venham a ocorrer em seu projeto de piscicultura, em razão de variações do nível da água ocasionadas pela realização de serviços de manutenção e recuperação ou de manobras necessárias à operação do canal, ou decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, inclusive fenômenos climáticos, bem como por ações perpetradas por terceiros à revelia da SEMARH.

João Pessoa, 26 de fevereiro de 2002


MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
Presidente da A.A.A.A.A


DANIEL OSTERNE CARNEIRO
Representante da SEMARH

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS - SEMARH

LEVANTAMENTO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO CANAL DA REDENÇÃO- Julho/2003

NOME	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	USO DA ÁGUA
Antônio Eduardo Ramalho Brunet	Rua Cap. Antonio Leite, 34.	Coremas	Irrigação
Francisco Moreira de Andrade	Sítio Malhado da Areia	Coremas	Irrigação
Vicente Gomes de Brito	Assentamento Acauã	Aparecida	Irrigação
Francisco José da Silva	Assentamento Acauã	Aparecida	
Genésio Araújo de Sá	Rua Basílio Silva, 85.	S. José Lagoa Tapada	Irrigação e piscicultura
Bento Tadeu Araújo de Sá	Rua Basílio Silva, 85.	S. José Lagoa Tapada	Irrigação
José Moreira Neto	Rua Santa Rita, 132 - Centro.	Coremas	Irrigação
Francisca Oliveira da Silva	Sítio Malhado da Areia	Coremas	Irrigação
Francisco Moreira de Andrade	Sítio Malhado da Areia	Coremas	Irrigação
Raimundo Alves da Silva	Sítio Malhado da Areia	Coremas	Irrigação
Edmilson Alves da Silva	Sítio Malhado da Areia	Coremas	Irrigação
Benedito Lino de Andrade	Sítio Pau-D'arco	Coremas	Irrigação
José Izidro Nunes	Sítio Santa Clara	Aparecida	Irrigação
Francisco Rocha	Fazenda Aliança	São Domingos	
Aloísio Manoel Calueta	Sítio Santa Clara	Aparecida	Irrigação e consumo humano
José Neco Sousa	Assentamento Acauã	Aparecida	Irrigação
Severino Fernandes da Silva	Assentamento Acauã	Aparecida	Irrigação
João Manoel Sousa	Assentamento Acauã	Aparecida	Irrigação
Manoel Neco Fernandes	Assentamento Acauã	Aparecida	Irrigação
José Vicente de Souza	Sítio Sarapon	S. José da Lagoa Tapada	Irrigação
Marcos V. Ramalho Nogueira.	Rua Capitão Antonio Leite	Coremas	Abastecimento humano e animal
Bertino Durand Ramalho	Fazenda Dois Corações	Coremas	Irrigação
Associação dos Agricultores do Assentamento de Acauã	Assentamento Acauã	Aparecida	Abastec. humano e animal e piscicultura
Alaor Gomes de Sá	Fazenda Alagoinha	Aparecida	Abastec. e irrigação

Anexo 8 - Outorga da SEMARH fornecida ao usuário Raimundo Abrantes.

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH**

**OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO AGRÍCOLA - Nº 087/2001**

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 0961/01 – SEMARH e a Portaria Nº 10/2001, de 02/07/2001, publicada no D.O.E. de 07/07/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA PARA USO AGRÍCOLA (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Raimundo Abrantes da Silva		
CGC/CPF: 058.848.104-15	Telefone: 521-2381	Fax:
Endereço: Sítio Pintado		
Cidade: Sousa	Estado: Paraíba	CEP: 58.800.000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Sousa	Localidade: Sítio Pintado	Uso da Água: Irrigação
Vazão : 14,29m³/h	Horas/ano/funcionamento :	Vazão: 8.862,22 m³/ano
Fonte Hídrica: Açude	Consumo: kwh/ano	
Bacia Hidrográfica: Alto Piranhas	Coord.: Lat. 06°45'18'' Long. 38°13'42''	
3 – Especificações Técnicas:		
Cultura(s).....	Coco Anão	
Área(há).....	2,00	
Sistema de Irrigação.....	Microaspersão	
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 11/ 09 / 2002		
<ul style="list-style-type: none"> - A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade. - A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista. - As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica. 		

João Pessoa, 11 de setembro de 2001


Daniel Osterne Carneiro
 Assessor de Gabinete

Anexo 9 - Outorga da SEMARH fornecida ao usuário Raimundo Abrantes

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH**

**OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO AGRÍCOLA - Nº 088/2001**

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 0962/01 – SEMARH e a Portaria Nº 10/2001, de 02/07/2001, publicada no D.O.E. de 07/07/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA PARA USO AGRÍCOLA (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Raimundo Abrantes da Silva		
CGC/CPF: 058.848.104-15	Telefone: 521-2381	Fax:
Endereço: Sítio Pintado		
Cidade: Sousa	Estado: Paraíba	CEP: 58.800.000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Sousa	Localidade: Sítio Pintado	Uso da Água: Irrigação
Vazão : 10,28m³/h	Horas/ano/funcionamento :	Vazão: 27.584,93 m³/ano
Fonte Hídrica: Açude/canal	Consumo: kwh/ano	
Bacia Hidrográfica: Alto Piranhas	Coord.: Lat. 06°45'18" Long. 38°13'42"	
3 – Especificações Técnicas:		
Cultura(s).....	Coco Anão Graviola/Pinha Goiaba Manga	
Área(há).....	3,72	0,5 0,72 0,72
Sistema de Irrigação.....	Microaspersão/Gotejamento/Xique-Xique	
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 11/ 09 / 2002		
<ul style="list-style-type: none"> - A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade. - A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista. - As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica. 		

João Pessoa, 11 de setembro de 2001


Daniel Osterne Carneiro
 Assessor de Gabinete

R E C E B I D O

Em ___ de ___ de ___

Rafael Gomes da Silva

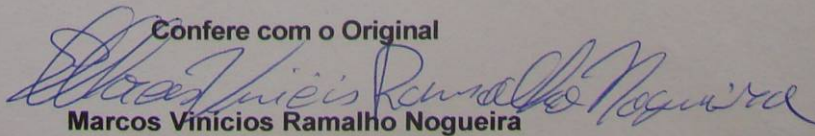
Anexo 10 – Documento de formação da Associação dos usuários de água do Canal da Redenção em Coremas.

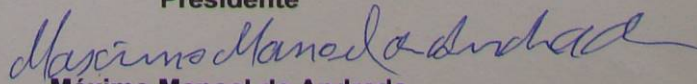
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO CANAL ANTÔNIO MARIZ – COREMAS E SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA

Aos 27 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, na Escola Municipal Manoel Amaro de Andrade, sítio Riacho Grande, no Município de Coremas, Estado da Paraíba, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os usuários de água do Canal Antônio Mariz, residentes nos Municípios de Coremas e São José da Lagoa Tapada, sócios da Associação, para apreciarem as alterações Estatutárias, em virtude das omissões e equívocos, cometidos em sua redação, por ocasião da Assembléia Geral, realizada em 14 de março de 2004, que o aprovou, bem como sobre o Convênio a ser celebrado com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Composta a mesa dos trabalhos pelo Presidente da Associação, Sr. Marcos Vinícios Ramalho Nogueira e pelo 1º Secretário, Sr Máximo Manoel de Andrade, foi iniciada a leitura da pauta: Correção dos Artigos 1º, referente a indicação da sede da Associação; 3º, referente a qualidade dos usuários; 19, referente a duração dos Mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal; 30, referente a realização das eleições; 39, passará a ter a redação do art.38 e o art.39, terá outra redação, conforme proposta se seguir transcrita: Art. 1º - Associação de Usuários de Água do Canal Antônio Mariz - Coremas e São José da Lagoa Tapada é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sede no Sítio Riacho Grande, na Escola Municipal Manoel Amaro de Andrade, no Município de Coremas, e foro na Comarca de Coremas, Estado da Paraíba, que será regida pelo presente e demais legislações aplicáveis. Art. 3º - Podem ser filiados à associação as pessoas físicas residentes nos Municípios de Coremas e São José da Lagoa Tapada, que sejam usuários de corpos d'água nela existentes e que solicitem, por escrito, sua inscrição na entidade, subscrevendo o formulário próprio para esse fim. Art. 19 – Os cargos eletivos da diretoria executiva e do conselho fiscal terão duração de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Art. 30 – As eleições para os cargos eletivos serão realizadas a cada 02 (dois) ano(s), no mês de anterior ao termo de vigência do mandato da Diretoria. Art. 38 – A associação deverá fazer-se representar nas campanhas desenvolvidas na coletividade, para as quais for convidada, que tenham por objetivo a melhoria das condições de vida da população local. Art. 39 – A Dissolução da Associação só poderá ocorrer por deliberação da Assembleia Geral, e o remanescente do patrimônio líquido será destinado às entidades sem fins lucrativos, sediadas no Município. Após a leitura da proposta de alteração estatutária, o Presidente falou da importância de se proceder as alterações face a necessidade de ser um Estatuto com normas mais adequadas a realização de ações a que se propõe a entidade, colocando-a em votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Presidente colocou em votação a proposta da celebração do convênio com a AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, para a ações conjuntas, quanto aos usos da água, no perímetro irrigado do Canal Antônio Mariz, referente a área de atuação da Associação, nos Municípios de Coremas e São José da Lagoa Tapada, também, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembléia. Suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ATA, que lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Coremas, 28 de setembro de 2007

Confere com o Original


Marcos Vinícios Ramalho Nogueira
Presidente


Máximo Manoel de Andrade
1º Secretário,

**Associação de Usuários de Água do Canal Antônio Mariz
Coremas e São José da Lagoa Tapada**

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Do Nome, Sede, Duração e Objetivos

Art. 1º - Associação de Usuários de Água do Canal Antônio Mariz - Coremas e São José da Lagoa Tapada é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sede no Sítio Riacho Grande, na Escola Municipal Manoel Amaro de Andrade, no Município de Coremas, e foro na Comarca de Coremas, Estado da Paraíba, que será regida pelo presente e demais legislações aplicáveis.

Art. 2º - Os objetivos gerais da associação são os seguintes:

- a) Participar de gestões, no efetivo controle do fornecimento de água aos associados, em quantidade e qualidade compatíveis com suas necessidades;
- b) defender os direitos dos associados junto ao poder público, especialmente nas questões referentes ao atendimento de suas necessidades de água;
- c) fortalecer a organização, promovendo a efetiva participação dos seus associados em campanhas de educação, levantamento de dados e outras iniciativas do poder público, para gestão de recursos hídricos, na área de sua jurisdição;
- d) participar de campanhas educativas de preservação ambiental, promovidas na comunidade;
- e) participar da limpeza dos corpos d'água da comunidade, contribuindo para sua preservação;
- f) participar de atividades para formação e funcionamento do Comitê da Bacia.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a associação poderá assumir compromissos formais, com entidades públicas ou privadas, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO II

Dos Associados, Seus Direitos e Deveres

Art. 3º - Podem ser filiados à associação as pessoas físicas residentes nos Municípios de Coremas e São José da Lagoa Tapada, que sejam usuários de corpos d'água nela existentes e que solicitem, por escrito, sua inscrição na entidade, subscrevendo o formulário próprio para esse fim.

Parágrafo único – Consideram-se pessoas físicas, os cidadãos de ambos os sexos, maiores de 18 (dezoito) anos, residentes na área de jurisdição da associação.

Art. 4º - A exclusão do associado do corpo social da associação dar-se-á por:

- a) Desfiliação, a pedido do próprio, por intermédio de carta solicitando ao Presidente seu desligamento da entidade;
- b) expulsão, decidida em assembléia geral, conforme disposto no artigo 15, parágrafo único.

Art. 5º - São direitos dos associados:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela associação;
- b) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo;

Anexos 11 – demais outorgas da água fornecidas pela AESA.

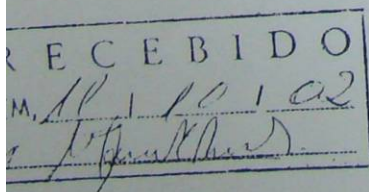
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH

OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO IRRIGAÇÃO - Nº 0104/2002

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 01028/02 - SEMARH, e a Portaria Nº 10/2001 de 02/07/2001 publicada no D.O.E de 07/07/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Antonio Eduardo Brunet Pereira Ramalho		
CGC/CNPJ: 441.360.804 - 68	Telefone: 063 – 433.2005	Fax:
Endereço: Rua Cap. Antonio Leite, 311 - Centro		
Cidade: Coremas	Estado: Paraíba	CEP: 58.000.000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Coremas	Localidade: Escurinho	Uso da Água: Irrigação
Vazão : 36,3 m³/h	Horas/ano/funcionamento/período :	Vazão: 37.752,00m³/ano
Fonte Hídrica: Canal da Redenção		Potência:
Bacia Hidrográfica: Piancó		Coord. Lat. Long.
3 – Especificações Técnicas:		
Cultura(s)..... Feijão Melancia		
Área(ha)..... 7,5		
Sistema de Irrigação..... Aspersão Convencional		
Obs. Pela presente outorga, o interessado fica autorizado a captar água somente através da tomada d'água (sistema de vasos comunicantes) construída na altura da estaca número 2417 do Canal da Redenção.		
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 24 / 09/ 2003		
<ul style="list-style-type: none"> - A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade. - A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista. - As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica. 		

João Pessoa, 24 de setembro de 2002



Daniel Osterne Carneiro
 Assessor de Gabinete – SEMARH

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH**

**OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO PISCICULTURA - Nº 032/2001**

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº1263/01 – SEMARH e a Portaria N.º 10/2001, de 02/07/2001, publicada no D.O.E. de 07/07/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Manoel Pedro Soares		
CGC/CPF: 009.041.554-04	Telefone: -	Fax: -
Endereço: Sítio Fazenda Rosalina s/n - Zona Rural		
Cidade/Município: Aparecida	Estado: Paraíba	CEP: 58.823-000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Aparecida	Localidade: Sítio Fazenda Rosalina	Uso da Água: Piscicultura
Vazão : 864 m³/h	Horas/ano/funcionamento : -	Vazão:
Fonte Hídrica: Complexo E. Marinho/ Mãe d'Água/Canal da Redenção		Coord.: 6°45'04"S 38°13'41"O
Bacia Hidrográfica: Piancó		
3 – Especificações Técnicas:		
e) A presente outorga refere-se a um projeto para exploração da piscicultura intensiva no Canal da Redenção (tanque-canal), por um grupo de 05 (cinco) famílias, em uma extensão de 100 m (cem metros) lineares, correspondente a 01 (um) tanque-canal.		
f) Esta outorga somente terá validade se apresentada juntamente com o Termo de Responsabilidade firmado pelo requerente e pelo representante da SEMARH.		
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 06 /11/2002		
- A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade. - A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista. - As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica.		

João Pessoa, 06 de Novembro de 2001

Manoel Pedro Soares Júnior
RECEBIDO
Em 23 de 11 de 2001

Daniel Osterne Carneiro
Daniel Osterne Carneiro
Assessor de Gabinete



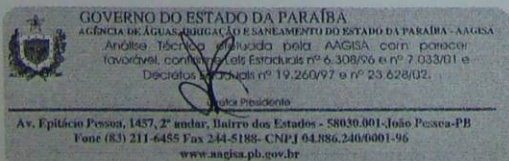
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS

OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO IRRIGAÇÃO - Nº 0178/04

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 0163/04 AAGISA, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas:

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Estevam Pordeus Queiroga		
CGC/CPF: 067.737.024-53	Telefone: (83) 543-1120/1138	Fax: (83)
Endereço: Sítio Várzea		
Município / Cidade: Aparecida	Estado: Paraíba	CEP: 58.823-000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Aparecida	Localidade: Sítio Várzea	Uso da Água: Irrigação
Vazão : 22,50 m³/h	Horas/funcionamento/ano: 1.070 h	Volume Anual: 24.075,00 m³
Fonte Hídrica: Canal da Redenção	Pot. da Moto/Bomba: CV	
Bacia Hidrográfica: Piranhas	Coord. Lat.: 6°49'36''S Long: 38°07'11''W	
3 – Especificações Técnicas:		
Cultura(s)..... Banana		
Área..... 1,2 ha		
Sistema de Irrigação..... Aspersão		
Período de Irrigação..... Janeiro a Dezembro		
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 20/12/2005		
<ul style="list-style-type: none"> - A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade. - A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista. - As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica. 		

João Pessoa, 17 de Dezembro de 2004



Francisco Xavier M. da Franca
FRANCISCO XAVIER M. DA FRANCA
Secretário

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH

OUTORGA DO DIREITO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)
USO ABASTECIMENTO HUMANO / ANIMAL
Nº 002 / 2002

A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, com base na Lei Nº 6.308, de 02.07.1996, e no Decreto Nº 19.260, de 31.10.1997, e de acordo com o Processo Nº 0952/02 - SEMARH, e a Portaria Nº 10/2001, de 02/07/2001, publicada do D.O E. de 07/02/2001, expede a presente **AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA (PROVISÓRIA)**, nos termos e condições abaixo especificadas.

1 – Identificação e Endereço do Requerente:		
Nome: Francisco Manoel de Sousa		
CGC/CPF: 930.507.124-49	Telefone: 83.433.1419	Fax: -
Endereço: Sítio Mãe D'Água - Zona Rural		
Cidade/Município: Coremas	Estado: Paraíba	CEP: 58.770.000
2 – Caracterização do Empreendimento:		
Município: Coremas	Localidade: Sítio Mãe D'Água	Uso da Água: Abastecimento Humano/Animal
Vazão : 2m³/d	Horas/ano/funcionamento : hs/ano	Vazão: 600,00m³/ ano
Fonte Hídrica: Canal da Redenção		Coord. Geográfica:
Bacia Hidrográfica: Piancó		
3- Especificações Técnicas		
- A água será utilizada no abastecimento dos habitantes da propriedade e de um aviário.		
OUTORGA VÁLIDA ATÉ: 21 / 08/ 2003		
- A renovação deverá ser solicitada 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade.		
- A presente autorização é provisória, até a conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, ocasião em que será revista.		
- As renovações de outorgas terão prioridade sobre as concessões de novas outorgas em uma mesma bacia hidrográfica.		

João Pessoa, 21 de agosto de 2002


Daniel Osterne Carneiro
Assessor de Gabinete

R E C E B I D O
Em **21** de **08** de **02**